Organizadoras
Marli dos Santos
Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

MULHERES NO JORNALISMO

PRÁTICAS PROFISSIONAIS E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

EDITORA CÁSPER LÍBERO
UFG

Organizadoras
Marli dos Santos
Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

MULHERES NO JORNALISMO

PRÁTICAS PROFISSIONAIS E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

São Paulo
Editora Cásper Líbero
UFG/FIC
2018

Organização
Marli dos Santos
Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

Colaboração editorial
Jéssica de Oliveira Collado Mateos

Produção
Simonetta Persichetti

Diagramação
Giulia Elisa Garcia de Souza
Guilherme Martins Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicidade (CIP)
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

M922

Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social [recurso eletrônico] / organização Marli dos Santos e Ana Carolina Rocha Pessôa Temer. – 1. ed. – São Paulo: Cásper Líbero : UFG/FIC, 2018

ISBN: 978-85-88668-02-7
recurso digital: il.

1. Mulheres jornalistas. 2. Mulheres jornalistas - História. 3. Mulheres - Representação da mídia. I. Santos, Marli dos. II. Temer, Ana Carolina Rocha Pessôa.

CDD 070.48347

Bibliotecária responsável: Daniela Paulino Cruz Bissolato - CRB 8/6728

Conselho Editorial
Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (UFG)
Ana Rita Vidica Fernandes (UFG)
Ana Valéria Machado Mendonça (UNB)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)
Antonio Fausto Neto (Unisinos)
Claudomilson Fernandes Braga (UFG)
Daniel Christino (UFG)
Goiamérico Felício Carneiro dos Santos (UFG)
Jairo Ferreira (Unisinos)
José Luiz Braga (Unisinos)
José Wagner Ribeiro (UFAL)
Luciano Alves Pereira (UFG)
Luiz Antonio Signates Freitas (UFG)
Magno Luiz Medeiros (UFG)
Márcia Perencin Tondato (ESPM)
Maria Aparecida Baccega (ESPM)
Maria Francisca Nogueira (UFG)
Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)
Suely Gomes (UFG)
Tiago Mainieri de Oliveira (UFG)

Editora Cásper Líbero
Av. Paulista, 900 – CEP: 01310-000 – São Paulo/SP
Fone: (11) 3170-5841
monitoria@casperlibero.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação 7

PARTE I: ASSÉDIO E PRECONCEITO

Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero
Ana Carolina R. P. Temer e Ana Maria Morais 13

A escassez de jornalistas negras na bancada do telejornalismo brasileiro
Melissa Galdino 33

Mais independentes, mas sob a influência do machismo: as vozes das jornalistas de São Paulo
Jéssica de Oliveira Collado Mateos 55

A mulher no jornalismo investigativo: pistas deixadas no Prêmio Esso
Marli dos Santos..... 69

PARTE II: FOTOJORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIAS

Tina Modotti, um olhar sobre a história
Simonetta Persichetti 95

Mulheres fotojornalistas: assimetrias de gênero na distribuição de pautas
Nathália Cunha da Silva..... 107

A quase-ausência das mulheres na memória do fotojornalismo paulista
Alana Calixto..... 131

PARTE III: LUTAS E VITÓRIAS

Mulheres jornalistas, movimento sindical e ações afirmativas de gênero
Michelle Roxo de Oliveira e Francisco de Assis.....153

Perspectiva feminina no webjornalismo colaborativo da *Pública*
Vitória Souza Rocha..... 181

Jornalismo investigativo e questão de gênero
Caroline Ferrari..... 201

APRESENTAÇÃO

O livro ***Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e lutas para emancipação social*** é resultado do projeto de pesquisa "Práticas de investigação jornalística na contemporaneidade e relações de gênero", que gerou diversos estudos no âmbito do grupo de pesquisa "Jornalismo Contemporâneo: novas práticas para emancipação social na cultura tecnológica" (anteriormente denominado "Novas práticas jornalísticas"), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero (FCL), em São Paulo. O grupo conta com a liderança de Marli dos Santos, docente do PPGCOM da Cásper Líbero, e como vice-líder Francisco de Assis, coordenador do Mestrado Profissional em Jornalismo, do FIAM FAAM Centro Universitário, tendo participantes vinculados a outras instituições de ensino e pesquisa e organizações jornalísticas. Importante destacar que o grupo reúne doutores e doutorandos, mestres e mestrandos, graduados e graduandos, atuantes na pesquisa científica e no mercado da comunicação.

Nesta publicação as pesquisas apresentadas têm como objetivo central investigar a inserção da mulher no jornalismo brasileiro, considerando as perspectivas de gênero e étnicas, bem como as especialidades e o engajamento político. Sobretudo, a produção deste livro tem como propósito a contribuição para o debate sobre as jornalistas que atuam em diversas mídias jornalísticas, muitas delas discriminadas em suas atividades dentro e fora das redações. Para o delineamento da pesquisa, dois aspectos foram especialmente estimuladores: a feminização das redações, com a presença majoritária das mulheres no jornalismo (63,7%), de acordo com o "Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012", de Jacques Mick e Samuel Lima", em 2013; e a onda feminista no Brasil, denominada pela imprensa como "Primavera feminista", a partir da segunda década deste século, que fez emergir com vigor debates sobre questões de preconceito, assédio e emancipação da mulher na sociedade.

Embora o mercado de trabalho jornalístico reflita uma mudança social em relação à presença da mulher, isso não significa que a discriminação

não seja histórica e presente nesse campo profissional. Basta analisar os dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, o qual aponta que a participação feminina nas redações começa a ter alguma expressão mais significativa a partir da década de 1980 (40%), não se refletindo no acesso mais igualitário a cargos de chefia, em salários equiparados aos dos homens, na presença destacada em premiações importantes na área até a virada do século XXI, bem como nas publicações comemorativas da grande imprensa.

Como em outros segmentos do mundo do trabalho, o jornalismo está imerso no contexto da sociedade patriarcal, que desde seu surgimento se mantem à custa de um discurso baseado na questão econômica, o qual sustenta o poder familiar e político dos homens. Embora as conquistas femininas no mundo do trabalho se justificaram em grande parte pelas necessidades de sobrevivência e pelas mudanças nas instituições seculares, como a família, ainda hoje as mulheres sofrem com relações tensas no trabalho e discriminação de gênero, conforme apontam pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2016 e 2017.

O percurso das lutas femininas é longo, e começou decisivamente no século XIX, com a conquista do voto feminino e com a inserção da mulher no mercado de trabalho no período das guerras mundiais. O movimento feminista nas décadas de 1960, 70 e nos anos 2000 contribuíram e contribuem significativamente para a conscientização das mulheres e dos diversos segmentos sociais, incluindo o mundo profissional. Porém, a divisão sexual do trabalho observada no âmbito das empresas mostra que a mulher ainda está ligada ao mundo privado, às atividades domésticas, como uma característica "natural", levando-a a assumir a jornada dupla quase como uma missão de vida. Isso se reflete nas pautas cobertas pelas jornalistas, também ligadas ao universo considerado feminino, como também na sua ascensão na profissão. Obviamente que há mulheres especializadas em editorias geralmente consideradas mais relevantes para o jornalismo, como política, polícia e economia, mas em geral as participantes das pesquisas aqui apresentadas reclamam que as chefias "as poupam" de assuntos mais complexos, que exigiriam mais dedicação e contato com fontes ligadas a esses setores.

As pesquisas apresentadas neste livro possuem uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório. Os procedimentos incluem amostras não probabilísticas, de cunho intencional, e com a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os principais referenciais teóricos abrangem autores como Bourdieu (2002), Lipovetsky (2000), Scott (1995), Butler (2014), Boff e Muraro (2002), Kergoat (2009, 2010), Hirata (2002); Hirata & Kergoat (2007), Rocha (2007), Ramos (2010) e Fígaro (2013).

Para efeito de organização em relação aos recortes das pesquisas apresentadas, reunimos as contribuições em três grupos: as que dão ênfase ao assédio moral e sexual e ao preconceito; as que abordam a mulher fotojornalista, uma das especializações do jornalismo; e as que priorizam lutas e vitórias das mulheres na atividade jornalística.

A primeira parte, denominada **Assédio e Preconceito**, reúne quatro pesquisas. A primeira aborda assédio e preconceito no telejornalismo, em *Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero*, elaborada por Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFC) e Ana Maria Moraes, mestranda no mesmo Programa. O segundo estudo aborda as jornalistas negras como apresentadoras no telejornalismo brasileiro, desenvolvido por Melissa Galdino, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), *A escassez de jornalistas negras na bancada do telejornalismo brasileiro*. A jornalista e mestranda em Comunicação social, Jéssica Collado Mateos, em *Mais independentes, mas sob a influência do machismo: as vozes das jornalistas de São Paulo*, detectou em seus estudos como o machismo influencia a visão das jornalistas em São Paulo, apesar das conquistas femininas. E, finalizando a primeira parte, a pesquisa de Marli dos Santos que analisa seis décadas da principal premiação no jornalismo brasileiro, *Mulheres no jornalismo investigativo: pistas deixadas no Prêmio Esso*, e a rara presença das jornalistas até o início do século XXI.

Outros três textos compõem a parte 2, **Fotojornalistas e revolucionárias**, com a contribuição da fojornalista, pesquisadora e referência nos estudos de imagem, Simonetta Persichetti, que em *Tina Modotti, um olhar sobre a história*, dedica-se a apresentar a biografia da fotógrafa italiana engajada nos

movimentos de esquerda da primeira metade do século XX, e seus registros sobre o cotidiano da sociedade naquele período. A segunda pesquisa, *Fotojornalistas: assimetrias de gênero na distribuição de pautas*, é de Nathália Cunha da Silva, fotojornalista, mestre e docente no Centro Universitário SENAC, tendo como foco as práticas de nove profissionais de São Paulo, com vínculos empregatícios formais e informais, e seus enfrentamentos para se manterem no trabalho e mostrarem competência na profissão. A última pesquisa desta parte, desenvolvida pela jornalista e pesquisadora Alana Calixto em *A quase-ausência das mulheres na memória do fotojornalismo paulista*, investigou o lugar das profissionais na memória do fotojornalismo no século XX em publicações de dois grandes jornais.

Por fim, a parte 3 dá relevância às **Lutas e vitórias** das jornalistas, com mais três pesquisas realizadas: a de Michele Roxo, docente no Mestrado em Jornalismo Profissional do FIAM/FAAM Centro Universitário, e Francisco de Assis, coordenador e professor no mesmo Programa. Os dois pesquisadores abordam as ações afirmativas das jornalistas, com respaldo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), em três momentos: 1979, 2010 e 2016, nos quais comissões e coletivos de mulheres foram criados. Sobre as práticas no webjornalismo colaborativo, a jornalista e especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero, pela Clacso - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, faz um estudo de caso intitulado *Uma perspectiva feminina no webjornalismo colaborativo da Pública*, investigando a perspectiva feminina na produção de reportagens (mulheres e homens) considerando as pautas de grande interesse público. A terceira pesquisa é sobre jornalismo investigativo, tema tratado pela repórter da Agência Pública de Jornalismo Inverstigativo e pesquisadora Caroline Ferrari, em *Jornalismo investigativo e questão de gênero*, o qual apresenta mulheres e suas trajetórias na aplicação de métodos de investigação jornalística e a superação de obstáculos no contexto social de desigualdade de gênero.

Que esses estudos estimulem novas pesquisas acadêmicas sobre a mulher no jornalismo brasileiro.

Marli dos Santos
Ana Carolina R. P. Temer

PARTE I:
ASSÉDIO E PRECONCEITO

TELEJORNALISTAS MULHERES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer[1]
Ana Maria Morais[2]

Desde o surgimento do jornalismo nas sociedades ocidentais a atividade está ligada à urbanização e ao processo que culminaria na industrialização, mas também em um avanço na possibilidade das/os trabalhadoras/es terem acesso privilegiado a informações sobre acontecimentos e pessoas. Progressivamente, coube ao jornalismo o papel de dotar de sentido os acontecimentos sociais, o que representa um poder considerável em um mundo dominado pelas tecnologias de difusão de informação (MELO, 2012; ALSINA, 2009; ORTEGA & HUMANES, 2000). Este esforço, paulatinamente, exigiu a formatação de uma mão de obra especializada – as/os jornalistas – que sendo ao mesmo tempo coadjuvante e elemento central do jornalismo, reúne em si mesma condições especiais de produção de conteúdo.

Temer e Tuzzo (2017) lembram que as/os jornalistas são profissionais que desenvolvem suas atividades nos limites de uma ética rígida, mas que também dependem do capitalismo, sistema que está sempre em busca de lucros, sejam financeiros ou de prestígio pessoal. Desta forma, se configuram como fontes alternativas e diferenciadas de dados, construindo "memórias diferenciadas sobre os fatos e acontecimentos, sendo eles mesmos fontes importantes para compreender processos históricos ou situações específicas" (TEMER & TUZZO, 2017, p. 2).

---

[1] Ana Carolina Rocha Pessôa Temer é jornalista, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Email: anacarolinatemer@gmail.com

[2] Ana Maria Morais é jornalista, com mais de 20 anos de atuação em diversos veículos de comunicação, e mestranda da linha Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: anacardosomorais@gmail.com

Na busca pelo desvendamento das desigualdades que ainda prevalecem entre homens e mulheres no mercado de trabalho de jornalismo, das relações de poder, é importante registrar a percepção que as jornalistas têm das questões de gênero dentro da profissão e as experiências vividas devido a estas desigualdades. Assim, este artigo é construído a partir de entrevistas com mulheres jornalistas, analisando as compreensões que as profissionais têm das questões de gênero.

Louro (2014) aponta que as desigualdades sociais entre homens e mulheres são remetidas às características biológicas, e que a relação entre ambos decorre dessa distinção. Segundo estas mesmas justificativas cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente.

Nesse sentido, os estudos de gênero afirmam que não existe uma "essência feminina", nem uma "essência masculina", mas um aprendizado ao longo da vida de comportamentos socialmente esperados de uma mulher ou de um homem. E que essas características não são construídas nem aprendidas de maneira independente, mas numa relação de oposição entre masculino e feminino, com a supremacia do masculino (MATHIEU, 2009). Além disso, o gênero faz intersecção com várias outras relações de poder, regidas pelas categorias de classe, raça, orientação sexual, origem e idade (CRENSHAW, 2002).

Trabalho e poder

Nas sociedades ocidentais, as mulheres se tornaram quase a metade do mundo do trabalho remunerado em poucas décadas, em um processo intensificado nos anos 1970. A conquista de espaço no mercado de trabalho remunerado é um dos elementos estruturantes do funcionamento da sociedade, fator determinante na construção das hierarquias sociais, diferenciando, classificando e, às vezes, segregando as pessoas "... ter um emprego significa ter trabalho e salário, mas significa também ter um espaço na sociedade" (MARUANI, 2009, p. 85). Desta forma, embora as segmentações horizontais e verticais entre empregos masculinos e femininos, bem como as desigualdades salariais e a imputação do trabalho doméstico à mulher, as desigualdades perduram mesmo com a participação feminina no mercado de trabalho em linha ascendente.

De acordo com Kergoat (2009), este processo se chama concisamente de divisão sexual do trabalho, e foi um conceito cunhado por etnólogos para designar uma repartição "complementar" das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades. As antropólogas feministas reconceituaram a expressão, demostrando que traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas o poder masculino sobre o feminino. Assim, "a divisão sexual do trabalho adquiriu, nessas pesquisas, o valor de um conceito analítico" (KERGOART, 2009, p. 67).

Esse processo de feminização do mercado de trabalho foi maior em algumas profissões e, entre elas, está o jornalismo. Pesquisa da FENAJ, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, mostra que as mulheres são mais de 63% das profissionais atuantes no país, média que era de 40% na década de 1980. Rocha (2004) diz que, em todo o país, houve uma coincidência entre o aumento da participação feminina nos cursos superiores e a profissionalização do jornalismo, o que favoreceu o ingresso de mulheres.

Embora tenham conquistado direitos fundamentais no século XX e a igualdade entre os sexos esteja proclamada na constituição brasileira, a cidadania plena parece um ideal ainda distante para a parcela feminina da sociedade, devido a valores e ideologias machistas que ainda prevalecem. E o mesmo ocorre com as jornalistas. A questão toma maior fôlego quando envolve mulheres jornalistas que, apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens. A discriminação sofrida pelas mulheres no trabalho jornalístico também envolve aspectos éticos, uma vez que "é necessário entender o jornalista em uma dupla relação: como indivíduo/cidadão que se equilibra entre os riscos e os privilégios da profissão, mas também como profissional cuja defesa da cidadania e da democracia é condição essencial para o próprio trabalho" (TEMER & TUZZO, 2017, p. 2).

A discriminação sofrida pelas mulheres em atuação no jornalismo não se limita às disparidades salariais e às dificuldades de ascensão e/ou ocupação de postos mais cobiçados. Como mostra o levantamento do Coletivo Feminista do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SPJDF), de 2016, as jornalistas sofrem assédio moral e sexual, tanto por parte de chefes, colegas,

quanto de entrevistados e muitas vezes são preteridas na distribuição de pautas. Rocha (2004) diz que jornalistas de sucesso entrevistadas por ela são mulheres que disputam o mercado de trabalho atuando de forma semelhante aos profissionais homens, cumprindo extensas jornadas de trabalho e ocupando cargos que exigem maior dedicação profissional. Ao investigar dois editores-chefes homens sobre a mesma situação, a pesquisadora diz que eles também encontram dificuldades para conciliar a vida privada com a vida pública "a diferença é que para eles, o valor positivo no ambiente público se transfere para o privado, ao mesmo tempo em que conseguem se proteger na casa do estresse gerado no trabalho" (2004, p. 194).

Silva (2010), ao realizar um estudo etnográfico na redação de um telejornal, diz que se surpreendeu com o fato de que não seria difícil perceber as concepções de gênero dos jornalistas, já que tudo remetia a isso: "Piadas, referências a pessoas e situações, trocas entre os colegas, enfim, todo o cotidiano e relacionamento entre eles, escolha de pautas..." (SILVA, 2010, p. 88). Ela constatou relações de gênero e poder não apenas entre os interlocutores da pesquisa, mas também destes em relação a ela, situação que sentiu como "quase uma desconfiança sombria" (p.88). Entre os comportamentos encontrados, Silva relata o episódio de um homem que, ocupando um cargo de chefia, assumiu uma postura vertical, dando-lhe ordens sobre quem deveria entrevistar para a pesquisa, sempre tendo como critério os cargos do topo da hierarquia da empresa, todos ocupados também por homens; presenciou também um homem e uma mulher se revezando interinamente no comando de um programa, situação na qual eles e a equipe replicaram diversos estereótipos de gênero, inclusive com a mulher não tendo a autoridade reconhecida pela equipe, fazendo com que ela se sentisse desconfortável por estar naquela posição.

A cidadania no feminino

Souza (2006) reflete sobre a singularidade do patriarcalismo brasileiro, dizendo que ele foi essencial para que as desigualdades entre os gêneros e as raças sejam ainda maiores e de difícil superação do que em sociedades modernas centrais. Citando Freyre[3], o autor mostra que não havia ne-

nhum empecilho à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos, que era um "bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação aos seus impulsos primários" (p.118). A sociedade cultural e racialmente híbrida exaltada por Freyre, a imagem idílica de intimidade e afetividade do "paraíso racial" idealizada pelo autor contrasta com uma evidente fragilidade feminina diante do histórico poder patriarcal: "Foi sádica a relação do homem português com as mulheres índias e negras. Era sádica a relação do senhor com suas próprias mulheres brancas, as bonecas para reprodução e sexo unilateral de que nos fala Gilberto..." (SOUZA, 2006, p. 117). Além disso, diz o autor, o desenvolvimento de um conjunto de regras e costumes que se tornem direitos dos dependentes e que sirvam de fronteira ao arbítrio do patriarca, parece ter sido, no caso brasileiro, reduzido ao mínimo, já que, em muitos casos, os/as dominados/as se tornam coniventes com as práticas opressoras. Souza explica essa relação por meio da noção de habitus de Bourdieu, conceituado pelo autor como uma forma pré-reflexiva de introjeção e inscrição corporal de disposições que condicionam um estilo de vida e uma visão de mundo específica de cada grupo, que, por sua vez, são reforçados pelas instituições formadoras do indivíduo. "Às gerações que já nascem sob a égide das práticas disciplinadoras consolidadas institucionalmente, esse modelo contingente e condicionante assume a aparência naturalizada de uma realidade auto-evidente [sic] que dispensa justificação" (SOUZA, 2006, p. 57). Para Bourdieu, "a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la" (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Retomando as entrevistas feitas por Rocha (2004), ao questionar as jornalistas sobre a ocorrência de preconceito por parte de chefes e colegas homens, todas responderam que existia sim discriminação entre os gêneros, mas não se lembravam de nenhum episódio em que pessoalmente tivessem sofrido preconceito. No decorrer da conversa, no entanto, contavam histórias que revelavam o contrário, o que possibilitou deduzir que "o código

[3] Autor de Casa Grande & Senzala, de 1932, o livro considerado marco inicial da sociologia brasileira.

tradicional que ressalta a cultura da submissão feminina" está "incorporado nas visões" (ROCHA, 2004, p. 168) das investigadas, fazendo com que elas vejam de forma "natural" os preterimentos, a ausência de oportunidades e o comportamento inadequado dos colegas do sexo oposto. Outro ponto notado por Rocha (2004) é que as jornalistas reconhecem que a maioria dos cargos de chefia é ocupada por homens, mas que isso é visto também de forma "natural" e que há diversas reclamações quanto à chefia feminina, quando esta assume uma postura masculina, o que leva Rocha a deduzir que o custo em termos de trabalho emocional para as mulheres que exercem cargos de chefia também é maior do que para os homens.

Entrevista qualitativa

Entre os argumentos dos/as pesquisadores/as que recorrem à entrevista do tipo qualitativo, Poupart destaca o de ordem epistemológica, segundo o qual "uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais"; o de ordem ética e política, que diz que "ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais", e os argumentos metodológicos, de acordo com os quais ela está "entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais, mas principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores" (POUPART, 2008, p. 216). Duarte (2010) entende que entre as principais qualidades dessa abordagem, está a flexibilidade de permitir ao/à informante definir a forma que vai responder ao/à entrevistador/a e ajustar as perguntas de acordo com o fluxo da entrevista. "Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas" (DUARTE, 2010, p. 63).

Poupart (2008, p. 218) cita os argumentos de Clough (1992), pesquisadora da vertente dos estudos feministas pós-estruturalistas[4], que entende que

[3] Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade: apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão

as interpretações da realidade elaboradas tanto pelos atores sociais como pelos cientistas são relatos, histórias que apresentam versões diferentes da realidade. Neste sentido, as interpretações dos últimos têm mais chance de se impor incontestavelmente do que as dos primeiros, uma vez que os cientistas têm uma posição social privilegiada ancorada em uma pretensa superioridade de seu saber (CLOUGH, apud POUPART, 2008, p. 219). Outro aspecto também trazido por Poupart (2008) é que os/as pesquisadores/as deveriam, em seus relatos etnográficos, não só tratar as pessoas como sujeitos capazes de analisar sua própria situação, mas igualmente produzir análises de "múltiplas vozes"; isto é, análises em que o ponto de vista dos diferentes atores/atrizes que participam da pesquisa se encontre expresso. Uma questão que se coloca quando uma pesquisa lida com as lembranças das pessoas é o fato de que elas passam pelo filtro do presente e, na maioria das vezes, são idealizadas, no sentido de que a percepção do vivido é melhor do que realmente foi. Por isso, "a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão de toda a alteridade" (BOSI, 2003, p. 53) e que "a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa" (p. 20). No entanto, "a memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do quotidiano [sic]. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios" (BOSI, 2003, p. 15).

Nora (1993) e Bosi (2003) recorrem a Halbwachs (1949), o qual diz que a memória individual está atrelada à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade e que, mesmo as imagens do sonho, as quais parecem ao consenso geral mais desgarradas da memória coletiva, não fogem a estas determinações. "Há, portanto, uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, idéias [sic] e valores que dão identidade àquela classe" (BOSI, 2003, p. 18), e por isso,

---

do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social etc. (LOURO, 2014, p. 33).

entender "o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado" (BOSI, 2003, p. 54). Neste sentido, o resgate da memória seria uma história alternativa ou um método diverso de abordar a história.

Nora (1993), no entanto, considera que embora pareça que é da memória que se faz a história, já que ambas evocam o passado, memória e história não se confundem e têm, na verdade, um caráter oposto: a memória é sempre carregada por grupos vivos e que por essa razão está em permanente evolução, "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações" (1993, p. 09). Em contrapartida, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Nessa perspectiva, a evocação da memória é a possibilidade de recolocação de situações desconhecidas que habitam o interior das redações, espaço onde as notícias são gestadas e onde se dota de sentidos a vida em sociedade.

Pesquisa empírica

Seguindo esse modelo metodológico da entrevista qualitativa, a pesquisa empírica sobre as jornalistas que atuaram ou atuam no jornalismo televisivo em Goiânia foi desenvolvida a partir do formato de entrevista semiaberta, que parte de um roteiro, com questionamentos básicos, incorporando novas perguntas de acordo com as respostas das informantes.

Temer e Tuzzo (2017, p. 2) falam sobre a necessidade de buscar métodos especializados para obter informações dos/as jornalistas. Isto tem sido comprovado durante as entrevistas, que muitas vezes necessitam ter as perguntas reformuladas para que sejam respondidas. Um temor partilhado por duas das seis jornalistas cujas entrevistas são relatadas neste estudo se refere à possibilidade de ter sua história reconhecida. Por esta razão, mesmo com a garantia de anonimato, por ser uma cidade em que o círculo de jornalistas é relativamente pequeno, houve pedidos para que se alterasse não apenas nomes, mas também fossem omitidos os veículos por onde passaram. Numa

tentativa de maior compreensão segundo o aspecto geracional, as entrevistas estão divididas por décadas, iniciando na década de 1980. A seleção das jornalistas entrevistadas foi realizada a partir de uma amostragem maior, ou um conjunto mais amplo de jornalistas mulheres que atuam/ atuaram em Goiânia (embora não sejam obrigatoriamente goianienses), entre as quais fez-se uma nova seleção/novo recorte, contemplando apenas as profissionais com experiência em telejornalismo.

Malu Longo conta que viveu situações de assédio moral em dois programas de telejornalismo, ambos na década de 1980. Segundo ela, no primeiro as mulheres atuavam apenas na produção e eram tratadas como o "sexo mais frágil" pelos homens que exerciam a função de chefe. No outro trabalho, onde a jornalista e a maioria das mulheres atuavam também na produção, ela relata que sofreu discriminação de gênero por parte do editor-chefe, que agredia verbalmente as jornalistas de várias formas, tratando-as de "racha" e "rachinha", e a apresentadora com quem o editor dividia a bancada do telejornal, chamava-a de "aparecidinha", por considerar que ela gostava de aparecer. Malu resume a atitude do chefe: "...enfim, todas as formas que ele encontrava de nos humilhar, de colocar algum termo pejorativo para nós mulheres, ele colocava... Em muitos momentos, até no ar, ele foi muito agressivo, muito grosseiro, eu diria. ... como a gente precisava do emprego, a gente sempre achava que o problema era com ele, não com a gente".

Débora[5], 53 anos, atuou como repórter de TV no final da década de 1980, fala de dificuldades para liderar a equipe (cinegrafista e motorista). A insubordinação era constante e, às vezes, tinha que assumir uma postura mais "durona" para fazer valer suas decisões. Os colegas faziam piadas, dizendo que ela estava "naqueles dias", e nem sempre cumpriam suas exigências, o que, acredita a entrevistada, não ocorreria com um repórter. Mas a situação mais vexatória que viveu foi em um jornal impresso, onde sofreu opressão de gênero por mais de 20 anos de seu editor, que tinha comportamento sexista.

Na década de 1990, Kely Cabral, 44 anos e mais de 20 anos como repórter e apresentadora de telejornal de uma emissora estatal, sofreu dois assédios sexuais. O primeiro quando ainda fazia estágio e quis acompanhar de

[5] Nome fictício.

perto o trabalho do apresentador do telejornal. Sozinhos, o jornalista forçou um beijo no camarim – mas não comentou com ninguém porque a entrevistada era "apenas" uma estagiária. O segundo assédio foi por parte de um chefe, quando ela já era repórter contratada, durou meses. Apesar de ter vontade de reagir, temia ser demitida, portanto "foi levando", até o dia em que o chefe, concursado, foi transferido para outro órgão. Ela considera ainda que as piadas de cunho machista e sexista fazem parte do cotidiano, sendo uma espécie de "instituição" dentro do telejornalismo. "Brincadeiras sempre há, as piadas que são de mau gosto, mas que são institucionais mesmo, parece que todo mundo acha muito normal, tanto os homens, quanto as mulheres", analisa.

Thaís Freitas, 36 anos, atua em telejornalismo desde 2004, tendo começado como produtora na capital e se tornado repórter, em 2005, em uma emissora afiliada no interior de Goiás, até conseguir o que sempre quis: reportagem no telejornal esportivo da capital. Desde então, ela é a única mulher a fazer parte da equipe do jornalismo esportivo da emissora afiliada em Goiás, que conta com oito jornalistas homens. Thaís diz que não sabe se as empresas preferem contratar homens, se as mulheres ainda não chegaram ao patamar de disputar vagas com os concorrentes, ou se elas simplesmente não querem o jornalismo esportivo. Thaís considera que houve uma evolução, pois quando começou no jornalismo esportivo havia mais desigualdades e preconceitos, expressos em frases como: "Ah, mulher não entende de futebol; mulher não sabe nada de esporte; o que mulher está fazendo aqui?". Na opinião dela, essa era também uma maneira de expressar a falta de formação acadêmica, já que uma boa parte dos jornalistas esportivos era autodidata. Segundo a participante da pesquisa, era comum ouvir "piadinhas" do tipo: "Aaah, concedendo entrevista porque namora com ela", "está tendo um caso com ele, estão saindo juntos". Segundo Thaís, esses colegas se sentiram um pouco ameaçados logo no começo das mudanças no jornalismo esportivo, mas "com o passar dos anos, foram vindo outras mulheres, foram [se] qualificando (...) então eu acho que hoje isso não existe mais, hoje a gente convive em harmonia". Para a jornalista, muitos jogadores de futebol preferem falar com repórteres mulheres, "porque esse é um dom das mulheres também, a gente chega, a gente sabe chegar com jeitinho, a gente sabe

entender o psicológico da pessoa e postar a pergunta de uma maneira que não agrida".

Flávia Moreno, 30 anos, iniciou sua trajetória no telejornalismo em 2011, como repórter, mas também atuando na produção, apresentação, edição e "se precisasse, também lavava o chão", diz em tom de brincadeira. Flávia conta que passou por diversas situações de assédio moral e sexual com um chefe que veio de São Paulo, em substituição a um chefe goiano, com quem não teve problemas. As cantadas eram comuns e passaram a ser comentadas nas conversas entre colegas. A entrevistada narra uma dessas insinuações: "Nossa! Esses dias eu vi uma mulher com uma calça branca, descendo do carro, na hora eu pensei 'nossa, que mulher gostosa!', quando eu vi era você". Segundo Flávia, ela e as colegas ficavam sem reação, não sabiam o que responder e se limitavam a risos constrangidos. Já nas relações com os colegas, a jornalista diz que eram comuns as brincadeiras sobre atributos físicos, mas ela não considera que estas observações fossem constrangedoras. Quanto ao assédio moral, Flávia se lembra de uma circunstância específica, em que tinha acabado de chegar ao trabalho, quando o tal chefe viu outra emissora cobrindo uma notícia ao vivo e começou a gritar no meio da redação, tirando-a do camarim: "É, você tinha que estar lá!, que está fazendo aqui? Vai agora, vai agora!" Enquanto esperava o carro da reportagem no estacionamento o chefe teve uma nova explosão diante de funcionários de outras áreas. Gritando, ele a pegou pelo braço e a levou até o carro, com o dedo em riste diante de seu rosto, ordenando-a a entrar no carro. Flávia só foi se dar conta da gravidade da situação, quando os colegas disseram que testemunhariam o fato, caso ela quisesse abrir um processo por assédio moral. A reação do chefe depois disso foi a de ignorá-la. A entrevistada soube depois que essa atitude era corriqueira quando ele tinha algum problema com os/as subordinados/as. Segundo a jornalista, isto era comum também com os/as homossexuais que atuavam na emissora, que se sentiam perseguidos/as por ele. Incapaz de lidar com a situação, Flávia pediu demissão, e chegou a reunir provas e testemunhas para entrar com um processo por danos morais, mas desistiu ao ouvir ameaças da chefe do departamento de Recursos Humanos, a qual a alertava que o mercado de trabalho em Goiânia era restrito.

A jornalista foi para outra emissora, onde também conviveu com um do diretor de jornalismo vindo de São Paulo. Nesse trabalho vivenciou outra situação de preconceito: ela e a editora responsável foram demitidas após a exibição de uma matéria sobre ações ilegais de vendas casadas[6] de empresas varejistas, que continha uma passagem[7] em frente a uma parceira comercial da emissora. A injustiça dessa história, segundo a entrevistada, é o fato de o cinegrafista não ter sido demitido: "ele que fez a imagem (...) eu não tinha visto, ele continua lá até hoje, porque ele é da igreja..." O prejuízo psicológico causado pelos assédios levou a jornalista a apresentar outras doenças físicas e a fazer tratamento psiquiátrico e psicológico, além de dificuldades para lidar com chefes, fatores que a levaram a desistir do jornalismo diário. Aliadas a essas razões ela inclui como fatores para largar o jornalismo o estresse pelo "furo", a cobrança diária e a baixa remuneração. Apesar de se dizer apaixonada pelo telejornalismo, de ter "muuuita saudade", e de ter recebido convites de outras emissoras de TV, Flavia preferiu abrir uma empresa de assessoria de imprensa.

Essa relação é explicada por Bourdieu (1997):

> As pessoas descobrem cada vez mais cedo as necessidades terríveis da profissão e, em particular, todas as pressões associadas ao índice de audiência etc. O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas (BOURDIEI, 1997, p. 53)

Viviane[8], 31 anos, veio do interior de Goiás aos 20 anos para dar prosseguimento aos estudos. Tendo iniciado o curso de Jornalismo em 2008, estagiou em 2009 numa emissora de TV. Profissionalmente, começou como produtora de um telejornal em 2013 e foi para a reportagem em 2014. Vi-

[6] Esta é a expressão popular para o que o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça considera venda abusiva, quando empresas comercializam produtos conjuntamente com seguros e outros serviços adicionais, como garantia estendida e planos odontológicos, sem solicitação dos consumidores.

[7] Expressão usada para designar o momento em que a/o repórter aparece na tela, explicando fatos da matéria gravada.

[8] Nome fictício.

viane tem opiniões diferenciadas das outras entrevistadas. Para ela, há uma inversão de papéis entre os sexos e as conquistas femininas no mercado formal de trabalho aconteceram porque "os homens deixaram. (...) O problema é que o homem 'está cada vez mais feminino, não me refiro a homossexual, (...) – me refiro aos héteros – 'estão cada vez mais bananas, cada vez mais frouxos, e eu acho que foi essa frouxidão que fez a gente virar bruta, ficar bruta, né?" Ela usa de ironia quando se refere à segunda onda do movimento feminista, quando as mulheres começaram a reivindicar direitos iguais em relação aos homens: " (...) Quem disse que eu queria ser igual? Quem disse que eu quero ter os mesmos direitos de homem? (...) Eu quero trabalhar se eu quiser (...) Acho tão bonito, tão romântico a época que as mulheres mais custosas da vida eram costureiras (...) Hoje não, hoje a gente faz o que a gente quer, pilota avião, dirige o país, inclusive quando teve oportunidade de dirigir o pais, fez cagada, né? Para ela, o fato de as mulheres estarem no mercado formal de trabalho fez com que os homens repassassem a responsabilidade de provedor: "O homem só coça, enquanto a mulher trabalha o dia inteiro pra sustentar a casa, isso sim é um absurdo!" Quanto ao telejornalismo, inicialmente Viviane diz não se lembrar de nenhum episódio de sexismo, discriminação ou assédio, e só se lembra de ter sofrido preconceito por ser pobre e não "ter ninguém importante na família". Mas, ao longo da entrevista, (como também relata Rocha (2004) em sua pesquisa), os episódios citados comprovam o contrário: foi humilhada por um cinegrafista que a tratava de "puta" e "burra" diante de entrevistados; comenta sobre um caso de um policial, com quem tinha contato profissional, o qual a contatou para "cantá-la" (situação em que se fez de desentendida) além de outras "cantadas" dos entrevistados, mas considera isso "natural". Nas falas de Viviane percebe-se uma confusão de conceitos, e não apenas contradições inerentes ao ser humano. Essa relação se manifesta tanto nas suas opiniões sobre a religião (declara-se evangélica mas se define-se como antirreligiosa), quanto nas ideias marcadas por preconceitos de gênero. Ao mesmo tempo, ela também declara que, como jornalista, sua função é "trazer um pouco de igualdade social e de dar voz a quem não tem voz, é de ouvir o humilde, ouvir o humilhado, ouvir o rejeitado pela sociedade".

Chefia

Segundo as falas das entrevistadas que trabalharam em telejornalismo na década de 1980, somente na década de 1990 as mulheres começaram a serem designadas para postos de chefia. Já no final da segunda década do século XXI, percebe-se que os homens ainda são maioria. Essa situação é naturalizada, como se depreende da fala de Flávia Moreno, que atuou em telejornalismo até 2014: "...ainda vejo que nas direções, na tomada de decisão mesmo, normalmente são os homens, e quando tem mulher elas costumam ser pressionadas por eles, elas se rendem, eu acho, a eles, e acabam se tornando iguais como chefes". Neste sentido, é importante destacar o modo como é vista a chefia feminina. Débora descreve que, no jornalismo "... quando as mulheres ocupam um cargo de chefia elas assumem os valores masculinos de liderança, principalmente a assertividade e o foco na execução de tarefas, pois precisam mostrar resultados. Dessa forma, elas também se tornam, digamos assim, mais "ditadoras" e menos "democráticas", isso para serem respeitadas pelos subordinados de ambos os sexos." Flávia concorda com essa opinião dizendo que "ao invés de agirem diferente elas se igualam a eles, às vezes, na questão da arrogância de se impor demais e tal, então eu vejo que elas não, às vezes não conseguem usar artifícios femininos, elas acabam indo pelo sistema e se tornando mais parecidas com eles". Ela considera que mulheres chefes quando recebem pressão de superiores hierárquicos se desestabilizam com facilidade, repassam para os/as subordinados/as na mesma intensidade que receberam e ainda levam o desequilíbrio para a vida pessoal.

Leite (2015) faz uma análise da percepção de subordinados/as sobre a mulher no comando de uma redação (de jornal impresso), discorrendo a respeito de Jill Abramson, que coordenou a redação do *The New York Times* de 2011 a 2014. A autora coletou várias críticas que a jornalista recebeu por seu "comportamento". Em uma delas, na matéria intitulada "Jill Abramson perde o apoio de sua redação", do *Politico Magazine*[9], Dean Baquet (que posteriormente assumiu seu cargo) descrevia a profissional como uma pessoa "teimosa", "condescendente" e "difícil de trabalhar". Para Leite (2015), "faz

[9] www.politico.com/blogs/media/2013/04/jill-abramson-loses-the-newsroom-162480.html

parte da visão estereotipada de que, no trabalho, uma mulher em posição de poder é compreendida como "dura", "arbitrária" e "histérica" e não como uma figura de liderança" (LEITE, 2015, p. 115, grifos da autora). Esse aspecto reforça a observação já apontada por Rocha (2004) sobre o custo emocional para as mulheres chefiarem. "A tensão com a chefia feminina revela o diferencial de poder entre os gêneros, exigindo das mulheres a imposição da força, por não dispor da mesma legitimidade social dos homens para comandar" (ROCHA, 2004, p. 185). Aquelas que alcançaram sucesso na profissão, diz Rocha (2004), são mulheres que disputam o mercado de trabalho semelhante aos profissionais homens, cumprindo extensas jornadas de trabalho e ocupando cargos que exigem maior dedicação profissional.

Vida doméstica e profissional

A conciliação do trabalho e da família é uma tarefa que pesa mais sobre os ombros femininos (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2010 e ABRAMO, 2010). Mas entre as seis entrevistadas não há este consenso. Para Malu, um dos entraves enfrentados pelas mulheres é justamente o fato de que a "cabeça da mulher nunca está integralmente no trabalho, a gente tem filho, você tem casa a administrar, você nunca está integralmente (...) seu pensamento está sempre em algum ponto, porque é assim que a mulher é...".

Débora, casada há 30 anos, e sem filhos, tem um arranjo mais igualitário. Ela conta que tem uma diarista para a limpeza da casa uma vez por semana; ela é a responsável pela lavagem das roupas na máquina, mas diz que, às vezes, conta com a ajuda do marido para colocá-las no varal e depois recolhê-las, a manutenção geralmente é feita pelos dois e à noite e nos finais de semana preparam juntos as refeições. Além disso, o marido é o principal responsável pelas compras de supermercado.

Kely, casada há cinco anos e sem filhos, resume assim a desigualdade na distribuição de tarefas entre ela e o companheiro: "... eu posso comparar como é que é eu chegar do trabalho e ele chegar do trabalho. Eu chego do trabalho, nem sento, ou tiro a roupa, já vou para cozinha, já faço o almoço e tem sempre muita coisa para fazer; ele chega, ele trabalha à tarde, noutro horário, e quando ele chega, está com o tempo livre para fazer o que ele quiser. Eu sempre per-

cebo isso. A gente tem obrigação, ele pode até fazer alguma coisa, mas para ajudar, sendo que a obrigação é minha".

Thaís, casada há cinco anos e mãe de dois filhos, não faz rodeios: "Eu sou casada com um machista nato, ele fala que ele trabalha, ele coloca dinheiro, ele não tem que fazer nada (...) 'Não, eu sou homem!' É o mais machista que eu conheço, de todos os tipos de relações profissionais, pessoais", critica. O que ele faz dentro de casa, diz a jornalista, é cuidar dos filhos quando ela está de plantão no final de semana, ou quando precisa trabalhar até mais tarde. Para as tarefas domésticas, ela conta com diarista três vezes por semana e com o auxílio da mãe e da sogra para cuidar do filho caçula no momento em que ela vai cumprir as seis horas de trabalho na TV, período em que o mais velho está na escola.

Apesar das manifestações mais flagrantes de desigualdade entre os sexos, as mulheres, mesmo insatisfeitas com esse arranjo, não sabem como modificá-lo sem prejudicar a própria relação conjugal. Segundo as palavras de Hirata (2002) esta é a principal permanência na qual está embasada a divisão sexual do trabalho:

> Enquanto a "conciliação" entre vida profissional e vida familiar, entre trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão não parecem estar ameaçadas em seus fundamentos (HIRATA, 2002, p. 20, grifo da autora).

Flávia, casada há oito anos, sem filhos, quando questionada sobre o compartilhamento de tarefas domésticas, esclarece que não é feminista: "Eu não acho que esse feminismo que se defende hoje eu não acredito nele (...). Devemos ter direitos iguais de oportunidades, de salários. Se você é competente, por que não você estar no cargo de chefia? Não quer dizer que é porque você é mulher que você não tem esse direito. Ela diz que o marido a ajuda e a apoia em tudo, sendo que "ele tem as habilidades dele, eu tenho as minhas, tem coisas que eu faço muito melhor que ele, tem coisas que eu não chego nem aos pés dele", teoriza.

Viviane, que é solteira e está em um relacionamento recente, diz que

planeja casamento para 2018, mas comenta que exige do namorado uma postura que ela considera adequada ao sexo masculino: "Eu sempre falo: 'Toma atitude, porque o começo da relação é agora, porque se você deixar eu vou ser o homem da casa, você vai ter que aguentar as minhas regras na relação e não vai dar certo'". E adiciona: "Mas, assim, realmente é algo que me preocupo, porque eu não quero ser o macho da relação (...) eu não quero um homem mocinha."

Conclusões

Para Sodré (2006), as pesquisas realizadas sobre influências e efeitos, "... têm levado à convicção de que a mídia é estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como uma espécie de agenda coletiva" (SODRÉ, 2006, p. 23). Tendo em vista que o jornalismo é um dos principais produtos midiáticos, os valores e ideologias cultivados pelas jornalistas enquanto grupo e difundidas à sociedade por meio das matérias que produzem, podem tanto legitimar quanto questionar as desigualdades que foram construídas, tanto nas práticas sociais quanto nas práticas profissionais, baseadas nas diferenças biológicas entre os sexos, reflexões que podem ser encontradas em Louro (2014).

Investigar por meio de entrevistas as experiências das jornalistas tem se mostrado uma metodologia reveladora das desigualdades de gênero não apenas nas redações, mas na sociedade brasileira; bem como da naturalização de algumas dessas desigualdades. Mesmo atuando em uma profissão que exige crítica social, as mulheres jornalistas ainda se colocam na posição de vítimas – do sistema e dos próprios maridos. As reações, quando acontecem, se dão pela negação – o afastamento do emprego, a busca de novas oportunidades ou, simplesmente, na resistência quase sempre silenciosa. De fato, algumas entrevistas até mesmo surpreendem pela confusão e conservadorismo. Na fala de Viviane, por exemplo, repórter de um dos telejornais de maior audiência no estado, percebe-se uma mistura do senso comum, com explicações biológicas sobre as desigualdades entre mulheres e homens, com interesses em manter as minorias na mesma situação de opressão e discriminação. Entretanto, na maior parte das outras falas, percebe-se também que "os grupos

dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder" (LOURO, 2014, p. 37).

De forma ampla, as entrevistas apontam também que a presença das mulheres nas redações é ao mesmo tempo resistência e resiliência, algo que (ainda) revela os vínculos com um modelo patriarcal que oprime as mulheres de uma forma que, sendo essencialmente *brasileira*, é também essencialmente cruel e preconceituosa. Neste sentido, cabe às mulheres entrevistadas, e a todos/as que registram este processo, louvar cada conquista, pois mesmo entre os/as jornalistas – classe definida pela ética e pelo respeito ao ser humano – elas são resultado de uma disputa permanente pelo reconhecimento pessoal e profissional.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2009

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória:** Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COLETIVO DE MULHERES JORNALISTAS DO SJPDF. **Desigualdade de gênero no jornalismo**. 2016. Disponível em: http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2929-pesquisa-do-sindicato-revela-as-dificuldades-enfrentadas-pelas-jornalistas-no-ambiente-de-trabalho. Acesso em 5 jun 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre 2002, p. 171-188.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 62-75.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa... São Paulo: Boitempo. 2002

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, v. 86, p. 93-103, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, SP: UNESP, 2009. p. 67-75.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo:** um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, SP: UNESP, 2009, p. 85-90.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, SP: UNESP, 2009, p. 222 – 231.

MELO, José Marques de. **Historia do Jornalismo:** Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história - a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, PUC/SP. 1993. Disponível em: http://docslide.com.br/documents/entre-memoria-e-historia-a-problematica-dos-lugares-pierre-norapdf.html#. Acesso em 25 out 2016.

ORTEGA, Félix; HUMANES, Mª Luisa. **Algo más que periodistas Sociología de una profesión**. Barcelona (Espanha): Ariel, 2000.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p 215 – 252.

ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo:** O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 20, nº 2, 1995, p 71-79.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção de notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Denis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p 19-31.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2006

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TUZZO, Simone. **A entrevista como método de pesquisa qualitativa:** uma Leitura Crítica das memórias dos jornalistas. Anais CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, Salamanca/Espanha: Universidade de Salamanca, 2017.

A ESCASSEZ DE JORNALISTAS NEGRAS NA BANCADA DO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Melissa Galdino[1]

Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela,
porque tudo é desestabilizado a partir da base da
pirâmide social onde se encontram as mulheres negras,
muda-se a base do capitalismo.
Ângela Davis (ALVES, 2017)

A televisão brasileira estreou em 1950, em São Paulo, com a chegada da TV Tupi, no canal 6. Assis Chateaubriand foi o pioneiro a trazer essa tecnologia, após ter contato com o aparelho em uma de suas viagens aos Estados Unidos. De acordo com Rezende (2000, p. 105), a televisão nesse período era de pouco acesso, já que o custo era mais elevado. "A época de 50 foi muito importante para o Brasil. Época em que ocorreram muitas transformações, tanto econômicas, quanto políticas". O telejornalismo nasceu dois dias após a estreia da TV, conforme o mesmo autor (2000, p. 105): "Dois dias depois de seu nascimento, no dia 20 de setembro de 1950, a estação pioneira de TV no Brasil, a TV Tupi, canal 6 de São Paulo, lançava ao ar a edição inaugural de seu primeiro jornal, Imagens do Dia".

Os telejornais brasileiros, assim como os outros programas televisionados, herdaram conteúdo e formato do rádio, valorizando mais a fala que a imagem, diferentemente dos Estados Unidos que se apoiavam na indústria cinematográfica. Rezende aponta que "a programação televisiva apresentava um baixo índice de noticiários, porque na competição com o rádio ela perdia em relação à instantaneidade" (2000, p. 106). A transmissão aos telespectadores apresentava atrasos de até 12 horas, pois a revelação e montagem dos filmes demandavam tempo.

[1] Foi pesquisadora PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Metodista de São Paulo, é graduanda em Jornalismo. Email: galdinomelissa@gmailcom

Segundo Tavares (2016), o *Repórter Esso* foi o primeiro telejornal da TV a ter sucesso, com uma pauta que dava ênfase a fatos políticos e econômicos. Ficou por 30 anos no ar e era patrocinado pela empresa norte-americana S*tandard Oil Company of Brazil*.

As emissoras brasileiras em 1960 começaram a agregar massivamente o telejornalismo em sua grade de programação, momento em que Brasília se torna a capital. Nesse contexto, surge o *Jornal Vanguarda*, veiculado pela *TV Excelsior*, no qual jornalistas eram produtores e cronistas (REZENDE, 2000, p. 107). O telejornal era inovador em suas características, na estrutura e forma de apresentação, como aponta Silva (2015). Obteve tanto sucesso, que chamou a atenção de países no exterior, como da Espanha. Em 1963 ganhou o prêmio Ondas[2], como o melhor telejornal do mundo. Mas foi durante a ditadura militar (1964-1985) que o telejornalismo passa por uma nova reformulação, e começa a seguir o modelo norte-americano, com o uso de bancadas e formato diferente. O *Jornal Vanguarda* é extinto.

No final da década de 1960, dois fatores são determinantes na história do telejornal brasileiro, a primeira é o fim do Repórter Esso, pois a TV Tupi já entrava em falência, e a segunda é o nascimento do *Jornal Nacional*, da TV Globo, que era transmitido simultaneamente em seis capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília. Seus primeiros apresentadores foram Hilton Gomes e Cid Moreira. De acordo com Rezende (2000, p.110) a Globo por muito tempo teve que enfrentar as críticas em relação à sua proximidade ideológica com o regime militar. Ao mesmo tempo ganhava mais audiência pelo investimento em tecnologia, oferecendo maior qualidade nas matérias produzidas e exibidas. O uso de satélite e a transmissão em cores também ocorreram primeiramente no telejornal (SILVA, 2015, p.13). O formato, a linguagem, a narrativa e a figura do repórter em vídeo seguiam o padrão norte-americano.

---

[2] O Prêmio Ondas nasceu em 1954, pela inspiração do diretor da Rádio Barcelona, à época, Ramon Barbat (ONDAS, 2018). Atualmente o Grupo PRISA, "líder na criação e distribuição de conteúdos culturais, educativos, de informação e entretenimento nos mercados de língua espanhola e portuguesa" (PRISA, 2018), concede todos o Prêmio Ondas às produções nacionais e internacionais de maior destaque no mundo audiovisual (ONDAS, 2018).

Em 1970, a TV Cultura de São Paulo com o jornal *A Hora da Notícia* deu o pontapé inicial no modelo de jornalismo diário, dinâmico e inteligente, como afirma Carvalho (1979, p.40). A ideia do editor Fernando Pacheco Jordão era que as notícias tivessem laços diretos com os telespectadores, não existia grande preocupação com o formato ou conteúdo, dava-se ênfase ao depoimento popular a respeito da comunidade. Foi o maior sucesso, o programa se tornou líder de audiência. Porém, isso esbarrou em interesses políticos. Em 1969, o regime militar endureceu e o telejornalismo foi bastante censurado, a partir do Ato Institucional - 5. Jordão foi substituído e o caso mais emblemático aconteceu com o assassinato do jornalista Vladmir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, que praticou seus ideais e pagou com a sua própria vida. "Naquele período, uma outra experiência telejornalística alcançou sucesso na TV Bandeirantes. Dirigida por Gabriel Romeiro, a equipe de jornalismo da emissora reformulou a linguagem de Os Titulares da Notícia" (Rezende, 2000. p.112). O telejornal também dava espaço para depoimentos populares. Como era de se esperar, o jornal ganhou credibilidade com a ação dos repórteres cobrindo diretamente os acontecimentos.

Por mais que tenham ocorrido esses dois fatos marcantes na história do telejornalismo, das TVs Cultura e Bandeirantes, Rezende (2000, p.113) ressalta que a década de 1970 se destaca pelo aperfeiçoamento da técnica, com a consequente qualidade nas produções elaboradas pela TV Globo, o que ficou amplamente conhecido como "padrão global".

Nos anos 1980 surgem duas novas concessões: o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em 1981, do empresário Silvio Santos, e a TV Manchete, em 1983, de Adolfo Block. A cassação da concessão e dos canais da Rede Tupi (Diários Associados) foi dividida entre os dois empresários (MATTOS, 2010). Ressaltam-se as mudanças políticas e econômicas nessa década, sendo que o número de televisores em residências teve um crescimento de 55%, de acordo com o Mattos (2010). O Brasil também é marcado pelo movimento das "Diretas Já".

A década seguinte foi marcada pelo início da TV por assinatura, o que afetou a audiência conquistada pela TV aberta ao longo da sua história. O telejornalismo já possuía amplitude nacional, dando sinais de vitalidade, po-

rém a TV fechada influenciou ainda mais o imediatismo do aqui e agora. Dos anos 2000 para cá, a internet e a mudança da transmissão analógica para digital, a tecnologia móvel e as smarts tvs mudaram o hábito de assistir televisão. Vizeu e Siqueira (2010, p.85) observam que no telejornalismo a mudança mais significativa foi a do público-participativo, com a possibilidade de telespectadores participarem enviando imagens sobre algum fato ou opinando sobre notícias simultaneamente a sua transmissão. Exemplo disso são os telejornais regionais, como o *SPTV*, da TV Globo em São Paulo.

A forma de fazer telejornalismo, ou qualquer outro programa na televisão, mudou drasticamente com a influência da digitalização, ou seja, o velho formato de comunicação linear e verticalizado (emissor, mensagem e receptor) está sofrendo o impacto dos usos sociais e mercadológicos das tecnologias. Isso aproximou o telespectador da produção dos telejornais, dos jornalistas, que se apropriaram das redes sociais para se relacionarem com a audiência e suas demandas.

O telejornalismo brasileiro está mudando "suas formas de apresentação e renovando sua imagem" (CIRNE, 2015, p.26), é perceptível uma linguagem mais informal que os âncoras ou apresentadores têm usado, deixando o jornal mais leve e mais atraente para públicos mais jovens. Por exemplo, em abril de 2015, o *Jornal Nacional* passou por reformulação em que o jogo das câmeras deu maior dinamismo aos enquadramentos, alguns temas tiveram maior espaço, como a previsão do tempo, além de agregar as redes sociais para instigar o público a assistir ao telejornal.

Essas modernizações na comunicação abalaram as empresas jornalísticas na forma e no conteúdo, e seguem cada vez mais visíveis, porém, nem sempre as transformações significam que alguns estereótipos foram superados. Ainda não é possível afirmar que os telejornais contemplam a diversidade na cobertura e na maior presença de profissionais que não se enquadram no padrão criado pelo telejornalismo brasileiro.

Embora hoje tenhamos a presença de profissionais negros na bancada, ou a valorização de algumas profissionais, como Maria Julia, a *Maju*, apresentadora da previsão do tempo no *Jornal Nacional*, o caminho parece ainda longo e árduo para que a representação do negro seja condizente com a sua

presença e importância na sociedade brasileira. No próximo tópico apresentamos algumas razões históricas que contribuíram para essa realidade.

Longa trajetória

A legitimação da escravidão no Brasil se deu com a Igreja Católica, pelo papel que exercia como empresa colonial portuguesa. Segundo artigo de Vasconcelos, "Tópicos sobre o papel da Igreja à Escravidão e Religião negra no Brasil" (2005, p. 41), a Igreja e o Estado eram aliados e "formavam uma unidade."

O sequestro da força de trabalho dos negros foi autorizado pela Igreja, que tolerava a segregação racial e não se opunha à situação de africanos que foram escravizados por não receberem o sacramento do batismo, ou seja, a escravização era legitimada por fundamento religioso, alegando-se escrituras bíblicas – ponto-chave dos sermões dos letrados nesse período. A ideologia cristã, por Padre Antônio Vieira, quando prega à Irmandade dos pretos em um engenho da Bahia no ano de 1633, relaciona a condição do trabalho escravo com os sofrimentos de Jesus ao se entregar ao sacrifício para a salvação dos pecadores (SILVA, 2017).

Durante o período escravagista a população negra era traficada por navios negreiros, por meses era submetida a situações de maus tratos extremos, como não ver a luz do dia e ficar amontoada até o desembarque nos países que exploravam a mão de obra escrava.

A resistência negra no Brasil escravagista se deu de várias formas, a mais famosa e com maior êxito foi a criação dos quilombos, que eram locais de abrigo e esconderijo para escravos que fugiam das fazendas. Zumbi dos Palmares e sua mulher Dandara se tornaram heróis do povo negro, por terem lutado até o fim da vida para o término da escravidão. Dandara foi capturada para voltar a ser escrava e como forma de resistência preferiu se suicidar, depois que Zumbi foi morto em uma emboscada. Os portugueses começaram a sofrer pressão da Inglaterra para acabar com a escravidão, porém os portugueses fizeram manobras para atrasar o fim dela, criando leis abolicionistas: a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, ambas as falhas, pois a primeira determinava que filhos de escravas após a promulgação da

lei fossem libertos, porém ainda eram propriedades dos senhores até os 21 anos. A segunda estipulava que todos os escravos mais de 65 anos seriam libertados, sendo que a estimativa de vida era de 40 anos. Segundo Florestan Fernandes (A QUESTÃO, 2005/2006), a lei que estabeleceu o fim da escravidão em 1888 é considerada inconsequente por um motivo crucial: não previu amparo aos negros, criando assim uma desigualdade ainda maior em relação aos brancos. Fernandes analisa a situação em entrevista[3] reproduzida na *Revista USP*:

> Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os "brancos" a uma política de amparo ao negro e ao mulato. Como demonstram os resultados da análise pioneira de Roberto Simonsen, em trabalho magistral, nos momentos mais duros da transição existiram fazendeiro que defendiam a idéia de indenização. Nenhum deles se levantou em prol da indenização do escravo ou do liberto e, em conseqüência, os segmentos da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente (A QUESTÃO, 2005/2006, p. 174)

Novamente, vale acentuar que o fim da abolição não representou nada para Igreja Católica, que continuava com o discurso da legitimação da escravidão, como lembram Nelson e Claudino Piletti (1997).

Essas questões históricas impactam a vida atual dos negros. A dificuldade de se inserir na sociedade e o preconceito são sempre obstáculos. Se analisarmos as condições a que os negros foram submetidos no século XIX, verificamos que muitos ainda vivem em situações análogas de descaso. Violência, alto índice de analfabetismo, maior população carcerária e baixos salários são dados que comprovam os reflexos do passado. Um estudo realizado pelo Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (MOURA & THEODORO, 2014) aponta que 64% da população carcerária

[3] Entrevista concedida originalmente para o jornal A Gazeta, em 27 de agosto de 1966, posteriormente editada e publicada na revista USP, em 2005/2006.

se declara como negra ou parda. Referente à desigualdade de salários, o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou que os negros ganhavam 57% a menos que os brancos (BEIER, 2013). Em relação à violência, segundo o Atlas da Violência realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (POPULAÇÃO..., 2017), a população negra representa a maioria, 78,9%, sendo que destes 10% dos indivíduos têm mais chances de serem vítimas de homicídios. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2017) do IBGE em 2017 o analfabetismo entre negros é mais que o dobro que entre brancos; entre negros e pardos, a partir de 15 anos de idade, o analfabetismo é de 9,3%. No grupo de brancos, esse número fica em 4,0%.

Dessa forma, a exclusão atinge a população negra, que nunca de fato obteve espaço ou oportunidade para a inclusão e ascensão social. As tentativas de minimizar o impacto da desigualdade racial, inclusive por projetos sociais federais, também são discriminadas, a exemplo das cotas em universidades públicas, que sofrem resistências. O IBGE (ROSSI, 2015) divulgou pesquisa na qual aponta que 53% da população brasileira se autodeclara como negra ou parda, porém de cada 100 alunos em universidades brasileiras apenas 26 são negros, segundo a pesquisa da Rede Angola (INSTITUTO..., 2011). Assim, a democracia racial disfarçou e disfarça o preconceito:

> (...) no Brasil, o mito da democracia racial está entranhado no subconsciente das pessoas. Os negros não têm argumentos para combater o racismo, pois, quando afirmam que este acontece, sempre tem um otimista para relembrar Gilberto Freyre e dizer que o Brasil é um celeiro da mistura das raças e, por isso, o racismo se torna inexplicável (RIBEIRO, 2004, p. 17).

Para autora, o racismo precisa ser visto como uma questão da sociedade para que, assim, seja combatido e a igualdade entre os povos aconteça. Portanto, é importante acrescentar que o racismo é estrutural, por mais que existam oportunidades para todos – independentemente da cor da pele - a população negra continua a sofrer com exclusões em todos os âmbitos, apesar de alguns avanços.

A mulher negra

A luta dos negros no Brasil é grande, e no caso da mulher maior ainda. Ser mulher e negra no Brasil é sofrer duplamente. O racismo e sexismo funcionam como operadores simbólicos da forma como as mulheres negras são retratas no país. Por mais que lutem para ter um salário igualitário e maiores chances no mercado de trabalho, elas ainda continuam sendo as maiores vítimas do alto índice de violência, como homicídios, além de possuir baixa escolaridade, ocupando cargos de menos prestígio na sociedade.

Os dados comprovam que as desigualdades são ainda maiores. Segundo a pesquisa "Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014", com base nos dados do IPEA e do IBGE (PINHEIRO et al, 2016), a mulher negra ganha 40% a menos que o homem branco, sendo que o homem branco recebia em média R$ 2.393, em comparação a mulher negra ganhava R$ 946 mensais, em 2016. Em outro estudo do IPEA, "Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil", (PINHEIRO, GONZALEZ & FONTOURA, 2012), observa-se que no trabalho doméstico entre os anos 1999 a 2009 as mulheres são maioria, representando 93%. As mulheres negras representavam em 2009, 62% da mão de obra no setor.

De acordo com do mapa da violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), divulgado pela Faculdade Latino América de Ciências Sociais, o número de mulheres brasileiras negras mortas cresceu 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, passando de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

É importante frisar a relevância do feminismo negro, mais conhecido como "feminismo intersecional" nesse contexto. Em oposição ao Movimento Negro Unificado (MNU) e as organizações feministas no Brasil, surge em 1980, criado inicialmente pelas mulheres negras para questionar as práticas sexistas por parte do MNU e a exclusão racial dentro do movimento feminista. Tais movimentos pregavam princípios de igualdade: entre as mulheres a questão racial não seria fundamental e entre os negros a diferença entre homens e mulheres foi desconsiderada (RODRIGUES, 2013). Como o próprio nome sugere, o movimento interseccional abrange

diversas opressões por gênero, raça e classe social, tornando mais amplo o espectro de lutas.

Gênero e interseccionalidade

Abordar a questão de gênero, nesta pesquisa, é inevitável para atingir o objetivo proposto. A palavra gênero é muito utilizada na língua portuguesa como estrutura ou modelo que caracteriza diferentes tipos de textos. Contudo, a discussão contemporânea a respeito do termo não está envolvida com o significado linguístico, mas com os aspectos construídos socialmente, em que o movimento feminista (ou movimentos) fazem esses questionamentos.

O conceito de gênero caracteriza uma diferenciação. Na cultura ocidental tradicional funciona como questão binária, ou seja, se divide em opostos: masculino versus feminino, macho versus fêmea ou homem versus mulher. De acordo, com Boff e Muraro (2002), para discutir gênero é necessário considerar que se trata de uma categoria preestabelecida socialmente, associada às características biológicas do ser humano, enquadrando-o como indivíduo do sexo masculino ou feminino. O sexo é estabelecido biologicamente com base na genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce.

A questão de gênero vai além da discussão biológica, chegando a padrões simbólicos impostos desde a infância. Por exemplo, as cores rosa e azul designadas para os sexos feminino ou masculino, respectivamente, nem sempre foram indicativas de sexo biológico, pois essas associações se iniciaram no século XX, segundo o historiador norte-americano Paoletti (2012). Em seu livro "Pink and Blue Telling the Girls From the Boys in America" o autor estuda sobre o fenômeno e conclui que o padrão rosa para meninas e azul para meninos se iniciou após segunda mundial, pois antes era exatamente o contrário, o rosa era comparado ao vermelho (sangue e vigor) e o azul como meigo e delicado. A partir dos anos 1980, as cores são determinadas para diferenciação de gênero em produtos vendidos em lojas de departamento, ou seja, a segregação pela cor ocorre a partir de uma necessidade do capital. Atualmente isso é quase regra.

Além do aspecto econômico e financeiro, Scott (1995, p. 86) menciona em seu ensaio "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", que o gênero

deve ser tratado como uma categoria social, dividido em duas partes interacionadas, a serem analisadas conjuntamente: "(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder". Portanto, nas relações de gênero permeiam relações de poder, o que numa sociedade patriarcal significa opressão do masculino sobre o feminino.

De acordo com Farfan (2015), a questão de gênero se intensificou fortemente na década de 1970, foi nesse período que as principais ações de visibilidade ocorrem, como o Dia Internacional da Mulher, em 1975. A discussão ganha força nas universidades com vários enfoques, sendo um deles a relação mulher e mercado de trabalho. Alguns dos estudos sobre o tema apontam para a divisão sexual do trabalho, ou seja, à existência de funções e lugares sociais para homens e mulheres que advêm das relações sociais entre sexos.

Hirata (2007) observa que a divisão sexual do trabalho é histórica e por isso tornou-se estrutural; a destinação prioritária aos homens das atividades na esfera pública (atividades ou ocupações produtivas com fortes valores sociais agregados, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e às mulheres na esfera privada (atividades ou ocupações associadas a cuidados e afazeres domésticos) tem sido recorrente na história social. Essa divisão gera hierarquia entre os gêneros, criando obstáculos para a mulher superar.

Outra questão que Hirata (2007) acentua é sobre a "ideologia naturalista", isto é, a sociedade tende a associar "o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie" (HIRATA, 2007, p. 599). Por mais que as mulheres tentem e consigam outros cargos que sejam d estinados aos homens, a ocupação doméstica sempre será um fardo.

A discussão da divisão sexual do trabalho também ganhou força em 1970 com o movimento feminista. A condição da mulher no mercado de trabalho melhorou muito comparada ao século passado, porém é notável o paradoxo em que a sociedade se encontra "tudo muda, mas nada muda" (HIRATA, 2007, p. 600).

As mulheres, segundo o estudo feito pelo IPEA (INSTITUTO, 2011) com base histórica de 1995 a 2015, trabalham 7,5 a mais que os homens, por causa da dupla jornada de trabalho, que inclui o ambiente externo e o doméstico. Outro fato a ser analisado é que as mulheres, além de ter cargas maiores de trabalho, recebem menos salário e ocupam menos cargos de chefia. Com base no levantamento da Catho[4], os homens recebem 62,4% a mais que as mulheres. Outra pesquisa da Universidade Cambridge, "A Ascensão da Mulher na Sociedade: Capacitadores e Inibidores" (LIMA, 2017), com mais de mil empresas em 41 países, aponta em média que 10% dos cargos de diretoria das corporações são ocupados por mulheres.

É importante que essa discussão seja sempre pautada tanto nas escolas de ensino fundamental quanto no meio acadêmico, para que as desigualdades existentes sejam apontadas e cada vez mais superadas. Ressaltar que não se pode ficar apenas nas discussões, que é necessário avançar nas mudanças no mercado de trabalho, diminuindo o preconceito e avançando igualmente em todos os setores, é o desafio.

Os negros na televisão

Na televisão os negros estão normalmente restritos a funções subalternas ou de pouca visibilidade. O que isso realmente acarreta? Em restrições ao desenvolvimento dos profissionais negros e ao surgimento de novos. Um exemplo é Heraldo Pereira, o primeiro jornalista negro a ancorar um telejornal na Rede Globo, depois de 35 anos em que o programa estava no ar (FRANÇA, 2006, p. 8).

O autor Joel Zito Araújo (2004) pondera que a visão de si mesmo ajuda a moldar o caráter, desse modo gerações de negros sofrem com a falta de representatividade e pluralidade negra na televisão. Há um vazio na autoidentificação dessa população.

No jornalismo, de acordo com a pesquisa feita por Mick e Lima (2012, p. IX), apenas 5% dos jornalistas brasileiros são negros (esses dados não discriminam o gênero), porém, o mesmo estudo aponta que quase 64% dos jornalistas no Brasil são mulheres ativas na profissão (p.VII), mas em cargos

[4] Catho é um site brasileiro de classificados de empregos.

inferiores aos dos homens. Outra pesquisa, "Desigualdade de gênero no Jornalismo"[5] (SINDICATO, 2017), realizada pelo Coletivo de Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, traz um dado inédito: 86,4% acreditam que as mulheres negras têm menos oportunidades no jornalismo.

Tendo em vista os ideais que inspiraram a imprensa no período do seu florescimento, no século XVII, durante a revolução burguesa, os quais preconizam a igualdade, liberdade e fraternidade, é possível verificar que não necessariamente temos preservados esses valores em se tratando do trabalho jornalístico, pois há marginalização e preconceito não só em relação aos negros como também às mulheres, uma vez que os cargos de chefia ainda são ocupados majoritariamente por homens.

Quando se trata de telejornalismo brasileiro, observa-se que em poucos momentos as mulheres negras marcaram presença. Nos anos 1970 a jornalista Gloria Maria foi a primeira repórter de televisão negra (MEMÓRIA GLOBO, 2016). Mas desde então, não há muitos registros de mulheres negras atuando como repórteres ou nas bancadas. Atualmente, Maria Julia Coutinho, no *Jornal Nacional*, ocupa um cargo inédito na televisão brasileira. Em 2013, a jornalista passou a apresentar a previsão do tempo no telejornal, primeiramente cobrindo a licença maternidade de Eliana Marques no *Bom Dia SP*, *Bom Dia Brasil* e *Globo Rural*. A jornalista se destacou e acabou conquistando espaço como titular do quadro, apresentando a previsão do tempo do *Jornal Hoje* e *Bom Dia Brasil*. Em abril de 2015, o *Jornal Nacional* passou por uma reformulação e a jornalista, mais conhecida como "Maju", foi deslocada para a apresentação fixa. Outras jornalistas também merecem destaque: Zileide Silva, da Rede Globo; Joyce Ribeiro, do SBT; e Adriana Couto, da TV Cultura. Porém, ainda existe limitação para mulheres negras jornalistas em outras funções, a pesquisa "A inserção da jornalista negra nos meios de comunicação da Baixada Santista'', que abrangeu 100 jornalistas mulheres, apontou que apenas seis são negras e nenhuma ocupa cargo de chefia (SANTOS et al, 2008).

[5] Mais informações em: http://www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf

Ausência das mulheres negras

Neste tópico apresentamos os resultados da pesquisa quantitativa realizada com o objetivo de mapear a presença da mulher negra nos principais telejornais nacionais das emissoras de televisão brasileira.

As principais TVs de sinal aberto consideradas nesta pesquisa foram Rede Globo (2017), SBT (2017), Rede Record (2017), TV Rede Bandeirantes (2017), TV Cultura (2017), RedeTV! (2017) e TV Gazeta (2017). Para realizar a pesquisa primeiramente ocorreu a observação dos sites dessas emissoras para identificar os programas jornalísticos, em diversos formatos[6]. Posteriormente, passou-se a buscar o elenco de jornalistas que atuam nesses programas, frente às câmeras. Em seguida, o horário de transmissão dos telejornais.

Ao todo são 56 programas transmitidos nacionalmente todos os dias em diversos horários pelas principais emissoras, sendo a TV Globo com a maior grade de programas jornalísticos, totalizando 12; Record, com 11; Cultura, 9; RedeTV!, com 9; TV Bandeirantes, 6; SBT, com 6, e a TV Gazeta, 3 programas.

A seguir, apresentamos a Tabela 1, que apresenta os telejornais das principais emissoras abertas mapeados na pesquisa.

Tabela 1 - Mapeamento dos principais telejornais

	Jornal	Horário	Apresentadores
Rede Globo	Jornal Nacional	Segunda a sábado - 20:30	William Bonner e Renata Vasconcellos
Record	Jornal da Record	Segunda a sexta - 20:30 Sábado - 19:45	Celso Freitas e Adriana Araújo
RedeTV!	RedeTV News	Segunda a sexta - 19:30	Boris Casoy e Amanda Klein
SBT	SBT Brasil	Segunda a sábado - 19:45	Rachel Sheherazade e Carlos Nascimento

[6] Na televisão são encontrados diversos formatos para jornalismo, sendo eles: Entrevista, Reportagem, Programa de debate, documentário, plantão, telejornalismo ou crónica (REZENDE, 2009). Para saber mais: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2902-1.pdf.

TV Cultura	Jornal da Cultura	Segunda a sexta - 21:15 Sábado - 21h	Joyce Ribeiro
Bandeirantes	Jornal da Band	Segunda a sábado - 19:20	Ricardo Boechat e Paloma Tocci
TV Gazeta	Jornal da Gazeta	De segunda a sexta às 19h	Rodolpho Gamberini e Stella Gontijo

Atualmente, Zileide Silva apresenta aos sábados o *Jornal Hoje* (*JH*)[7], da Rede Globo, como também participa como repórter especializada em política no *Jornal Nacional* (*JN*)[8]. Já Maria Julia Coutinho (Maju), com o quadro "Previsão do tempo", também atua no *JH*, *SPTV 2* e o *Jornal Nacional*. Gloria Maria eventualmente apresenta o *Globo Repórter*, ela é também repórter especial do programa, e no final de cada ano apresenta *Retrospectiva*, resumo das principais notícias do ano. Joyce Ribeiro é a única mulher negra âncora em 2018, está no *Jornal da Cultura*. Adriana Couto (TV Cultura) apresenta o *Programa Metrópolis*, porém não é considerado programa jornalístico pela emissora em seu campo de busca pelo site. Salcy Lima (Record) apresenta eventualmente o jornal *Fala Brasil*, desde 2014. Valéria Almeida é repórter do programa *Mais Você*; Tássia Sena, da TV Gazeta, é repórter dos mais variados programas da emissora; Luciana Camargo, RedeTV!, apresenta eventualmente aos sábados e diariamente o quadro "Previsão do tempo", do jornal *RedeTV News*. Não foram encontradas jornalistas negras na emissora TV Bandeirantes. A baixa participação das mulheres negras titulares nos programas televisivos é visível, mostrando desvalorização e exclusão das profissionais.

O olhar das telejornalistas negras

A pesquisa de campo, complementar à pesquisa documental nos portais, foi realizada com quatro jornalistas que atuam no telejornalismo. Apresentam idades variadas, de 25 a 40 anos, e ocupam cargos diversos na TV. Para

[7] O *Jornal Hoje* é apresentado por Sandra Annenberg e Dony De Nuccio.

[8] O *Jornal Nacional* é apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos.

garantir o anonimato, as participantes entrevistadas não foram identificadas pelos nomes, nem pela data em que começaram a trabalhar ou em qual emissora atuam, já que são poucas mulheres negras encontradas na TV brasileira.

Durante as entrevistas semiabertas observamos algumas semelhanças nas respostas dadas. Todas fizeram questão de ressaltar que estudaram nas faculdades mais renomadas de jornalismo do Brasil e que suas conquistas foram consequências de seus esforços particulares.

Quando foram questionadas sobre se a mídia retrata a sociedade brasileira, a resposta foi unânime: "não". Elas acreditam que a mídia distorce e transmite o que a favorece, não dando espaço para programas culturais. Além disso, criticam a questão da representatividade; uma das participantes diz: "Não retrata, porque dentro de uma emissora há sempre aquela lenda de 'ah é o que o telespectador quer ver', então desde a baixaria, sangue ou confusão. De fato, ele vai querer assistir aquilo a partir do momento que ele só tem aquilo para assistir."

Sobre se elas enfrentaram barreiras para exercer a profissão, as jornalistas reforçam o que foi constatado na bibliografia, que os negros não conseguem superar a desigualdade racial e social no Brasil porque é um problema crônico. Uma entrevistada observa que para enfrentar as barreiras foi necessário estudar muito mais e se atualizar sempre, para não compor as estatísticas negativas a respeito da mulher negra no Brasil.

Por ser um tema sensível para as entrevistadas, quando se perguntou se elas já tinham sofrido preconceito no exercício da profissão, duas entrevistadas disseram que sim, mas moderado, pois o tom de pele é mais claro dentro do que se chama colorismo negro[9] (DJOKIC, 2015). Essas jornalistas muitas vezes não eram consideradas negras pelos colegas, segundo o que disseram , pois sempre havia alguém que dizia "que não eram negras e sim morenas". Já as duas outras sofreram mais com o preconceito velado. Elas reconhecem que muitos empecilhos só aconteceram nas emissoras por causa da cor da pele: "No Brasil o racismo é crime, porém isso não impende que as pessoas

[9] O colorismo* ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer (DJOKIC, 2015).

sejam [racistas] e pratiquem racismo."

Todas as entrevistadas disseram que as mulheres negras não têm oportunidade de ocupar lugar de destaque na bancada dos telejornais. Uma das participantes disse: "Choca colocar uma negra apresentando o jornal em horário nobre, pois já nos acostumamos a ver esse espaço para os brancos. Colocar uma negra é saber que as pessoas não vão olhar a qualidade do jornal, vão olhar para pele e só irão pautar o jornal pela pele."

De acordo com Hirata & Kergoat (2007, p. 599), a divisão sexual também se manifesta na organização do trabalho, pois "o gênero ligado ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie". Além do gênero, é notório que a cor da pele também é um grande obstáculo na ascensão e reconhecimento profissional, como foi observado na pesquisa.

Outra entrevistada deixou claro que o tema era de extrema importância, e que a academia também não representa os negros, ressaltando que o abismo nas pesquisas também precisa ser estudado. A participante acrescentou que é necessário as mulheres negras entenderem que a sociedade só irá se movimentar quando elas se movimentarem, a mídia de fato não representa, mas isso não significa que o bloqueio não possa ser superado.

Considerações finais

Nesta pesquisa foi discutida a presença da mulher negra no jornalismo televisivo brasileiro, com o objetivo de analisar as emissoras de TV abertas. Após a pesquisa bibliográfica e o mapeamento sobre a atuação da mulher negra no universo televisivo jornalístico, além das entrevistas semiabertas, é evidente que ainda não há espaço consolidado para a atuação da jornalista negra.

O fato de que negros representarem 54% da população no Brasil não muda a realidade de desigualdade e exclusão dessa população, conforme observamos na revisão bibliográfica. Os dados coletados sobre as jornalistas negras são expressivos em relação ao elenco de jornalistas brancos e não refletem a pluralidade necessária na televisão.

A diversidade na TV é essencial ao jornalismo. Quanto mais represen-

tação da pluralidade social, mais o público se sentirá identificado. Nesse sentido, o telejornalismo estaria contribuindo para a emancipação social da população negra no Brasil. Levando em consideração o sucesso do *streaming* Netflix no mundo, com suas séries originais em que vários protagonistas são minorias, a audiência mostra que investir em diversidade pode ser caminho virtuoso.

De outro lado, mesmo sabendo que a representação ainda está longe de ser a ideal, é necessário destacar que houve avanço na inserção das jornalistas negras no telejornalismo. A importância de se apresentar a previsão do tempo diariamente, protagonizar reportagens especiais ou até mesmo apresentar eventualmente o jornal da bancada já mostra alguma mudança na realidade. Foram 60 anos de TV para ter alguma visibilidade.

Por fim, esta pesquisa é uma pequena contribuição acadêmica sobre um tema pouco discutido. Um olhar mais crítico e sensível para o problema, além de um entendimento maior sobre as questões relativas ao negro e ao jornalismo televisivo no Brasil, precisa estar mais presente nos estudos de jornalismo.

Referências

ALVES, Alê. **Angela Davis**: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". 27 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em 30 jul. 2017.

A QUESTÃO racial vista por três professores. **Revista USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, n.68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil**. O negro na Telenovela Brasileira. São Paulo: Senac. 2004

BEIER, Rogerio. **IBGE**: negros ganharam 57% do salário dos brancos em 2013. GGN, Luiz Nassif online. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/rogeriobeier/ibge-negros-ganharam-57-do-salario-dos-brancos-em-2013>. Acesso em: 02 abr. 2016

BOFF, L.; MURARO, R. M. **Feminino e masculino**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

CARVALHO, Elizabeth. **Telejornalismo;** a década da tranquilidade. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica. 1979

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018

CIRNE, Lívia. As renovações nas formas narrativas e de apresentação dos telejornais como lógicas de aproximação com os telespectadores. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, v.2, n.1, p. 25-50, jan-jun.2015.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Gelédes.** 26 fev. 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/ > Acesso em: 29 out.2017

FARFAN, Tainá Mesquita. **Mulher e telejornalismo:** uma análise da presença feminina na apresentação ou ancoragem de telejornais no Brasil. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade de Brasília, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Os negros no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão, 1972

FRANÇA, Valter. **Onde estão os negros no telejornalismo?** TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada et al. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 02 abr .2016

LIMA, Daniel. Representatividade das mulheres em cargos de chefia. **O Globo**, Economia. Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/representatividade-e-longevidade-das-mulheres-em-cargos-de-chefia.html>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MATTOS, Sérgio; VIZEU, Alfredo; SIQUEIRA, Fabiana. **60 anos de Telejornalismo no Brasil.** História, análise e crítica. Santa Catarina: Editora Insular, 2010

MEMÓRIA GLOBO. **Gloria Maria**. Seção Memória Globo. Disponível em:<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/gloria-maria/trajetoria.htm>. Acesso em: 1º mar. 2016.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas políticas do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MOURA, Tatiana Whately De; THEODORO, Natália Caruso. Levantamento Nacional de informações penitenciárias – INFOPEN 2014. DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf >. Acesso em: 07 out.2016

ONDAS. **História.** Disponível em: http://www.premiosondas.com/premios_ondas_historia.php. Acesso em: 2 abr. 2016.

PAOLETTI, Jo B. **Pink and Blue:** Telling the Boys from the Girls in America. Indiana, USA: Indiana University Press, 2012.

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História e vida**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PINHEIRO, Luana Pinheiro: GONZALEZ, Roberto; FONTOURA, Natália. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: IPEA, agosto de 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5694/1/NT_n10_Expansao-direitos-trabalhadoras-domesticas_Disoc_2012-ago.pdf . Acesso em: 02 abr. 2016.

PINHEIRO, Luana Simões et al. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília, março de 2016. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317> Acesso em: 02 abr.2016

PNAD contínua. **Educação 2017.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018

POPULAÇÃO chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. 24 nov. 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/

2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores> Acesso em: 19 ago. 2018

PRISA. **Um grupo global**. Disponível em: https://www.prisa.com/es/info/un-grupo-global. Acesso em: 2 abr. 2016.
REDE BANDEIRANTES. **Programação**. Disponível em: http://www.band.uol.com.br/tv/programacao.asp. Acesso em: 05 ago. 2017.

REDE GLOBO. **Programação**. Disponível em: http://redeglobo.globo.com/programacao.html#20170912590827. Acesso em: 5 ago. 2017.

REDE RECORD. **Programação**. Disponível em: http://recordtv.r7.com/programacao/. Acesso em: 5 ago. 2017

REDE TV!. **Nossos Programas**. Disponível em: http://www.redetv.uol.com.br/nossos-programas. Acesso em: 5 ago. 2017

REZENDE, Guilherme. **Gêneros e formatos Jornalísticos na Televisão brasileira.** XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, PR: Intercom, de 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2902-1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016.

REZENDE, Guilherme. **Telejornalismo no Brasil:** Um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, Gluacy Meyre de O. **Democracia Racial e Telejornalismo:** o negro no mercado de trabalho visual. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

RODRIGUES, Cristiano, SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis. ANAIS... Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Disponível em: https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. **El País,** 16 nov. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.html. Acesso em: 20 jun. 2017.
SANTOS, Carolina Ferreira et al. A **inserção da jornalista negra nos meios de comunicação da Baixada Santista**. XIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA CO-

MUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, São Paulo, 07 a 10 mai. 2008. Anais... São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Intercom 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Celso. **A visão do Padre Antônio Vieira sobre a escravidão**. Disponível em: <http://mafua.ufsc.br/2011/a-visao-do-padre-antonio-vieira-sobre-a-escravidao/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SINDICATO dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. **Desigualdade de gênero no jornalismo**. Disponível em: http://www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO. **Programação.** Disponível em: http://www.sbt.com.br/programacao/. Acesso em: 5 ago. 2017.

TAVARES, Ana Cristina. 'Testemunha ocular da História', 'Repórter Esso' fez sucesso no rádio e na TV. Acervo **O Globo**, 16 de agosto de 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/testemunha-ocular-da-historia-reporter-esso-fez-sucesso-no-radio-na-tv-19930939#ixzz5OaVxLDFv>. Acesso em: 2 dez. 2016.

TV CULTURA. **Grade**. Disponível em: http://tvcultura.com.br/grade/#atual. Acesso em: 5 ago. 2017

TV GAZETA. **Grade**. Disponível em: https://www.tvgazeta.com.br/grade/. Acesso em: 5 ago. 2017

VASCONCELOS, Sergio Senzino Douets. Tópicos sobre o papel da Igreja em relação à escravidão e religião negra no Brasil. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, Ano IV, n.4, 2005.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 -** Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 03 mai. 2016.

MAIS INDEPENDENTES, MAS SOB A INFLUÊNCIA DO MACHISMO: AS VOZES DAS JORNALISTAS DE SÃO PAULO

Jéssica de Oliveira Collado Mateos[1]

Na obra de Lipovetsky (2000), "A terceira mulher", há três fases distintas de como a mulher foi percebida e reconhecida ao longo da história. Durante o primeiro período, o autor atesta a existência de dois juízos constantes desde a antiguidade grega, um deles que atividades femininas e masculinas não se sobrepõem, levando à exclusão de um sexo quando o outro fazia algo; o outro juízo é que as ocupações masculinas sempre detêm maior prestígio ou reconhecimento social comparadas às delegadas à mulher. O feminino era visto de modo depreciativo e associado à maldade e ao obscuro, até na gestação a mulher era tida como mero objeto, porque somente carregava a semente do homem.

Na segunda metade da Idade Média surge a segunda mulher, fruto da glorificação das qualidades femininas, como beleza e sensibilidade. As mulheres passam a ser vistas como mães, amantes e são adoradas. No entanto, continuam relegadas à esfera privada, sem autonomia, controladas e limitadas, reféns da relação de dominação masculina. Araújo (2007, p. 54)[2] afirma que a mulher deveria ter consciência de seus atributos por causa das observações advindas de outras pessoas, principalmente das mulheres. Citando Novinsky (1980), o autor menciona que elas criavam um mundo feminino onde difundiam informações restritas ao cotidiano da mulher e laços de amizade. Reclusas na esfera privada e vistas como objeto de desejo, só restava às mulheres terem a companhia umas das outras. Dessa forma, a cultura patriarcal ligou o feminino com a mulher, fragilizando sua figura, relegando-a a objeto de adorno e satisfação do homem (MURARO; BOFF, 2010).

---

[1] Mestranda de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), formada em Jornalismo pela mesma instituição em 2016. Participa do grupo de pesquisa Jornalismo Contemporâneo Práticas Emancipação Social na Cultura Tecnológica (antigo NPJor), liderado pela Profª Drª Marli dos Santos desde 2015. E-mail: mjessicacollado@gmail.com.

[2] Publicado no livro História das mulheres no Brasil organizado por Mary Del Priori (2006).

Apesar da diferença no tratamento da primeira e da segunda mulher, ambas eram subordinadas ao homem: "Ela não era mais do que aquilo que o homem pretendia que ela fosse" (LIPOVETSKY, 2000, p. 232). E é esse o ponto de mudança para o surgimento da terceira mulher, que ganha independência do homem e tem acesso a todas as esferas, sendo elas pública e privada, individual e social. Torna-se responsável por sua própria vida e, por causa dos anseios e angústias (assim como o homem), também pela jornada dupla, é indeterminada. Essa mudança para a terceira mulher só aconteceu na Segunda Revolução Industrial quando a "fêmea"[3] vai para as fábricas porque não há homens suficientes para o trabalho (MURARO; BOFF, 2010, p.11).

O problema, segundo Lipovetsky, é que apesar das conquistas e da emancipação do sexo feminino, as mulheres ainda continuam presas aos papéis tradicionais. As diferenças não desapareceram, só estão em menor evidência e "nada indica estarem voltadas a um futuro desaparecimento" (2000, p.235).

Nesse sentido Bourdieu (2014, p.18) explica que na cultura patriarcal é natural ver a divisão homem/mulher e a diferença biológica e anatômica como justificativa para as divisões de gênero na sociedade e no trabalho. A esse conjunto de ideias, Monteiro acentua que há uma espécie de destino profissional que marca o caminho da mulher,

> [...] mesmo que partindo de experiências e circunstâncias bem diversas, o ponto comum entre tais trabalhos era o aspecto profissional – a constatação que o fato de ser mulher define, marca profissionalmente de forma decisiva. É como se a feminilidade em si mesma se esboçasse como uma marca profissional, forjando dentro de cada campo de escolha, em cada profissão, um caminho prévio que a mulher terá que seguir e as dificuldades citadas que se insurgem e transgridem (MONTEIRO, 1990, p. 9).

Essas diferenças vêm desde a extinção do matriarcado por volta de 2000 a.C. Desde então o pertencimento do mundo passou aos homens, instituindo-se o patriarcado, "base do machismo e da ditadura cultural do masculi-

[1] Citação literal.

nismo" (BOFF; MURARO, 2010, p.51). De acordo com os autores, a vontade de dominar a natureza desde o início dos tempos talvez tenha levado o homem a dominar a mulher (identificada como mais próxima da natureza, pela capacidade de gerar uma vida).

A dominação é tão enraizada na cultura que o subordinado passa a se ver pelos olhos do dominador, aceitando sua condição como natural; a mulher é influenciada pela cultura de onde viveu e acaba replicando o discurso do dominador em conformidade com a estrutura de dominação, subordinando-se (BOURDIEU, 2014). A mesma coisa analisa Lipovetsky (2000), ao tratar da terceira mulher como indefinida: ela evoluiu positivamente em relações às duas primeiras, tem mais direitos, mais liberdade, mas ainda tem desejos forjados na cultura machista da mulher perfeita, objetificada pelo corpo sedutor - uma visão do dominante naturalizada pelo dominado. Boff e Muraro (2010) corroboram que a naturalização do machismo e patriarcalismo foi introjetada nas mulheres.

Assim vemos que estudar gênero é importante, para entender como se deu essa separação e como se dá a dominância nos dias de hoje. Nos estudos feitos sobre o tema, como observa Joan Scott (1995, p. 75), é necessário questionar "os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos [...] de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los", não só as relações femininas e masculinas no passado, mas também "a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais". É o que propomos nesta pesquisa, cujo objetivo é identificar as visões machistas nas falas de cinco mulheres que atuam no jornalismo como repórteres na cidade de São Paulo, as quais compõem o corpus deste estudo. Por meio de entrevistas semiestruturadas e uso da técnica de análise das vozes, as falas de cinco participantes são analisadas.

Diálogo anterior

Bakhtin (1997) explica que nas ciências humanas estuda-se o ser que se expressa por meio da linguagem, enquanto as ciências exatas estudam o conhecimento adquirido pelo homem que contempla um objeto e pronuncia-se sobre ele, logo, todo conhecimento é também dialógico.

O autor observa que é importante também perceber que cada diálogo traz consigo uma posição responsiva a um diálogo anterior: o locutor de um enunciado não é o primeiro a falar a mensagem, assim, devemos entender que sempre há um discurso anterior, porque ninguém fundou a fala, ou, como diz Bakthin, nenhum locutor é Adão, não houve o rompimento do silêncio de um mundo silencioso pela primeira vez. Devemos sempre pressupor a existência de enunciados anteriores com os quais o enunciado mantém um tipo de relação, refletindo dentro do seu texto outras vozes de discursos anteriores além da sua própria - por este motivo a linguagem tem papel central no processo de comunicação (BAKHIN, 1997).

Nesse sentido, apontamos a relação dependente de emissores quando Bakhtin (1997) explica que o mundo só tem significado enquanto ambiente do outro. Ou seja, objeto ou construção só tem valores significantes se importa para alguém. Só passa a ter significado a partir da relação com o outro.

Barros (2001, p.36), referindo-se a Bakthin (1997), explica que quando o dialogismo fica aparente e essas muitas vozes podem ser percebidas no texto, o caracterizamos como polifônico, em oposição aos textos monofônicos, que escondem as vozes que os constituem como se fossem uma só: "Monofonia e polifonia são, portanto, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos, de discursos por definição e constituição dialógicos".

Além de supor que o interlocutor, ou enunciatário, já conhece esses discursos anteriores, o locutor também espera que ele tenha uma compreensão responsiva ativa, quando concorda ou discorda, completa, contesta, retarda, quando

> [...] cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte. Os gêneros secundários da comunicação verbal, em sua maior parte, contam precisamente com esse tipo de compreensão responsiva de ação retardada (BAKHTIN, 1997, p.291).

Quem fala espera uma resposta de quem ouve, dessa forma Bakthin corrige um equívoco dos esquemas da linguística geral: o ouvinte não é uma figura passiva como o representam.

Tendo em vista a dialogia e polifonia de Bakthin, para a análise das vozes presentes nos discursos das jornalistas e a posterior definição da fala monofônica ou polifônica, utilizamos a proposta de Brandão (1998 apud BENETTI, 2006, p. 7), na qual são apresentadas três instâncias de sujeito dentro do discurso: locutor, alocutário e delocutário, sendo o locutor aquele que fala, tanto o locutor autor quanto os que falam por meio dele; o alocutário, pessoa "para quem o texto se dirige", podendo ser um interlocutor definido ou anônimo (forma mais comum empregada na comunicação midiática); e o delocutário, "de quem se fala", o referente.

No entanto, Benetti aponta que o quadro exposto acima não consegue responder os problemas que vão além do mapeamento dos envolvidos (quem fala, quem é referência e quem lê). Por isso, parte para uma segunda definição proposta por Ducrot (1987), na teoria da enunciação polifônica, na qual o autor distingue locutor e enunciador. Para ele, o locutor é o responsável pelo enunciado, quem fala é o "eu", não necessariamente é o autor empírico/produtor do texto, mas quem assina e toma a responsabilidade para si. O enunciador é "a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos" (1987, p. 195). Ducrot explica que locutor é "quem fala", enquanto o enunciador é aquele "a partir de quem vê" (p. 195).

Para Benetti (2006, p. 8) isso significa que "o enunciador deve ser identificado, na análise das vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia". Depois de aplicar essas duas classificações, vamos distinguir a natureza dos discursos das jornalistas entrevistadas como monofônicos ou polifônicos.

Perfis das jornalistas

Como já foi mencionado anteriormente, cinco repórteres foram entrevistadas para esta pesquisa, segundo alguns critérios: ser da cidade de São Paulo, ter pelo menos 3 anos de experiência como repórter, idade entre 21 e 50 anos e atuar em diferentes mídias (impresso, rádio, TV, portal de notícias

e jornalismo independente). A busca pelas entrevistadas com esse perfil se deu por meio de sites de empresas jornalísticas e indicações de jornalistas. As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade das participantes. Para resguardar o anonimato das mesmas trataremos as profissionais como repórteres A, B, C, D e E, sendo que A é repórter de jornalismo independente, B é de televisão, C trabalha na mídia impressa, D atua em portal de notícias e E é repórter de rádio.

A repórter A tem 49 anos, sendo 20 anos como jornalista. Tem 3 filhos e não quis informar o estado civil. Atualmente produz reportagens para uma agência/site de jornalismo independente focada em temas socioambientais. Trabalhou na área impressa (jornais e revistas), teve o próprio jornal e fez mestrado em comunicação e democratização da informação online. O interesse pelos estudos em jornalismo digital está relacionado ao potencial que a tecnologia tem de dar voz ao cidadão, sem ser pelo acolhimento dos veículos.

A repórter B tem 46 anos, é divorciada, sem filhos e npossui 20 anos de experiência como jornalista. Atuou somente na área televisiva e atualmente trabalha na editoria de economia.

A repórter C é solteira, não tem filhos e possui 27 anos. Começou a trabalhar com jornalismo em 2008, possui experiência em impresso, online e TV. Atua na área impressa e também digital (online e vídeo) do veículo em que trabalha, cobrindo a editoria de cidades.

A repórter D tem 26 anos, é solteira, sem filhos e trabalha na área jornalística desde 2011. Atua como repórter para um portal de notícias, na editoria que cuida do institucional de todos os programas de uma emissora de televisão, alimentando contas nas redes sociais e sites.

A repórter E tem 40 anos, é casada e tem 2 filhos. É jornalista desde 1998, com 18 anos de experiência, sempre trabalhou com rádio e hoje atua na editoria geral.

Duas das entrevistadas têm filhos, uma declarou-se casada, uma divorciada e três solteiras (a do jornalismo independente optou por não falar seu estado civil), sendo que três delas têm entre 18 e 20 anos de experiência em jornalismo e apenas uma das participantes cursou mestrado.

As vozes no discurso das repórteres

Ressaltamos que em todas as entrevistas o alocutário, pessoa a quem o texto se dirige, é a própria autora deste estudo e, também, os leitores, porque as jornalistas sabiam que participavam de um estudo que seria publicado e lido por outras pessoas. Dessa forma, o alocutário não será mencionado na análise a seguir, para evitar repetição. Colocou-se também a classificação das vozes em destaque (letras maiúsculas) para que possam ser facilmente identificadas. A análise foi feita a partir da questão-tema "Como você avalia a produção noticiosa na contemporaneidade, considerando a questão do gênero?", extraída da entrevista semiestruturada realizada com as jornalistas e que fazem parte de um estudo maior. A seguir as falas e as análises são apresentadas em tópicos, por participante.

Repórter A (Jornalismo Independente)

"Do gênero? Eu acho que não interfere muito o gênero atualmente, nem sei se um dia interferiu, porque eu acho que dentro do jornalismo a gente sempre teve bons nomes femininos, pega a Miriam Leitão, pega a Marília Grabriela, que fez uma carreira super boa, pega a Glória Maria e tantas outras né?! Eu acho que no caso do jornalismo nunca teve assim… teve outras também que depois desaparecem um pouco... a Lilian Witte Fibe, mas eu acho que a questão de gênero não pesa. O que pesa é como que ela [a repórter] se fundamenta, quais são as fontes dela e a credibilidade que ela forma junto ao público. Alguns formam público por algum estilo, por serem meio da comédia ou serem muito críticos, e outros por serem investigativos. Enfim, eu acho que o que forma o público para um jornalista é realmente a seriedade com a qual ele executa o trabalho. Eu acho que o gênero não pesa muito."

Seguindo a classificação de Brandão (1998) proposta em Benetti (2006), o LOCUTOR presente na fala da repórter de jornalismo independente é a própria jornalista e a expressão "a gente" refere-se aos colegas de profissão. Como DELOCUTÁRIO, aquele de quem se fala, há "nomes femininos" dentro do jornalismo (Miriam Leitão, 65 anos; Marília Gabriela, 69; Glória Maria, 68; Lilian Witte Fibe, 64), além dos termos: jornalismo, questão de gênero, o jornalista, as jornalistas e público.

Pela categorização de Ducrot (1987), o LOCUTOR é a própria repórter – "**Eu** acho que não interfere muito o gênero atualmente, **nem sei** se um dia interferiu. [...] **Eu** acho que o gênero não pesa muito", delimitado claramente pelo uso do pronome pessoal eu. O ENUNCIADOR é o ponto de vista da própria repórter, dos jornalistas em geral, público receptor, que juntos formam um único enunciador comum para corroborar a opinião da repórter.

Seguindo os conceitos de Bakhtin (1997) e Barros (2001) sobre teoria polifônica, consideramos o discurso da jornalista como monofônico, aparentemente polifônico porque se utiliza de outras vozes (do público, dos jornalistas em geral e até das jornalistas tidas como exemplo) para reforçar o discurso da própria entrevistada. Apesar de começar o texto afirmando que não sabe se o gênero um dia interferiu, diz no final, contraditoriamente, que o gênero "não pesa muito".

Nota-se também que a participante deu somente nomes de jornalistas com muito tempo de carreira, experientes, e que alcançaram sucesso, além de serem profissionais de televisão (mais visíveis ao público por conta da imagem). Na fala a seguir a jornalista ressalta o quanto é importante a mulher provar o seu valor para o público: "[...] mas eu acho que a questão de gênero não pesa. O que pesa é como que **ela** se fundamenta, quais são as fontes **dela** e a credibilidade que **ela** forma junto ao público." Somente no final a jornalista usa "alguns, outros", e, então, iguala o homem e a mulher a partir da seriedade do trabalho.

Repórter B (televisão)

"Eu não sei exatamente se tem alguma coisa voltada mais para mulher, mais para homem (...) De homens e mulheres como jornalistas? Tem, eu acho que tem sim. E se isso se reflete na notícia? Talvez, eu acho que… não sei se isso é relevante. O que você quer saber exatamente? (...) Eu acho que quando a mulher e o homem estão tratando de fazer o mesmo tipo de notícia não difere tanto não. Uma cobertura de polícia tanto para um homem quanto para uma mulher não difere tanto. Eu acho que tem o jornalismo feminino, das revistas femininas, que sempre teve o seu espaço e está se modernizando, eu acho interessante como tem o jornalismo de revistas masculinas não só fa-

lando de nudez, mas de revistas de carros, de motos, que são prioritariamente lidas por homens. Eu acho que tem essa diferença de público que talvez ainda perdure por muito tempo. Talvez a mulher tenha uma visão um pouco mais de comportamento, um pouco mais atenciosa ao comportamento das pessoas do que o homem, que é mais objetivo, que é mais seco, mas não sei como falar isso sem parecer meio preconceituosa, porque é uma impressão minha. Não sei, eu acho que a mulher tende a se preocupar mais com o comportamento, com a relação entre pessoas, e o homem está mais ligado na objetividade, mas estou com medo de ser leviana porque isso pode ser uma coisa muito particular minha. E eu acho que também quando homens e mulheres estão num assunto que não é nem feminino nem masculino, política, polícia ou economia por exemplo, talvez tendam a fazer um trabalho bem semelhante."

Observamos, de acordo com Brandão (1998), que o LOCUTOR é a repórter de TV e o DELOCUTÁRIO são os jornalistas homens e jornalistas mulheres; revistas femininas e masculinas; especialidades do jornalismo. O locutor continua o mesmo, segundo a classificação proposta por Ducrot (1987), e o ENUNCIADOR são os homens e as mulheres jornalistas.

O discurso é monofônico, com presença constante do "eu acho", deixando claro que é a opinião da repórter, mas com marcadores que representam a dúvida da jornalista quanto à própria opinião, como "não sei", e "talvez". Ela diz que ambos os sexos tendem a fazer um trabalho semelhante em assuntos que não são "nem femininos nem masculinos".

A repórter acredita que as produções de homens e mulheres sejam diferentes: "a mulher tende a se preocupar mais com o comportamento, com a relação entre pessoas e o homem está mais ligado na objetividade", mas a entrevistada demonstra todo o tempo medo de estar errada ou ser "leviana" ou "preconceituosa". Podemos analisar que há percepção da jornalista sobre discriminação de mulheres, a ponto de mencionar que a formação cultural difere e interfere na produção de pessoas de sexos diferentes. Porém, a participante prefere não aprofundar, não abordar assunto tão polêmico, tem receio de tratar o tema com preconceito ou leviandade, havendo um autoquestionamento ao se posicionar. A repórter reproduz, sem saber, o estereótipo da mulher ligada ao papel da cuidadora, da sensível - o papel da dominada - , enquanto o homem, devido a

seu papel de dominância, tem o poder na tomada de decisões, a objetividade, representando a força, o direito, o masculino (BOURDIEU, 2014).

Repórter C (mídia impressa)

"É... eu, por exemplo, eu já tive situações de questionarem, dizerem que é o repórter homem que faz investigação. Então... quando... até mais envolvendo temas mais difíceis, temas de polícia, temas de violência, é... Cracolândia, cobertura em favelas (...), claro que tem uma questão aí, pá, mais assim. Eu já tive, peguei um de... a... uma chefia x sempre colocar repórteres homens pra fazer e não rendeu, não era o esperado e teve que finalmente aparecer uma repórter mulher pra conseguir fazer e deu certo. Então eu tive essas experiências assim de pessoas muito acostumadas a sempre contratarem homem, homem, homem, homem... em terceiro apostarem numa mulher (...) tudo deu mais certo do que homem. Então tem isso assim, 'aí, acho que é melhor um repórter homem. É menos perigoso...'. Tem isso, tem isso sim nas redações. É... mas tem outra (...) do quanto você se acha... acha que pode ir pra... é... deixa e ver... pra uma cobertura de carnaval. Eu por exemplo não gosto de ir pro carnaval, porque é... num período noturno, porque eu não consigo trabalhar! A gente é muito assediada e... os bloquinhos na Vila Madalena é... no pré-carnaval, não era nem carnaval mesmo, era o pré-carnaval. Aconteceu de eu estar escrevendo no meu bloquinho uma entrevista e enfiaram e puxaram minha mão. É.. ou eu estar conduzindo uma entrevista e outra pessoa se intrometendo e falar: 'me entrevista, me entrevista'. Então é bem complicado nesse aspecto também."

Nessa fala identificamos, seguindo a classificação de Brandão (1998), como LOCUTORES a entrevistada, a chefia de onde trabalhou, pessoa que se intrometeu na entrevista, "a gente" (referindo-se às mulheres jornalistas). Os DELOCUTÁRIOS são os repórteres homens, repórteres mulheres, chefia, jornalismo investigativo e policial, caso de assédio no carnaval.

Pela metodologia de Ducrot (1989), o LOCUTOR é a própria repórter e "a gente", os ENUNCIADORES são a repórter de impresso, chefia de onde trabalhou, pessoa que se intrometeu na entrevista, "a gente" (referindo-se às mulheres jornalistas).

Apesar de haver várias vozes, como a da chefia, da repórter, das pessoas acostumadas a lidar com homens jornalistas e até a de um homem que interrompeu seu trabalho no carnaval, todas são colocadas no discurso para mostrar a discriminação que a repórter sofreu, como jornalista investigativa policial, e que as mulheres sofrem com o tratamento da chefia como com o de colegas de trabalho e até do público presente em locais de gravação. Trata-se de texto aparentemente polifônico, com a presença do "eu" e do "a gente", mas com um discurso monofônico.

Repórter D (portal de notícias)

"Complicado... peraí, você pode me ligar no celular, Jéssica? É que eu continuo melhor pelo celular (...) O telefone é aqui da redação, aí acho que esse assunto fica meio chato... O que eu tenho para falar sobre gênero é o seguinte: é... o machismo está aí e impera muito no jornalismo. Posso falar por... eu não posso dizer, assim, mais que em outras áreas, mas posso falar que sim, porque é a área que eu conheço, né?! Então assim, só que não porque é o machismo, o... a discriminação em relação à mulher, a desigualdade de gênero no jornalismo. Não, a questão é a seguinte: existe isso na sociedade, então obviamente tem gente que leva isso para as nossas profissões, para os lugares para onde a gente passa a maior parte do tempo, que é o trabalho, por exemplo. Então sim, existe. Eu não tenho ido para rua, então... fazer coberturas, então assim, não sei como tá isso lá, mas... enfim, a gente vê isso de condutas machistas em determinadas... qualquer parte do seu dia."

Os LOCUTORES são a repórter do Portal de Notícias e "a gente", quando ela se refere às mulheres, de acordo com a classificação proposta por Brandão (1998). Os DELOCUTÁRIOS são o machismo, jornalismo, a redação onde trabalha, discriminação e desigualdade de gênero e a sociedade. O LOCUTOR, segundo a proposta ducroniana (1989), é somente a repórter, os ENUNCIADORES são as mulheres jornalistas, o jornalismo, a sociedade e as mulheres em geral.

O discurso é aparentemente polifônico, porque carrega as vozes do eu e a repórter também se coloca como porta-voz de outras jornalistas ao falar "a gente". No entanto, é monofônico camuflado de polifônico, porque todas as

vozes são usadas em conjunto para mostrar a discriminação e a desigualdade de gênero.

Repórter E (Rádio)

"Eu acho que o gênero nunca fez muita diferença no papel não. Nunca parei para fazer essa análise porque eu acho que os dois estão ali empatados. Ainda não esbarrei em nenhum momento em que eu falei: nossa, só porque ela era mulher fez a diferença, só porque ele era homem fez a diferença. Acho que ainda não aconteceu isso comigo."

O LOCUTOR, tanto na classificação de Brandão, quanto na de Ducrot, é a repórter de rádio e o DELOCUTÁRIO são: a mulher jornalista, o homem jornalista e o gênero no jornalismo. Os ENUNCIADORES, pela lógica ducroniana, são a entrevistada, o homem e a mulher jornalista.

Podemos perceber que é a resposta com menos vozes presentes, um discurso monofônico. Talvez por querer ressaltar que não há diferença na produção noticiosa, e, portanto, não há discriminação em relação às mulheres. Mas no seu discurso a repórter afirma que nunca havia acontecido problemas desse tipo com ela: "gênero nunca fez **muita** diferença no papel [da jornalista] não". Podemos considerar que a repórter realmente não se atentou para situações de discriminação ou diferenciação de produção ou mérito por sexo no seu trabalho, porém, como analisam Bourdieu (2016) e Lipovetsky (2000), o machismo está tão enraizado que os dominados passam a ver a situação como natural e não como exceção.

Considerações finais

Nos discursos das jornalistas entrevistadas foi possível verificar que todas concordam com a capacidade de mulheres e homens realizarem reportagens com o mesmo nível de qualidade; duas delas, a jornalista que atua em veículo independente (A) e a de portal de notícias (D), no entanto, dizem que não há diferenças de pontos de vista entre homens e mulheres. Para a repórter de rádio (E) o gênero também não influi. As repórteres de TV (B) e de impresso (C) reconhecem que a vivência da pessoa influencia na hora de escrever. Esses pontos de vista únicos presentes nos discursos monofô-

nicos das mulheres participantes da pesquisa estão relacionados com a luta da mulher pela igualdade de direitos; isso é levado tão a sério que elas até esquecem que vivem em uma sociedade patriarcal e que a cultura tem papel importante na visão do sujeito sobre a realidade.

Os discursos das repórteres, na sua maioria, são monofônicos porque representam perspectiva comum, apesar de somente duas repórteres terem os locutores iguais em ambas as classificações de Brandão (o locutor autor e os que falam por meio dele) e de Ducrot (quem tem responsabilidade pela fala). As outras vozes aparecem para reforçar um único enunciador, os outros personagens surgem apenas para dar respaldo à própria opinião.

Como Lipovetsky (2000) e Bourdieu (2014) explicam a mulher de hoje conquistou mais independência em relação à mulher do passado (a primeira e a segunda), mas a cultura ainda é definida pela sociedade patriarcal, afetando a sua percepção sobre a própria condição. Replica-se o discurso do dominador em conformidade com a "estrutura de dominação, subordinando-se" (BOURDIEU, 2014, p. 27).

Quando o uso das competências das mulheres visa à construção de "uma sociedade superior em generosidade, participação e distribuição social" (MACHADO, 2007, p. 7) há avanços, mas há retrocesso quando esse uso se subordina aos valores individualistas e interesses do mercado. As mulheres do século XXI se fortaleceram, obtiveram avanços na luta contra a desigualdade de gênero, no entanto cresceram em um mundo machista e patriarcal e "não conseguem se enxergar fora do foco masculino. Vivem pelo olhar do homem, do 'outro'" (DEL PRIORI, 2013, p. 8), em um universo onde impera o narcisismo, a lógica do consumismo, do individualismo e do hedonismo (LIPOVETSKY, 2000).

Referências

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: Sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007. p. 45-71.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso In: FARACO, Carlos A. et al (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BENETTI, Márcio. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Revista do Mestrado da Comunicação** UFRGS, Porto Alegre, nº 14, 2006.

BOFF, Leonardo.; MURARO, Rose Marie. **Feminino e masculino**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: BestBolso, 2014.

BRANDÃO, Helena. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia:** a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Unesp, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. **Histórias e conversas de mulher.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas, SP., 1987.

JENKINS, Henry; FORD, Sam.; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MACHADO, Lucilia. Usos Sociais do Trabalho e da Noção de Competência. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. (Orgs.). **Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

MONTEIRO, Marli. **Mulher:** profissão mulher. Petrópolis: Vozes, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

A MULHER NO JORNALISMO INVESTIGATIVO: PISTAS DEIXADAS NO PRÊMIO ESSO

Marli dos Santos[1]

Pés, por que os amaria, se eu tenho asas pra voar?
Frida Kahlo

A feminização das redações vem acontecendo há algumas décadas no Brasil, mais intensamente a partir de 1970. Esse crescimento coincide com a entrada mais expressiva da mulher no mercado de trabalho, conforme relatório sobre o tema elaborado pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgado em março de 2016 (PINHEIRO, 2016). No século XXI as jornalistas constituem maior contingente que o dos homens. À primeira vista as estatísticas parecem auspiciosas. Ramos (2010) chamou essa presença feminina nas redações em seu livro "Mulheres jornalistas", como "A grande invasão". Poderíamos usar a palavra "invadir", que significa "Entrada violenta ou arrogante", segundo o dicionário Aurélio (2017), para qualificar a presença feminina no jornalismo brasileiro? Ou seria mais adequado dizer "A grande ocupação", considerando que o sentido de "ocupar", conforme o mesmo dicionário é "Tomar posse de, Exercer, desempenhar" (2017)? Talvez a melhor saída seja considerar as duas palavras "invasão-ocupação", porque a mulher foi ampliando seu espaço no mundo do trabalho por meio de lutas, como qualificação profissional, e também para preencher espaços menos valorizados, deixados pelos homens.

A difícil luta feminina pela igualdade de direitos, inclusive no trabalho, é resultado da opressão sofrida durante séculos na sociedade patriarcal, que ainda atribui à mulher o âmbito do privado, do doméstico, associando-a a funções menos prestigiadas no mercado de trabalho e mais próximas ao que se convencionou chamar de "atributos femininos", de forma a naturalizá-los

[1] Jornalista e Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Emails: msantos@casperlibero.edu.br e marlijor58@globo.com.

como características da mulher. Nada disso é natural, as mulheres tiveram de assumir jornadas duplas e triplas para permanecerem nos postos de trabalho e lutarem pela sobrevivência, pela ascensão profissional e por melhores salários. Como diz Lipovetsky (1997), é a terceira mulher, dividida entre o público e o privado, entre o mundo do trabalho e o mundo do lar.

Por isso, é importante aqui discutir o que significa essa feminização na prática jornalística, particularmente no jornalismo investigativo, tido como especialização por Caminos Marcet (2010). Como a especialização exige mais envolvimento, mais dedicação, mais experiência e mais saberes, que impactos ocorrem na carreira profissional da mulher jornalista que tem de assumir diversos papéis, no âmbito do privado e do público?

Parte-se do pressuposto que o processo de feminização na profissão não produziu o efeito necessário na prática do jornalismo investigativo nas redações, enquanto especialização jornalística, a ponto de equilibrar as oportunidades que as mulheres têm para produzir reportagens investigativas, que normalmente ocupam lugares de destaque nos veículos jornalísticos e são candidatas a premiações distintivas na área. Um dos indicadores para observar essas oportunidades são os prêmios atribuídos aos profissionais da área, sendo o antigo Prêmio Esso, agora Prêmio ExxonMobil, o mais reconhecido e antigo Prêmio no jornalismo. A categoria principal do Prêmio foi escolhida para se observar a relação da mulher com o jornalismo investigativo e seu reconhecimento na sociedade, ou ainda a falta de oportunidade das jornalistas em realizar reportagens investigativas e concorrer a tais prêmios. Ressalta-se que nem todas as reportagens premiadas foram consideradas investigativas, mas exigiram o uso de apuração própria do jornalismo investigativo.

Feitas as primeiras considerações sobre a pertinência de se observar as premiações como indícios da atuação da mulher em jornalismo investigativo, esclarecemos a metodologia científica adotada na pesquisa. Trata-se de estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualiquantitativa, caracterizando a pesquisa mista, conforme Creswell (2010). Dessa forma, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo, aplicada na investigação da lista de premiados divulgados no site oficial do Prêmio Esso,

desde sua criação, posteriormente, a análise dos resumos das reportagens designadas como a maior premiação no site e de autoria de mulheres.

Mulher, gênero e divisão sexual do trabalho

A presença da mulher nas redações está relacionada ao processo histórico, social, econômico e cultural da sociedade brasileira. A industrialização no Brasil gerou a necessidade de mais mão de obra em diversos segmentos do mercado, e de qualificação para atuar nas empresas. Somados a isso a não consolidação do jornalismo como profissão, comparativamente a outras áreas como medicina e direito, e a ocupação de posições em setores menos prestigiados e tradicionais da imprensa (jornais e rádio) – estando concentradas em revistas, assessorias de imprensa, universidades, televisão e agência de notícias (ROCHA, 2007), indicam que a presença feminina no jornalismo possui ainda grandes desafios a superar.

Apesar de o jornalismo não ter "o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da medicina e do direito", nem no passado nem atualmente, segundo Rocha (2007, p. 120), no final dos anos 1950, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo sobre a percepção da hierarquia das profissões, o resultado apontou o jornalista no topo dessa escala, em sexto lugar, depois do médico, advogado e do padre. A justificativa para a percepção do exercício do jornalismo surgir como atividade hierarquicamente acima das profissões de base, das de especialização e das de classe média, àquela época, foi por se considerar o profissional pertencente ao universo público, "símbolo" de uma nova forma de poder na sociedade: a imprensa (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 587-588).

A percepção do jornalista como "homem público" é resultado de uma construção cultural e social de dominação masculina, que atribui ao homem o espaço público, a visibilidade e a responsabilidade pelas questões de interesse público. Essa separação entre o privado e público tem raízes nas sociedades gregas, nas quais a visibilidade pública e o direito de discutir e decidir o futuro da pólis era permitido somente aos homens letrados. Às mulheres, aos escravos e estrangeiros cabia o domínio do privado, restrito ao mundo das lutas pela sobrevivência, ao anonimato.

Nesse sentido, trazemos a questão de gênero para contribuir na reflexão sobre a relação entre o público e privado e a mulher no mundo do trabalho. A filósofa Judith Butler (2014) nos ajuda a aclarar essa questão ao considerar que o gênero é uma categoria culturalmente construída, a qual estabelece regras de performance para o feminino e o masculino, em uma perspectiva binária e de oposição (como forte e fraco, sensível e racional, delicado e bruto, homem e mulher). Em consonância com Butler, Bourdieu (2002, p. 76) analisa que "as taxionomias em vigor tendem a contrapor, hierarquizando as propriedades mais frequentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados". Assim, a depender do gênero exige-se uma determinada performance, que é hierarquizada em oposição ao outro.

Porém, Butler ressalta que a categoria gênero não se trata apenas de uma construção simbólica, sem vínculo com a realidade. Ela advém das práticas sociais cotidianas, que reforçam e mantêm a performatividade de gênero, geralmente associada ao sexo feminino ou masculino e à orientação sexual, numa conjugação equivocadamente binária. Isso se reflete no trabalho e na divisão sexual do trabalho, associando gênero e sexo feminino às atividades secundárias, pelo fato de a mulher estar vinculada ao ambiente privado, que é a esfera do cuidado doméstico e da educação dos filhos.

Dessa forma, é plausível a afirmação de Boff e Muraro (2010) de que a mulher tem um olhar mais altruísta e solidário, interferindo possivelmente em sua prática profissional, pois a mulher se submete ao "corpo socialmente exigido" vivenciando um "corpo alienado" em maior ou menor grau, dependendo do lugar social que ocupa (BOURDIEU, 2002, p. 77).

De acordo com Bourdieu (2002), há diferentes esferas participativas para o gênero no mundo do trabalho baseado no capitalismo, que são o capital simbólico e o capital produtivo. O primeiro relacionado ao feminino, que se incumbe de manter e reforçar laços sociais e afetivos; o segundo, ligado ao masculino, responsável por prover a família, exercendo atividades produtivas que são remuneradas.

Assim, a separação de esferas de atuação e de capital simbólico e produtivo justificou a divisão sexual do trabalho, que associa as mulheres até hoje às atividades mais secundárias, como extensão do mundo doméstico e

privado, e os homens ao mundo público e produtivo. Historicamente, essa divisão acarreta em cristalização de assimetrias entre homens e mulheres, impedindo a evolução feminina dentro e fora da família (HIRATA, 2002). Como alguns dos impactos dessa realidade, observa-se que a mulher busca atender as demandas culturais e sociais, escolhendo trabalhos com horários mais flexibilizados, evitando viagens e atividades de risco para cumprir uma jornada dupla (RASEAM, 2014), especialmente quando tem filhos. De outro lado, ao assumir o papel da provedora no âmbito do capital produtivo, o feminino deve adotar outra performance para a manutenção de seu status social, porque o modelo do capital produtivo é masculino.

Invasão-ocupação das redações

Ao observar o relatório do IPEA sobre a mulher no mercado de trabalho, em 2016, conclui-se que nem sempre as estatísticas representam efetivamente um avanço da mulher no mundo do trabalho, pois no passado

> Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas [as mulheres] representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época (...) as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria. Depois de 1920, a PEA [população economicamente ativa] feminina reduz-se drasticamente, em parte, porque no momento do primeiro recenseamento boa parte da produção se desenvolvia nos limites domésticos" (IPEA, 2014, Apud PINHEIRO et al, 2016, p. 5).

Portanto, no final do século XIX, se considerarmos a natureza da atividade da mulher, observa-se que ela já ocupava quase 50% da força de trabalho, mas em atividades bem menos notórias. Dessa forma, a tipologia do trabalho executado pelas mulheres também interfere na análise de sua contribuição como força de trabalho no mundo e na sociedade brasileira.

Por isso é relevante enfatizar novamente que o crescimento da participação feminina nas redações deve ser contextualizado de acordo com as mudanças na sociedade. Na década de 1950 as mulheres representavam apenas

7% dos jornalistas na cidade de São Paulo, condizendo com a visão predominantemente masculina da profissão; e em 1970 a presença das mulheres ainda é inexpressiva, chegando a 10%. Mas a partir dos anos 1980 essa participação se amplia de forma efetiva, para mais de 40%, chegando a ser maioria em 1995, ou seja, 64,8% do mercado de trabalho (RIBEIRO, 1998).

Os dados referentes à feminização das redações no Brasil só se equivaleram aos da cidade de São Paulo quase 20 anos depois, com 63,7% de mulheres exercendo a atividade profissional, conforme pesquisa feita por Mick e Lima (2013), sobre o perfil do jornalista brasileiro. O estudo também revelou que as mulheres ocupam menos cargos de chefia e que 59% dos jornalistas têm até 30 anos de idade.

A idade versus maternidade também é outro aspecto a se considerar sobre a realidade das mulheres nas redações e sua ascensão no trabalho. Segundo dados do Ministério da Saúde (PORTAL BRASIL, 2017), as mulheres brasileiras cada vez mais preferem ser mães na faixa etária dos 30 anos, representando 30,2% em 2012. O estudo também revela que quanto maior o nível de escolaridade, mais a maternidade é adiada.

Esses últimos indicadores servem para analisar as chances de as mulheres continuarem a atuar como jornalistas depois do nascimento dos filhos. Certamente as possibilidades são menores, porque a mulher, conforme diz Hirata (2002), continuará com seus afazeres no cuidado da família, e esse aspecto a tornará menos disponível para horas extras, viagens, sendo preterida para cargos de chefia ou para realização de pautas especiais ou mais complexas.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2014) indica que a dupla jornada de trabalho dificulta a ascensão e permanência da mulher no emprego. O relatório apontou ainda que há um padrão na ocupação de atividades das mulheres, que atuam essencialmente em áreas como educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos. Estabelecendo um paralelo com as funções extrarredação (como assessoria de imprensa e ensino), majoritariamente exercidas por mulheres, podemos dizer que as mesmas colaboram para maior adesão feminina na medida em que oferecem melhores condições de trabalho que as redações, o trabalho autônomo e a flexibilização necessária à jornada dupla. A propósito, segundo o IBGE, em 2017 nove

entre dez mulheres realizaram "algum tipo de tarefa doméstica durante, no mínimo, uma hora semanal. Entre os homens, sete em cada dez se dedicam a afazeres domésticos, mas dedicam metade do tempo gasto pelas mulheres nestas atividades" (SILVEIRA, 2017).

Ainda assim é importante ressaltar a melhor qualificação da mulher no mercado de trabalho. "As mulheres são maioria nas escolas, universidades, cursos de qualificação" sendo "maioria para Ensino Médio completo ou Superior incompleto: 39,1% das mulheres se enquadram nessa categoria, contra 33,5% dos homens" (PORTAL BRASIL, 2017). Apesar disso, os homens continuam a ter melhor remuneração que as mulheres, perpetuando a situação de desigualdade social. Em 2014, os homens ganhavam cerca de 600 reais a mais que as mulheres (o salário médio dos homens foi R$ 1831e o das mulheres R$ 1288).

Diante disso, alguns motivos para essa *invasão-ocupação* das mulheres nas redações podem ser a evolução da mulher no mercado de trabalho, a remuneração mais baixa, a maternidade somente após os 30 anos, a maior qualificação das mulheres em relação aos homens, entre outras. São razões nem sempre auspiciosas, mas que resultam na presença da maioria feminina no mercado de trabalho e nas redações jornalísticas.

Mulheres e o jornalismo investigativo

A primeira mulher a realizar uma reportagem foi Emily Verdery Bettei, repórter contratada pelo *New York Sun*, em 1868, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, apesar de haver registros de mulheres na imprensa desde a metade do século XVII (QUEIROZ, 2013). Algumas estratégias viabilizaram essas mulheres a atuarem em uma profissão tão pública e masculina. Pseudônimos e novas estratégias de investigação ajudaram as repórteres a sobreviverem em um universo tão desafiador, dentro e fora das redações.

As *stunt girls* foram pioneiras nas novas técnicas de investigação, pois buscavam no disfarce uma maneira de obter informações interessantes, documentos, vivenciar situações, uma vez que a simples identificação como repórteres poderia gerar comportamentos preconceituosos, atrapalhando o desenvolvimento da apuração jornalística (QUEIROZ, 2013).

O termo jornalismo investigativo é considerado por alguns pesquisadores e profissionais como o equivalente à definição do próprio jornalismo. Porém, há outros, como o jornalista Leandro Fortes (2010), que o consideram uma especialidade ou como um gênero autônomo. O professor espanhol José María Caminos Marcet também discute sua natureza argumentando sobre sua especialidade: "O jornalismo de investigação se diferencia de outras modalidades jornalísticas em que o jornalista utiliza uma metodologia singular para alcançar o tema que se propõe, que se diferencia claramente da metodologia utilizada por outras especialidades jornalísticas" (2010, p. 36, tradução nossa).

Caminos Marcet (2010, p. 36), citando outro trabalho de sua autoria, menciona que o jornalismo investigativo pode ser considerado uma espécie de radiografia, porque traz à luz fatos e personagens ocultos, que somente podem ser revelados por meio de técnicas de trabalho especiais. Já Fortes (2010, p. 15) cita Eugênio Bucci, o qual caracteriza o jornalismo investigativo quanto ao "objeto da pauta, o método de apuração, a forma e o conteúdo finais com que a reportagem se apresenta".

De outro lado, Melo (2015) considera que, no Brasil, toma-se como referência o jornalismo estadunidense, no qual a ação de investigação depende da iniciativa do jornalista para novas descobertas. A autora pondera que, no contexto brasileiro, não é possível definir jornalismo investigativo à sombra do que acontece nos EUA:

> Mesmo que a influência norte-americana seja hegemônica e que a modernização e profissionalização do jornalismo brasileiro tenha se dado nos moldes americanos, o cenário local nos leva a identificar o que tem sido chamado de jornalismo investigativo, relembrando os três eixos das definições, mais como a denúncia de desvios, que com a revelação da verdade oculta (MELO, 2015, p. 14).

Acrescentando, Melo (2015, p. 14) destaca que compreender o jornalismo investigativo e seu denuncismo requer entender que as características dessa "prática no Brasil e na América do Sul" incorporam o comprometimento "com

causas políticas determinadas ao invés de com o ideal democrático de vigilância e balanço".

Independentemente dos conceitos apresentados para definir o jornalismo investigativo, e das diferenças que possam ser consideradas entre práticas em países diversos, Karam (2011, p. 9) menciona que houve um crescimento nos estudos de jornalismo e da investigação jornalística no mundo. Diz o autor:

> Na era tanto dos segredos como da informação, cresce em importância o desvendamento cotidiano da realidade e de sua exposição naquilo que tem de mais relevante e útil socialmente, por meio de uma atividade cujos princípios pretendem dar transparência social, vinculada ao interesse público, de temas, de questões, de aspectos fundamentais do dia a dia, para que a sociedade possa se situar mais e melhor, também, de forma mais imediata.

De acordo com Marcelo Beraba, ex-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)[2], para se fazer jornalismo investigativo é necessário uma "qualificação específica". Exige-se mais tempo, mais pesquisa, mais observação, checagem de dados, "a busca obsessiva por documentos e provas" (FORTES, 2010, p. 15). Além disso, jornalistas que fazem matérias investigativas lançam mão de alguns expedientes não muito ortodoxos, que levam a uma discussão ética, como o uso de câmeras escondidas, a não identificação como jornalistas e a exposição pessoal ao risco.

Outra definição sobre o tema é de Sequeira (2005, p. 61), para quem o jornalismo investigativo emerge justamente em razão das mudanças nas empresas jornalísticas, "quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal". Segundo a autora, a reportagem ganha aspectos como "dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contexto) e a incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro" (2005, p. 62). Esses procedimentos dizem respeito também à reportagem dita interpretativa, porém, a autora considera que a diferença está justamente nas estratégias de apuração, e que os fundamentos para a

[2] Marcelo Beraba foi presidente da Abraji no período de 2003 – 2007.

reportagem investigativa estão, de certa forma, ancorados no conceito de "abdução" formulado por Charles Sanders Peirce[3].

Nesse sentido, o levantamento de hipóteses, que podem ou não ser comprovadas no caminho da investigação, são essenciais ao trabalho jornalístico. Não obstante na ciência o levantamento de hipóteses esteja atrelado a um procedimento dedutivo, a reportagem investigativa não prescinde da indução e da dedução.

Em manuais de jornalismo investigativo, como "A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos", patrocinado pela Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de autoria de Hunter (2013), a hipótese é um procedimento super valorizado, pois parte-se de algum lugar, com um objetivo, com estratégias, para se obter um resultado.

> Uma hipótese aumenta as suas chances de descobrir segredos. (...) 3. Uma hipótese torna mais fácil gerenciar o seu projeto. (...) 4. Uma hipótese é uma ferramenta que você pode usar repetidas vezes. (...) 5. Uma hipótese praticamente garante que você entregará uma história, e não somente uma massa de dados (HUNTER, 2013, p. 16).

Assim como Hunter, Caminos Marcet (2010) confirma que o jornalismo investigativo não pode prescindir da constante verificação e confrontação de fontes documentais e pessoais, além de requerer uma postura proativa. Ao exigir métodos de apuração mais sofisticados, profissionais mais bem preparados e, consequentemente, mais tempo, em momentos de crise econômica o desenvolvimento da atividade nas redações pode ser ameaçado.

A presença feminina no Prêmio Esso

O Prêmio ExxonMobil de Jornalismo é a atual denominação do conhecido Prêmio Esso, a mais importante distinção de mérito à produção jornalística brasileira. Foi criado em 1955, pela Exxon Mobil Corporation – de nome

[3] Segundo Peirce, os "elementos de uma hipótese sobre certo problema já se encontram na nossa mente, mesmo que não tenhamos consciência deles. Embora essa hipótese introduza uma idéia nova, ela apenas sugere que algo pode ser, sem qualquer certeza" (SEQUEIRA, 2005, p. 69).

comercial Esso –, sendo inicialmente chamado Prêmio Esso de Reportagem, posteriormente intitulado Prêmio Esso de Jornalismo até chegar à atual denominação. Conforme consta em sua página na internet,

> o conjunto de premiações reconhece os melhores trabalhos publicados anualmente, segundo avaliação de comissões de julgamento, integradas exclusivamente por renomados jornalistas e profissionais de comunicação. Atualmente, para a mídia impressa, estão destinadas 11 categorias, mais o Prêmio ExxonMobil de Reportagem e o Prêmio Principal, que leva o nome do programa (PRÊMIO EXXONMOBIL DE JORNALISMO, 2017).

Ao longo da trajetória do Prêmio a mídia impressa, especificamente o texto, foi o foco das premiações, tanto que no regulamento de 2015 há um tópico específico sobre quem pode participar: "Serão colocados em julgamento apenas os trabalhos escritos em língua portuguesa e **publicados em revista ou jornal brasileiros**, com sede no País" (2015, grifo nosso). Ao mesmo tempo em que o foco é o impresso, os responsáveis pela premiação passaram a incluir o "Prêmio Esso Especial de Telejornalismo" em 2001, além de outros prêmios, como em fotografia.

Na pesquisa aqui apresentada foram analisadas todas as premiações denominadas "Prêmio principal", a mais importante categoria da premiação, no período de 1956 até 2015, sendo que as edições de 2016 e 2017 foram suspensas. De acordo com o regulamento dessa categoria, "O PRÊMIO EXXONMOBIL DE JORNALISMO [prêmio principal] será conferido pela Comissão de Premiação ao trabalho considerado de melhor qualidade dentre todos os finalistas..." (COLETIVA.NET, 2015).

O objetivo foi verificar a incidência de premiações principais designadas às mulheres, o período em que isso mais ocorreu observando a presença feminina nas autorias individuais e coletivas, bem como as temáticas das reportagens produzidas por elas.

De acordo com o Quadro 1, houve 10 premiações a matérias escritas a várias mãos e cinco com autoria única. Isso significa que menos de 10% de todos os prêmios principais deram destaque ao trabalho executado por mulhe-

res individualmente, tendo havido uma vencedora em 1961, uma em 1995 e outras três a partir dos anos 2000 (2005, 2006, 2008). Em relação às produções coletivas, metade delas – ou seja, cinco – teve uma mulher como primeira autora; desta maneira, um terço das 15 distinções listadas, embora evidentemente também concedidas a mulheres, teve um homem como autor principal.

Quadro 1 – Presença da autoria feminina no Prêmio ExxonMobil

Ano	Repórter(es)	Reportagem	Veículo	Tema	Autoria	Posição autoria
1961	Silvia Donato	Adote uma criança	Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)	Social / Corrupção	Individual	
1983	Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck	O caso Baumgartem	Revista Veja (São Paulo)	Política	Coletiva	Segunda
1990	Teodomiro Braga e Teresa Cardoso	Candidatura de Silvio Santos	Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)	Política	Coletiva	Segunda
1994	Agostinho Vieira, Elenilce Bottari e Edgard Arruda	Nilo ajudou Betinho a receber doação de bicheiro	Jornal O Globo (Rio de Janeiro)	Social / Corrupção	Coletiva	Segunda
1995	Rebeca Kritsch	Viver nas ruas de São Paulo	Jornal O Estado de S.Paulo	Social	Individual	
1996	Aziz Filho, Amaury Ribeiro Jr., Adriana Barsotti, Consuelo Dieguez e Cid Benjamim	Guerrilha no Araguaia	Jornal O Globo (Rio de Janeiro)	Política	Coletiva	Terceira
1998	Maria Elisa Alves, Rolland Gianotti e equipe	Teste de guaraná	Jornal O Globo (Rio de Janeiro)	Saúde / Corrupção	Coletiva	Primeira
2001	Andrei Meireles, Mino Pedrosa, Mário Simas Filho, Isabela Abdala, Sônia Filgueiras e Ricardo Miranda	Senadores envolvidos na fraude do painel de votação do Senado	Revista Isto É (São Paulo)	Política / Corrupção	Coletiva	Quarta

2004	Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flávio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes	Os homens de bens da Alerj	Jornal O Globo (Rio de Janeiro)	Política / Corrupção	Coletiva	Primeira
2005	Renata Lo Prete	Denúncia do mensalão	Jornal Folha de S.Paulo	Política / Corrupção	Individual	
2006	Conceição Freitas	Amores possíveis	Jornal Correio Braziliense	Comportamento	Individual	
2008	Elvira Lobato	Universal chega aos 30 anos com império empresarial	Jornal Folha de S.Paulo	Negócios / Corrupção	Individual	
2009	Fabiana Moraes e Schneider Carpeggiani	Os sertões	Jornal do Comércio (Recife)	Cultura	Coletiva	Primeira
2010	Katia Brembatti, Karlos Kohlbach, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	Diários secretos	Jornal Gazeta do Povo (Curitiba)	Política / Corrupção	Coletiva	Primeira
2011	Andreza Matais, José Ernesto Credendio e Catia Seabra	O patrimônio e as consultorias que derrubaram Palocci	Jornal Folha de S.Paulo	Política / Corrupção	Coletiva	Primeira

Outra observação sobre os dados do Quadro 1 é que até 1982 apenas uma mulher alcançou o prêmio principal, dentre os 26 oferecidos no período[4], coincidindo com a pouca participação feminina nas redações dos anos 1950 aos 70, conforme dados de Ribeiro (1998) ao se referir à presença das mulheres nas redações na cidade de São Paulo, onde se concentrava (e ainda se concentra) grande parte das empresas jornalísticas. Observa-se ainda que apenas uma mulher recebeu o Prêmio Principal na década de 1980, não refletindo nesse período a presença de mais de 40% de mulheres na atividade jornalística.

Como o referido Prêmio é prioritariamente direcionado à mídia impressa, podemos também considerar, de acordo com Rocha (2007), que as mulheres

[4] Em 1966, o prêmio principal não foi concedido a nenhuma produção inscrita..

ocupam menos espaços nos jornais impressos, uma mídia mais tradicional que as demais, especialmente até os anos 1995, quando o percentual de participação da mulher no jornalismo na cidade de São Paulo era majoritário, 64,8%. Foram 5 premiações principais na década de 1990 e 6 na primeira década do século XXI. Ao analisar essa evolução, é possível associar a ampliação da presença feminina nas redações com o aumento das premiações ocorridas ao longo desses 60 anos de Prêmio Esso.

Como se observa, a temática sobre corrupção representa a maioria das 15 reportagens que contam com autoria de mulheres, totalizando 9 (60%), mas nem sempre a corrupção é associada a políticos. Essa prevalência indica a relação entre jornalismo investigativo e os bastidores do poder, presente em editorias de grande impacto nos veículos de comunicação. Algumas das reportagens não associadas à corrupção estão vinculadas às editorias de política, comportamento, social e cultura.

Verifica-se, também, que no período em que o regime militar vigorou no Brasil (1964-1985), a categoria principal foi quase exclusivamente dirigida a homens, não obstante o despontar do movimento feminista, do movimento negro, da contracultura e do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 1970. As premiações principais não refletiram o avanço do gênero feminino na luta pela igualdade de direitos. A única variação ocorrida durante o regime militar foi em 1983 – década em que se assistiu o processo da abertura política e à deflagração do movimento "Diretas Já", ainda assim tendo um jornalista como primeiro autor. Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck investigaram o "caso Baumgartem".

Nos anos 1990 foram cinco prêmios principais atribuídos a mulheres (1990, 94, 95, 96, 98). Já nos anos 2000, dentre as 15 edições do Prêmio Esso, de 2001 a 2015, oito ficaram com mulheres, sendo três reportagens com autoria única e cinco com autoria conjunta (destas, quatro como autoria principal). Seis das reportagens produzidas estão ligadas à Política/corrupção, ou seja, majoritariamente as reportagens ligadas ao tema foram produzidas nesse período. Os dados indicam, portanto, a intensa participação da mulher na reportagem investigativa nesse período como também distinguem a qualidade de seu trabalho.

Destacamos que só esse indicador, o Prêmio Esso – categoria principal, não representa a realidade da produção em jornalismo investigativo no Brasil, considerando inclusive todas as mídias. Porém, é possível observar a partir dele uma tendência nas premiações que pode gerar hipóteses de trabalho em futuras pesquisas. A seguir, buscaremos pistas sobre o jornalismo investigativo na análise das sínteses das reportagens publicadas no site da referida premiação.

Novas pistas

Para identificar as práticas investigativas utilizadas pelas jornalistas na elaboração das reportagens premiadas, consideramos as sínteses apresentadas no site da premiação, pela dificuldade de acesso a esses conteúdos nos arquivos dos jornais e revistas por buscadores na internet. Desse modo, padronizamos os procedimentos, coletando apenas as sínteses das matérias assinadas por mulheres em autoria individual ou coletiva. Os dados foram sistematizados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Jornalismo investigativo no Prêmio Principal ExxonMobil[5]

Ano	Repórter	Métodos investigação / Tema	Síntese da reportagem apresentada no site
1961	Silvia Donato	Sim Social / Corrupção	**ADOTE UMA CRIANÇA** Uma campanha que se transformou em autêntico serviço social. A série de reportagens publicada de novembro de 1959 a março de 1960 derrubou barreiras e queimou etapas no processo de adoção, além de denunciar a indústria do orfanato, que recebia verbas oficiais e não cumpria a contrapartida de alimentar e vestir dignamente as crianças.
1983	Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck	Sim Política	**O CASO BAUMGARTEN** O que parecia ser mais um caso doloroso de afogamento no mar, adquire conotações de verdadeira conspiração a partir da revelação de uma carta em que o jornalista Alexandre Von Baumgarten, acusa os principais chefes do Serviço Nacional de Informações pela sua morte. A hipótese ganha sustentação quando a autópsia mostra que o jornalista, ligado aos órgãos de segurança e informações, fora na verdade assassinado.

[5] Trata-se de procedimento de imersão também utilizado em reportagens investigativas.

1990	Teodomiro Braga e Teresa Cardoso	Sim Política	**CANDIDATURA DE SÍLVIO SANTOS** Em sucessivas reportagens, os jornalistas narraram os bastidores da frustrada tentativa do animador e empresário de TV, Sílvio Santos, de lançar-se candidato à Presidência da República, praticamente às vésperas da eleição. As negociações, o ambiente político e a reação do Tribunal Superior Eleitoral, reagindo à manobra, são descritos passo a passo pelos repórteres que exibem toda a trama e seus principais personagens.
1994	Agostinho Vieira, Elenilce Bottari e Edgard Arruda	Sim Social / Corrupção	**NILO AJUDOU BETINHO A RECEBER DOAÇÃO DE BICHEIRO** A série de reportagens provocou um apaixonado debate sobre a necessidade de os gestos humanitários se circunscreverem aos limites da ética ao revelarem que o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o então Secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, haviam intermediado uma doação de bicheiros para a ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.
1995	Rebeca Kritsch	Não[5] Social	**VIVER NAS RUAS DE SÃO PAULO** Para realizar sua reportagem, Rebeca viveu cinco dias como uma sem-teto nas ruas de São Paulo. Durante esse período, aprendeu a mendigar, entrou no ramo da reciclagem de latas e se abrigou na vasta rede de auto-ajuda e solidariedade que os sem-teto estenderam pela cidade, constatando, que o povo das ruas tem que estar bêbado para enfrentar a vergonha de pedir.
1996	Aziz Filho, Amaury Ribeiro Jr., Adriana Barsotti, Consuelo Dieguez e Cid Benjamim	Sim Política	**GUERRILHA NO ARAGUAIA** A partir de documentos obtidos junto a fontes militares e após extenso trabalho de jornalismo investigativo, a equipe do jornal O Globo reconstituiu a história da GUERRILHA DO ARAGUAIA. As reportagens abriram caminho para a descoberta de ossadas de alguns guerrilheiros em cemitérios clandestinos e também para que o Estado brasileiro assumisse a sua responsabilidade nos fatos, com o pagamento de indenizações às famílias.
1998	Maria Elisa Alves, Rolland Gianotti e equipe	Sim Saúde / Corrupção	**TESTE DO GUARANÁ** Denuncia em série de reportagens intitulada TESTE DO GUARANÁ, que um grande número de laboratórios de análises clínicas estava despreparado para diferenciar um frasco de urina de um outro contendo guaraná. A confusão resultou na emissão de laudos absolutamente falsos por quatorze laboratórios de diversos pontos da cidade, o que desencadeou uma série de investigações da Vigilância Sanitária.

2001	Andrei Meireles, Mino Pedrosa, Mário Simas Filho, Isabela Abdala, Sônia Filgueiras e Ricardo Miranda	Sim Política / Corrupção	**SENADORES ENVOLVIDOS NA FRAUDE DO PAINEL DE VOTAÇÃO DO SENADO** A matéria revelava para uma nação estarrecida que o painel de votação do Senado Federal tinha sido violado para que fossem conhecidos os votos dos senadores no processo de cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão. A revelação constituiu o início de uma série de reportagens que tomou o título SENADORES ENVOLVIDOS NA FRAUDE DO PAINEL DE VOTAÇÃO DO SENADO, que culminou com a renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, acusados respectivamente de mandante e intermediário na ordem de violação do painel.
2004	Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flávio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes	Sim Política / Corrupção	**OS HOMENS DE BENS DA ALERJ** Depois de investigar os bens acumulados pelos deputados do Rio no período de 1996 a 2001, a equipe de repórteres do jornal *O Globo,* revelou que 27 parlamentares tiveram aumento de mais de 100% em seus patrimônios. O levantamento apresentado na série de reportagens *Os homes de bens da Alerj*, mostrou que quase 80% dos parlamentares que forneceram ao Tribunal Regional Eleitoral pelo menos duas declarações de renda no período, tiveram algum crescimento nos bens. O trabalho deixa claro que a crise econômica dos últimos anos passou longe do principal endereço político do Rio: o Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa.
2005	Renata Lo Prete	Não Política / Corrupção	**DENÚNCIA DO MENSALÃO** O trabalho revela, a partir de entrevista com o então deputado Roberto Jefferson, um esquema de compra de votos na Câmara Federal para garantir a aprovação de projetos do Governo. A entrevista deflagrou uma série de investigações que provocaram o afastamento de ministros e de pessoas de influência no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, resultando na cassação do Deputado José Dirceu, seu ex-Chefe da Casa Civil
2006	Conceição Freitas	Não Comportamento	**AMORES POSSÍVEIS** O trabalho relata dez histórias de amor sobre o relacionamento entre pessoas portadoras de deficiências, socialmente apartadas ou simplesmente incomuns, como cegos, surdos, mudos, pacientes de clínica psiquiátrica, prisioneiros e mendigos, entre outras. A reportagem leva inevitavelmente a uma reflexão sobre como o amor entre as pessoas pode superar dificuldades aparentemente intransponíveis e diferenças de todas as espécies.

2008	Elvira Lobato	Sim Negócios / Corrupção	**UNIVERSAL CHEGA AOS 30 ANOS COM IMPÉRIO EMPRESARIAL** A reportagem mostra a rede de empresas ligada à Igreja Universal do Reino de Deus. A repórter revelou, entre outros fatos, que emissoras de Rádio e TV adquiridas em nome de fiéis da igreja são transferidas para o nome de Edir Macedo, fundador da igreja. Devido à publicação da matéria, 105 processos judiciais foram abertos pela Universal contra a repórter.
2009	Fabiana Moraes e Schneider Carpeggiani	Não Cultura	**OS SERTÕES** Elaborado em razão da passagem dos 100 anos da morte do escritor Euclides da Cunha, conquistaram o Prêmio Esso de Jornalismo 2009. Após percorrer 4.713 quilômetros de estradas, desde a Bahia até o Ceará, os repórteres revelaram aos leitores um novo sertão, nos locais descritos por Euclides, onde convivem vaqueiros e pirateadores, beatos e travestis, cantadoras de incelências e traficantes, padres e b-boys.
2010	Katia Brembatti, Karlos Kohlbach, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	Sim Política / Corrupção	**DIÁRIOS SECRETOS** Levantaram um esquema milionário de desvio de recursos públicos na Assembléia Legislativa do Paraná. Durante dois anos de investigação, descobriram que atos do Poder Legislativo eram sonegados à população, propiciando diversos tipos de fraude aos cofres públicos, como a existência de funcionários fantasmas, pagamento de supersalários, e casos de nepotismo como o de um chefe que chegou a contratar até 20 parentes. A repercussão das denúncias foi tão grande que levou à prisão dezenas de pessoas acusadas de algum tipo de fraude.
2011	Andreza Matais, José Ernesto Credendio e Catia Seabra	Sim Política / Corrupção	**O PATRIMÔNIO E AS CONSULTORIAS QUE DERRUBARAM PALOCCI** Revelaram que o mais importante ministro do início do governo Dilma Rouseff havia montado uma empresa de consultoria e ficado milionário durante o mandato como deputado federal e coordenador da campanha presidencial. A Folha mostrou em primeira mão que Palocci multiplicou por 20 seu patrimônio e que arrecadou no ano eleitoral de 2010 cerca de R$ 20 milhões com sua microempresa, mais do que as chamadas "gigantes" do setor de consultoria. O trabalho repercutiu nas mais importantes emissoras de rádio e TV do país e também na imprensa internacional, resultando na queda do ministro.

Das 15 matérias identificadas como Prêmio Principal, 11 indicam procedimentos de investigação jornalística explícitos no texto ou subentendidos, sendo que 9 delas trazem à luz atos de corrupção na política, na saúde e no social (ajuda humanitária). Conforme Caminos Marcet (2010), o jornalismo investigativo tem justamente o papel de revelar fatos e pessoas, fazendo uma espécie de radiografia dos acontecimentos com técnicas de apuração especiais. Nos temas apresentados e conforme as sínteses das reportagens verifica-se também que o jornalismo investigativo já começa na pauta, passando pelo método de apuração e o resultado que apresenta em formato reportagem, conforme Fortes (2010).

A relação do tema com os procedimentos investigativos é mais do que justificada, uma vez que a corrupção não está exposta e sim oculta, necessitando de ações proativas dos repórteres, as quais podem partir de denúncias por testemunhas ou envolvidos, como os casos das reportagens publicadas a partir dos anos 2000 que apresentam tais características: "Senadores envolvidos na fraude do painel de votação do senado", "Os homens de bens da Alerj", "Universal chega aos 30 anos com império empresarial", "Diários secretos" e "O patrimônio e as consultorias que derrubaram Palocci". Destas, uma é de autoria individual, Elvira Lobato, com a reportagem sobre a Igreja Universal; 4 são de autoria coletiva, com 3 reportagens assinadas em primeiro lugar por mulheres. Como se vê, são assuntos nada amenos.

No quadro 2 há 3 reportagens que não apresentam indícios de jornalismo investigativo. No caso da reportagem de Rebeca Kritsch, "Viver nas ruas de São Paulo", a autora utiliza a técnica de imersão, na qual o repórter vivencia situações apresentadas nas reportagens, também aplicada como método de apuração no jornalismo investigativo. Nesse caso, porém, o intuito da repórter foi o de mostrar como moradores de rua vivem em uma grande metrópole. A outra matéria premiada é uma entrevista, realizada por Renata Loprette, "Denúncia do Mensalão", e a terceira, "Os sertões", de Fabiana Moraes e Schneider Carpeggiani, que revive a travessia narrada por Euclides da Cunha na obra homônima.

Sobre a primeira mulher premiada, Silvia Donato, que realizou a série sobre adoção de crianças, verifica-se que ao investigar o tema a repórter

traz à luz "a indústria do orfanato, que recebia verbas oficiais e não cumpria a contrapartida de alimentar e vestir dignamente as crianças" (PRÊMIO EXXONMOBIL DE JORNALISMO, 2017).

Participação tardia

Tendo em vista a nova realidade da mulher no âmbito do jornalismo – cuja presença é majoritária no mercado e nos cursos de graduação da área –, pareceu-nos relevante verificar sua participação em reportagens investigativas premiadas, que correspondem a produções altamente qualificadas e diferenciadas, como indicador de sua atuação na área.

Para refletir sobre a questão da mulher, foram trazidos os conceitos de Butler, sobre gênero como categoria culturalmente construída, que prescreve comportamentos socialmente esperados nas práticas cotidianas; e Bourdieu, referente à dominação masculina nas relações sociais, a qual fortalece o binarismo e as oposições entre homens e mulheres, sendo o homem privilegiado nessa relação. Dessa forma, a mulher se mantem aprisionada ao domínio do privado (do cuidar, educar, do doméstico), enquanto o homem mantem-se ligado ao espaço público. Essa divisão se reflete no trabalho, que atribui majoritariamente às mulheres as atividades secundárias. Além disso, por assumir a jornada dupla, a mulher tenta equilibrar as atividades no mundo do trabalho com as atividades domésticas e a maternidade. Os efeitos estão presentes nos diversos segmentos de sua atuação, particularmente no jornalismo.

Sob essa ótica, a pesquisa que identificou a autoria feminina na categoria principal do Prêmio Esso de Jornalismo revela-nos uma participação tardia da mulher no jornalismo investigativo ou no reconhecimento de sua atuação, pelo vínculo da profissão ao espaço público e ao domínio masculino.

Não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre os indicadores de feminização na atividade jornalística e as referidas premiações, porém, o maior número de prêmios às mulheres se concentra na primeira década do século XXI, momento em que a mulher constitui maioria consolidada na profissão (63,7%). Igualmente, não se pode inferir se houve proatividade das repórteres na investigação jornalística, pois as sínteses das premiações

apresentadas no site do Prêmio não esclarecem se as pautas surgiram de denúncias ou dependeram das iniciativas das profissionais em identificá-las.[6]

Quanto ao tema das reportagens, a corrupção é assunto majoritário, mas nem sempre ligado à política e aos políticos. De qualquer maneira, o desmascaramento de corruptos e corruptores nas reportagens confirma a visão de Caminos Marcet (2010) sobre a investigação jornalística: "trazer à luz fatos ocultos". A necessidade de interpretação das informações apuradas e de contextualização propicia uma consequente valorização dos métodos de apuração jornalística, com verificação e confrontação de fontes documentais e pessoais. A mulher avança nessa especialização quanto mais convive na profissão, porém, a jornada dupla, a maternidade e as condições de trabalho não são favoráveis à prática investigativa, que exige mais dedicação, mais tempo e preparo da jornalista.

Finalmente, a invasão-ocupação das mulheres no jornalismo, independentemente das explicações sobre sua presença majoritária, reflete à primeira vista em uma produção mais qualificada das repórteres, consequentemente em mais reconhecimento nas principais premiações da área. No entanto, não se pode ignorar que no prêmio principal do Prêmio Esso a mulher foi praticamente esquecida por quase quatro décadas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 2002.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**. 2014, n.42, p.249-274.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto; trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DICIONÁRIO Aurélio online. **Invasão**. Disponível em: https://dicionariodoaurelio.com/busca.php?q=invas%C3%A3o. Acesso em: 13 Mar. 2017.
DICIONÁRIO Aurélio online. **Ocupação.** Disponível em: https://dicionariodoaurelio.com/busca.php?q=ocupa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 Mar. 2017

[6] Houve tentativa de entrevistas com as autoras das reportagens, porém, não obtivemos retorno a tempo de inserí-las na nossa pesquisa.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias.** Um manual para jornalistas investigativos. França: Unesco Publishing, 2013. Disponível em www.unesco.org/uy. Acesso em março de 2014.

KARAM, Francisco José. Prefácio. In: CRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica:** fronteiras. Florianópolis: Insular, 2011. p. 7-9.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher –** Permanência e revolução do feminino. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARCET, José María Caminos. Investigar para sacar a la luz hechos ocultos. In: MARKINA, Idoia Camacho (Coord.). **La especialización en el periodismo:** formarse para informar. Sevilla, Zamora: Comunicación Social, 2010. p. 36-56

MELLO, João Manoel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil –** Contrastes da intimidade contemporânea. vol. 4. São Paulo, Cia das Letras: 1998, p. 559-658

MELO, Seane Alves. **De que jornalismo investigativo estamos falando?** In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 24., Brasília, 2015. Anais... Brasília: Compós, 2015.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. São Paulo: Record, 2010.

PINHEIRO, Luana Simões et al. **Mulheres e trabalho:** breve análise do período 2004-2014 (Nota Técnica, nº 24). IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, março de 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/ima-

ges/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

PORTAL BRASIL. **Mais brasileiras esperam chegar aos 30 para ter o primeiro filho.** Disponível em: http://www.brasil.gov.br/saude/2014/10/mais-brasileiras-esperam-chegar-aos-30-para-ter-primeiro-filho. Acesso em: 20 fev. 2017.

PORTAL BRASIL. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação.** Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-sao-maioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao. Acesso em: 20 fev. 2017.

PRÊMIO ExxonMobil de Jornalismo completa 60 anos de história. Disponível em: <http://www.premioexxonmobil.com.br/site/historia/index.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PRÊMIO EXXONMOBIL DE JORNALISMO. **Home**. Disponível em: <http://www.premioexxonmobil.com.br/site/home/index.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PRÊMIO EXXONMOBIL DE JORNALISMO. **Regulamento**. Disponível em: <http://www.premioexxonmobil.com.br/site/regulamentos/jornalismo.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2017.

QUEIROZ, Natalia Costa Cimó. **O auge de Nellie Bly:** uma jornalista estadunidense no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas:** a grande invasão, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 2010.

RASEAM - RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER 2014. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/raseam/view. Acesso em: 20 jan. 2016.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas, 1937 a 1997:** história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

ROCHA, Paula Melanie. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicaciona e cidadania**, Colexio Profesional de Xornalistas de Galicia: Espanha, nº 01, 2007.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Summus, 2005.

PARTE II:
FOTOJORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIAS

TINA MODOTTI, UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA[1]

Simonetta Persichetti[2]

Tina Modotti, hermana,
no duermes, no, no duermes
talvez tu corazón
oye crescer la rosa
de ayer, la última rosa.
Descansa dulcemente hermana.
Puro es tu dulce nobre,
pura es tu frágil vida:
de abeja, sombra, fuego,
nieve, silêncio,espuma,
de acero, línea, polen,
se construyó tu férrea,
tu delgada estructura....
Pablo Neruda (1904-1973)

A mulher e o mito

Passava um pouco da meia-noite naquele dia 6 de junho de 1942 na Cidade do México. Num táxi sozinha e cansada, uma mulher pequena, linda, com um amor pela vida que a levou a participar de vários momentos importantes da história do mundo, a fotógrafa italiana Tina Modotti (1896-1942) não resistiu a um ataque do coração.

Vários boatos se levantaram na época. Alguns diziam que ela tinha sido morta por seu amante, outros que ela tinha sido executada pelos comunis-

[1] Texto inicialmente publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 04/01/1997. Aqui foi reescrito e adaptado aos parâmetros acadêmicos.

[2] Jornalista, Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Realizou estágio pós-doutoral em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes, USP (2017). É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Desde 1996 é crítica de fotografia e colaboradora do Caderno2 do jornal *O Estado de S.Paulo* e desde 2008 da revista *Brasileiros*.

tas devido a exigências políticas. Na verdade, Tina Modotti morreu aos 46 anos, de cansaço. Viveu uma vida agitada tendo sempre a sorte ou azar de estar presente nos grandes momentos da história. Como fotógrafa, trabalhou apenas durante sete anos, mas teve uma produção comparável à de qualquer mestre da fotografia deixando um dos mais importantes documentos sobre as revoluções campesinas mexicanas.

Tina nasceu Adelaide Assunta Luigia Modotti, em 17 de agosto de 1896, na cidade de Udine, na Itália. Era filha de uma família de imigrantes que desde cedo se acostumou a deixar seu país de origem para fugir da miséria. Os primeiros anos de Tina foram passados na Áustria, mas em seguida, seu pai, acompanhando o fluxo migratório, decidiu se mudar no início do século XX para a América.

A família o seguiu anos mais tarde. Tina desembarcou em São Francisco, nos Estados Unidos, em 1913. Naquela época, a comunidade italiana local era de 17 mil habitantes, na maioria operários especializados e socialistas. O pai de Tina, líder sindical, costumava levar os filhos para assistir às reuniões do partido. Tina, aos 17 anos, ficaria marcada por aquele momento. Mas ela tinha outros planos. Ao mesmo tempo que acompanhava as greves e o crescimento do movimento operário na Califórnia, também assistia ao surgimento da indústria cinematográfica. Seu sonho era ser atriz. Casou-se com um jovem pintor aristocrático Abrie Richévy (-1922), que a levou para morar em Los Angeles. Passaram a frequentar atores, fotógrafos e artistas de cinema. Foi assim que ela alcançou seu sonho, atuando em alguns filmes de Hollywood, sempre no papel da amante mediterrânea.

Foi nessa época que ela conheceu o fotógrafo norte-americano Edward Weston (1886-1958) que, encantado com sua beleza, transformou-a em modelo. Tina viveu um momento único de sua vida, impossível até então pelas dificuldades com que a família sempre tivera que conviver. Mas Weston teria uma importância bem maior em sua vida.

Em 1922, Tina foi obrigada a viajar para o México. Seu marido, que tinha se transferido para lá a fim de acompanhar o movimento dos muralistas que estava surgindo morreu de varíola. Tina foi para o México para resgatar o corpo do marido.

De volta aos Estados Unidos, começou seu namoro com Weston e os dois decidiram morar no México. Lá Tina aprendeu as primeiras técnicas de fotografia e continuou a frequentar o ambiente artístico. Foi no México que ela descobriu um novo mundo, novas luzes, novas cores. Pela sua casa passaram David Alfaro Siqueiros, Diego Rivera, Clemente Orozco e Xavier Guerrero, fundadores do jornal *El Machete*, órgão oficial do Partido Comunista Mexicano.

As raízes do pensamento socialista de Tina ressurgem, e enquanto Weston se dedicava a fotografar flores e legumes em seu estúdio, Tina saía às ruas, participava das manifestações, fotografava os campesinos, os mercadores, as festas populares, ligava-se cada vez mais aos exilados italianos. Em 1927 filia-se ao Partcdo Comunista. Foi o fim de seu relacionamento com Weston, que resolveu retornar aos Estado Unidos.

Sozinha começou a se envolver com as causas guerrilheiras e passou a lutar contra as ditaduras nos países latino-americanos e contra o fascismo na Europa.

Ela mudou sua linguagem fotográfica e percebeu que as imagens poderiam se transformar em instrumento de pesquisa, de denúncia. Sem deixar de lado o sentido estético, ensinado por Weston, logo suas fotografias adquiriram valor ideológico.

Nessa época estava namorando o cubano Julio Antonio Mela (1903-1929), um dos fundadores do Partido Comunista Cubano, expulso de Havana em 1925, que havia se exilado no México por ter sido perseguido pelo ditador cubano Gerardo Machado (1871-1939). O relacionamento durou poucos meses, Mela foi assassinado por inimigos políticos e Tina acusada pelos reacionários de ter sido a mandante do crime. Sua resposta foi montar uma exposição na Universidade Autonoma do México chamada “Sobre Fotografia”, com imagens a favor da causa revolucionária.

Nessa época o clima político do México começou a se transformar. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade, mesmo assim Tina continuou ligada a ele e atuando de forma incisiva. Em 1930 foi presa e expulsa do México. A acusação: ter sido cúmplice no atentado contra o presidente Pascoal Ortiz Rubio (1887-1963). Chegava ao fim sua permanência de sete

anos no México que pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, de encantamento pelo país e por seu desenvolvimento artístico, e o segundo, por suas atividades políticas.

Na despedida Manuel Álvarez Bravo, o grande mestre da fotografia mexicana foi o único, dentre seus vários amigos, que apareceu no porto para se despedir. Sinal de respeito, não só pela sua militância, mas também por seu trabalho como fotógrafa. Foi Tina Modotti que incentivou Manuel Álvarez Bravo (1902-2002) a fotografar e ele se tornaria um dos pilares da fotografia latino-americana, incentivando e inspirando toda uma geração de fotógrafos.

A viagem de volta não seria tranquila. Os Estados Unidos e a Itália se recusaram a recebê-la. Tentou entrar na Holanda que também vetou seu desembarque. Rumou então para Berlim, onde finalmente conseguiu desembarcar. Engana-se, porém, quem acredita que ela viajou sozinha. Sua travessia foi acompanhada por um amigo, Vittorio Vidali (1900-1983), presidente da liga antiimperalista, que reunia delegados em todos os países da América Latina. Ele, que mais tarde ficou conhecido como comandante Carlos Contreras, foi quem conseguiu o desembarque de Tina em Berlim.

Mais uma vez, assim como havia acontecido em São Francisco e, mais tarde, no México, Tina chegava à Alemanha num momento decisivo da vida política alemã. Eram os últimos momentos da República de Weimar. Berlim era a metrópole das revistas ilustradas, das editoras, da imprensa, da música e das artes em geral. Era um período de efervecência política e cultural. Tina Modotti teve seu primeiro choque com a fotografia. Acostumada a usar uma câmera de grande formato e pesada, a Graflex, em países onde a fotografia profissional ainda era para poucos, Tina encontrou em Berlim câmeras de pequeno formato nas mãos de todos. Ainda por cima encontra uma luz diferente da luz mexicana. Uma luz dura, europeia, e fotógrafos que, graças a possibilidade de câmeras de pequeno formato, trabalham de forma rápida e a fotogafia está nas mãos de todos. Uma maneira de trabalhar e fotografar com a qual ela não estava acostumada. Tina Modotti não estava interessada em fazer as reportagens fotográficas de época. Sua vontade era continuar com um tempo fotográfico: seu interesse era a fotografia elaborada, estudada, pensada. Não era uma repórter fotográfica, mas uma fotógrafa documental.

Tina Modotti não gostava de Berlim. Sentia falta do sol e de suas ideias revolucionárias. Após seis meses de permanência na Alemanha, Vidali a convidou para ir para a União Soviética. Foi neste momento, em 1931, que ela decidiu abandonar a fotografia e se dedicar à luta de outra maneira.

Passou a trabalhar como tradutora, redigindo relatórios sobre a situação política dos países latino-americanos. Um trabalho puramente burocrático. A União Soviética estava lutando para o desenvolvimento da indústria e as expressões artísticas foram relegadas a um segundo plano, mais um motivo para Tina se afastar da fotografia. Mesmo assim se juntou ao cineasta soviético Sergei Eisentein (1898-1948) e o ajudou na elaboração do filme "Que viva México!" emprestando-lhe algumas de suas imagens.

Sempre em função do partido precisou se transferir com urgência para Paris. Foi a primeira vez que se separou de sua câmera e de todos os seus negativos. Ficou na França até o momento em que sua ajuda passou a ser necessária na Espanha. O ano 1936. Iniciava a Guerra Civil Espanhola. Tina se dirigiu ao Hospital Obrero e, como enfermeira, sua função era cuidar dos feridos, para que não lhe faltassem alimentos e remédios.

Quando a vitória de Franco estava próxima, ela e Vidali conseguiram deixar a Espanha via França. Tentaram chegar a Nova York, mas Tina foi reconhecida no navio e impedida de desembarcar. O destino a leva então de volta ao México, onde o novo presidente Lazaro Cardenas (1895-1970), antifascista e amigo dos republicanos espanhóis, abria o país a todos os exilados. Vidali trabalhou como jornalista e Tina continuou a trabalhar como tradutora.

A vida voltava a ter as mesmas dificuldades da sua infância. Tina Modotti estava cansada. Pensava em recomeçar a fotografar. Recuperou sua velha câmera fotográfica e elaborou um projeto para fotografar a região de Yucatan. Alguns historiadores, porém, afirmam que isso não passa de uma lenda. Pode ser, já que ela nunca mais voltou a fotografar.

Naquela noite de 1942 em que sozinha num táxi ela voltava para casa depois de jantar com amigos seu cansaço ficou evidente para todos. Seu coração que nunca soube o que era bater compassadamente não aguentou a força do mito.

Tina fotógrafa

Sabemos que a obra fotográfica de Tina Modotti não é extensa, contudo é bastante potente e significativa. Aprendeu fotografia ainda nos Estados Unidos no início do século XX, quando se apaixonou por Edward Weston (1886-1958) que já era um conhecido e reconhecido fotógrafo norte-americano. Weston não era fotojornalista e nem fotógrafo documentarista, sua fotografa estava muito mais ligada a arte livre, trabalhando em estúdio com camêras de grande formato:

> Começou como fotógrafo comercial de inspiração pictorialista (movimento que aproximava a fotografia da pintura – nt) Edward Weston se transformou num dos expoentes da fotografia-arte de seu tempo. Nascido em Illinois, em 1896, abriu seu estúdio de retrato na Califórnia em 1911, encontrando tempo também para expor nos salões pictorialistas. Em 1922 rompe de vez com o movimento tornando-se um artista independente e muito mais criativo (ROSENBLUM, 1997, p. 441, tradução nossa)[3].

Foi este tipo de fotografia mais ligada ao fazer artístico do que ao jornalístico que Tina dominou num primeiro momento. Aprendeu a fotografia vernácula com a excelência do uso da luz, das formas e texturas:

> No final de julho de 1923 Tina Modotti e Edward Weston (mais o filho dele, Chandler) chegam ao México e se estabelecem por dois meses na periferia de Tacubaja, na capital mexicana. Unidos sentimentalmente vivem em um ambiente cultural e político vibrante ao lado dos muralistas David Siqueiros, Diego Rivera, Clemente Orozco e Xavier Guerreiro....Em contato com a capacidade e a experiência de Weston, Tina acelera sua aprendizagem da fotografia e rapidamente conquista autonomia expressiva (TOFFOLETTI, 1995, p. 12- tradução nossa)[4].

---

[3] From an accomplished commercial photographer of Pictorialist persuasion, Edward Weston developed into the quintessential American artist/photographer of his time. Born in Illinois in 1886, he opened a portrait studio in California in 1911, finding time also to exhibit as pictorialist salons. After his definite break with pictorialism, Weston embarked on the life of an impecunious but free artist, singlemindedly devote to creative endeavor.

Em 1926 o casal retorna aos Estados Unidos onde Tina conhece a fotógrafa Dorothea Lange (1895-1965), um dos expoentes do movimento fotográfico *Farm Security Administration*[5]. Dorothea, ela também que havia iniciado como fotógrafa de retratos, na grande depressão americana nos anos 1930 saiu às ruas e se engajou no movimento. Com Dorothea, Tina conhece uma camêra mais ágil com a qual pôde fotografar nas ruas.

O trabalho em estúdio, o fotografar objetos – coisa aliás que fazia com grande maestria – era pouco para uma Tina, instalada no México pós-revolucionário, com os movimentos campesinos e ligada a efervescênia da cultura e da arte mexicana. Frequentava os muralistas, a artista Frida Khalo (1907-1954), aderiu aos ideais da revolução mexicana que tantos problemas lhe trouxeram, saiu às ruas e com seu olhar militante e conhecedor da arte fotográfica e transformou aqueles momentos em imagens inesquecíveis. Nessa época também seu relacionamento com Weston e ele retorna aos Estados Unidos definitivamente, Tina permanece no México e, em 1927, se inscreve no Partido Comunista, trabalha para os sandinistas no Comite Sandinista "Manos Fuera da Nicarágua", participa das manifestações em favor de Sacco e Vanzetti[6] e transforma seu olhar, "usa a camêra como instrumento de pesquisa social e suas obras, com forte

---

[4] A fine luglio 1923 Tina Modotti e Edward Weston (con il figlio Chandler) arrivano in Messico, si stabiliscono per due mesi nel sobborgo di Tacubaja e, quindi nella capitale. Uniti da un forte legame sentimentale, vivono entro un clima culturale e politico extremamente vivo, a contato con i muralisti David Alfaro Siqueiros, Diego Rivera, Clemente Orozco e Xavier Guerrero .... A contato con la capacità e l'esperienza di Weston, Tina acelera l'apprendimento dela fotografia e in breve tempo conquista autonomia expressiva.

[5] Farm Security Administration (FSA) foi um programa criado em 1937, pelo Departamento de Agricultura nos Estados Unidos, para enfrentar os efeitos da depressão norte-americana. "A FSA combinou outros programas díspares em uma organização. Foi o sucessor direto da Administração de Reassentamento (RA) e absorveu todos os programas da RA, incluindo os programas de reabilitação rural, empréstimo agrícola e casa de subsistência. Em agosto de 1946, a Farmers Home Administration substituiu a FSA" (GABBERT, 2018, tradução nossa).

[6] Nicola Sacco (1891-1927) e Bartolomeo Vanzetti (1888 - 1927) foram dois idealistas, anarquistas e pacifistas italianos, acusados e julgados nos Estados Unidos pela morte de um agente pagador e um segurança em uma fábrica de calçados na cidade de South Braintree, em Massachusets . Como operários, imigrantes e anarquistas sofreram preconceito. De acordo com Buonicore (2007), foram "vítimas do anticomunismo primário que varria a sociedade estadunidense na década de 1920".

tensão estética e assumem valor ideológico"(TOFOLLETTI, 1995, p. 13, tradução nossa)[7].

É nessa época que ela conhece Vittorio Vidali, revolucionário italiano e um dos expoentes do *Comintern*. Vidali acompanharia Tina por muito tempo, inclusive quando ela deixa o México anos mais tarde:

> Quando conheci Tina em 1927 ela já era reconhecida como fotógrafa tanto no México como fora dele. Ela vivia em apartamento modesto. O que ganhava era o suficiente para sua sobrevivência. Falava pouco de sua fotografia. Trabalhava rapidamente tocada por uma paisagem, pela atitude de uma pessoa, pelo contraste social, pelos acontecimentos políticos como as reuniões campesinas ou uma assembléia política. Era mais cuidadosa quando fazia retratos. Mas fotografava rapidamente. Eu, particularmentem, acho mais interessantes suas fotografias ligadas a sua vida de revolucionária, aquelas fotografias que retratam a tensão social, as contradições da vida luxuosa e a pobreza do país naqueles anos, a maternidade, a infância, a vida dura dos camponeses, os perigos do trabalho operário. Mas também era muito reconhecida por suas fotografias das obras dos muralistas como Diego Rivera, Orozco e Siqueiros, os três grandes muralistas mexicanos (VIDALI, 1983, p. 5, tradução nossa). [8]

Seu trabalho ligado às ruas e às pessoas, seu olhar que intencionalmente dava importância e imponência aos seus retratados, seu olhar cúmplice com

---

[7] Tina transforma il suo modo do fotografare, usa la camera come strumento di indagine sociale e le sue opere, comunque realizzate con tencione estética, assumono di frequente valenza ideológica.

[8] Quando la incontrai pela prima volta, Tina giá era nota come fotografa nel Messico e un pò anche alléstero. Viveva in un apartamento molto modesto, e si puo dire che quanto guadagnava con il suo lavoro bastava appena per risolvere i suoi problemi material. Parlava poco del suo lavoro di fotografa. Tavolta fotografava rapidamente, colpita da un paesaggio, dallátteggiameno di una persona, da un contrasto sociale, da un avenimento político come un' assemblea di contadini o una conferenza operaia. Altre volte per i ritratti, sopratutto, cercava curatamente la luce. Personalmente ritengo piu aderento ala sua vita di rivoluzionaria e ala sua tensiose sociale quelle fotografi che descrivono la contrapposizione tra la mseria e la ricchezza del paese, la maternita e línfanzia, la vita dura dei contadini, i pericoli nel lavoro degi operai. Tina era molto apprezzata anche come fotografa dele opere di Diego Rivera, Orozsco e Siqueiros i tre grandi muralisti messicani.

os revoltosos e transpondo para suas imagens sua ideologia, fizeram com que o trabalho de Tina Modotti fosse ligado ao documentarismo, à fotografia humanista e engajada que se iniciava no mundo no início do século XX com fotógrafos como Jacoob Riis[9] (1849-1914) e Lewis Hine[10] (1874-1940), mas se intensifica no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 .em especial, nas revistas ilustradas que invadiam Europa e Estados Unidos. Tina era engajada:

> É evidente que Tina, especialmente nos últimos anos de atividade no México, entende que a fotografia pode servir aos seus ideais, pode denunciar os poderosos por meio da condiçao dos oprimidos, pode ajudar na luta e indicar a via do resgate. Descobre, portanto, o meio fotográfico como intrumento de pesquisa dentro da sociedade, não produz simples registros, mas adapta a imagem à sua paixao política elaborando os símbolos populares, usando a fotomontagem. Sente a necessidade de exprimir suas ideias e publica um texto "Sobre fotografia", que, sob alguns aspectos , antecipa algumas questões que se tornão patrimonio da arte do pós-guerra, o neorrealismo (TOFOLLETTI, 1995, p. 236, tradução nossa).[11]

---

[9] Pioneiro no uso da fotografia como agente de reforma social, Jacob Riis, dinamarquês imigrou para os Estados Unidos em 1870. Enquanto trabalhava como repórter policial do New York Tribune, fez uma série de reportagens sobre as condições das favelas no Lower East Side. de Manhattan, o que o levou a ver a fotografia como uma forma de comunicar a necessidade de reforma das favelas ao público. Considerado o pai da fotografia de denúncia (INTERNATIONAL CENTER OF PHOTOGRAPHY, 2018).

[10] Lewis Wickes Hine Lewis Hine, de acordo com Santos Junior, Matias e Pereira (2013, p. 137-138) "é considerado, juntamente com o fotógrafo Jacob A. Riis, um dos precursores do chamado fotodocumentarismo de denúncia social, um gênero caracterizado pela documentação de situações e problemas sociais. O acervo de Lewis Hine – composto por mais de 7.000 imagens – é, na opinião de Beck (2009, p.495), 'o maior registro fotográfico conhecido sobre o trabalho infantil'".

[11] É inoltre evidente che Tina, sopratutto negli ultimi anni di attività in Messico, capisce che la fotografia può servire i suoi ideali, è adatta per denunciare i potenti attraverso la condizione deli opressi, può aiutare nella lotta e indicar ela via del riscatto. Scopre dunque il mezzo fotográfico come strumento di indaginedentro la società, non produce semplici documenti ma piega l'immagine ala sua passione política elaborando i simboli del popolo e utilizando anche la técnica del fotomontagio. Sente il bisogno di esprimere il suo messaggio e pubblica una reflessione "Sulla fotografia", che per certi aspetti, antecipa alcune posizioni che saranno patrimônio dell'arte impegnata nell'ultimo dopoguerra (neorrealismo).

Tina Modotti percebe que a fotografia pode ir além do mero registro, que é construção mental, diálogo, crítica e reflexão. Ela aponta suas lentes para aquilo que não tem a força necessária se expresso em palavras, mas pode alcançar potência se elaborado imageticamente. Onde as palavras podem faltar, as imagens cumprem a sua função. No seu texto reflexivo "Sobre Fotografia", entende que o rigor técnico, que lhe foi ensinado por Weston, é fundamental, mas também solta algumas amarras ao dizer que não pretende fazer arte com suas fotografias, nem usar de técnicas de manipulação que transformem a fotografia num híbrido, mas que quer realizar imagens com rigor técnico e também importantes para a transformação social.

Como já dissemos anteriormente, não é grande a produção fotográfica de Tina Modotti. Ela fotografa apenas durante o sete anos que permaneceu no México. Não podemos, portanto, sermos ingênuos, e perceber que o ato fotográfico está restrito àquele momento de encantamento por um novo país e sua efervescência. Também está ligado à vontade de viver de Tina, que abraça toda e qualquer causa que ela acredite ser justa, luta contra a miséria, contra a fome e contra as injustiças, herança de um seu passado na Itália e nos Estados Unidos. Suas imagens estão diretamente ligadas a um período intenso de sua vida. São amostras de sua vivência e por isso tão fascinantes. São vivas e pulsantes. Como afirma o pesquisador Boris Kossoy: "O documento fotográfico, fragmentário por natureza, é o resultado final de elaborações e construções ténicas, estéticas e culturais, desenvolvidas ao longo da produção da representação: daí se prestar a olhares e usos ideológicos determinados" (KOSSOY, 2007, p. 104).

A fotografia de Tina está diretamente ligada ao momento que ela está vivendo. É ferramenta útil – não menos importante e expressiva – para aquela sua vivência. São memórias de um cenário, de personagens, de objetos e fatos: "é sempre memória daquele preciso tema num dado de sua existência/ocorrência" (KOSSOY, 2007, p. 131).

Fica claro isso na produção da Tinissima Modotti. Quando chega em Berlim, praticamente abandona a fotografia. Ela que sempre fotografou com câmeras pesadas e ficou aguardando por horas a luz exata e o momento certo para fotografar, se sente desorientada frente à multidão de pessoas que foto-

grafa em todo lugar. Percebe, ou melhor, acredita, que não tem mais espaço no fotojornalismo, nem no fotodocumentarismo. Abandona a fotografia mas continua se dedicando aos movimentos sociais na Europa e na União Soviética.

> Tina viveu no México a fase essencial de sua vida amorosa e artística: suas fotografias são do México e mexicanas. Fora do México não fez mais nenhuma foto, talvez algumas na Alemanha, mas não temos sequer a certeza de que foram feitas por ela, mesmo assim não se comparam e nem superam sua produção mexicana (PONIATOWSKA, 1995, p.27, tradução nossa).[12]

É inegável que Tina Modotti faz parte da história da fotografia. É reconhecida pelos autores mexicanos, é lembrada quando se fala de mulheres fotógrafas. Seu trabalho passional e pulsional nos deixa um legado de um olhar estrangeiro no México, mas apaixonado pela vida. Quando morre sozinha dentro de um táxi na cidade do México, perde a fotografia, perde a vida cultural, perde a política. Sua vida intensa deixou marcas nos artistas de sua época e naqueles que a sucederam. Frases do poema em epígrafe, escrito por Pablo Neruda, estão gravadas em seu túmulo no México.

Referências

BUONICORE, Augusto. Sacco e Vanzetti. **Vermelho**, 22 ago. 2007. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=996&id_coluna=10. Acesso em: 25 set. 2018.

CACUCCI, Pino. **I fuochi, le ombre, il silenzio**. Bolonha: Agalev Edizioni, 1988.

_____, **Tina**. Milano: Interno Giallo Editore, 1991.

COLOMBO, Atilio. **Tina Modotti raccontata da Vidali**. Milano: Gruppo Editoriale Fabbri, 1983.

[12] Tina visse in Messico la fase essenziale della sua vita amorosa e artistica: le sue fotografie sono del Messico e messicane. Fuori dal Messico non fece quasi nulla in fotografia, salvo alcune foto in Germania di cui non siamo neppure sicuri che siano sue e che peraltro non superano la sua produzione messicana.

CONSTANTINE, Mildred. **Tina Modotti, una vida frágil**. México: Fondo de Cultura Economica, 1996.
GABBERT, Jim. Administração da Segurança Agrícola. Oklahoma. **The Encyclopedia of Oklahoma History and Culture**. Disponível em: www.okhistory.org. Acesso em: 26 set. de 2018

INTERNATIONAL CENTER PHOTOGRAPHY. **Jacob Riis**. Disponível em: https://www.icp.org/browse/archive/constituents/jacob-riis?all/all/all/all/0. Acesso em: 25 set. 2018.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. O efêmero e o perpétuo. Ateliê Editorial, 2007, São Paulo.

LOWE, Sarah. M, **Tina Modotti Photographs**. New York: Harry N. Abrams, Inc. Publishers & Philadelphia Museum of Art, 1995, 1998.

PONIATOWSKA, Elena. Perché Tina Modotti? In: COMITATO TINA MODOTTI. **Tina Modotti, una vita nella storia**. Udine: Art Grafiche Friulane, 1995.

ROSENBLUM, Naomi. **A World History of Photography**. New York: Abbeville Press Publishers, 1997.

SANTOS JUNIOR, José Pacheco; MATIAS, Kamilla Dantas; PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. O trabalho infantil nos Estados Unidos pelas lentes de Lewis Hine. **Discursos fotográficos**. Londrina, v.9, n.14, p.123-140, jan./jun. 2013.

TOFFOLLETTI, Ricardo.Tina Modotti. In: COMITATO TINA MODOTTI. **Tina Modotti, una vita nella storia**. Udine: Arti Grafiche Friulane, 1995.

VIDALI, Vittorio. **Tina Modotti: ritratto di donna**. Udine: Arti Grafiche Friulane, 2002.

MULHERES FOTOJORNALISTAS: ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA DISTRIBUIÇÃO DE PAUTAS

Nathália Cunha da Silva[1]

O fotojornalismo consiste em uma área de especialização dentro do jornalismo, assim como o radiojornalismo e telejornalismo, possuindo as suas especificidades expressivas e rotinas de trabalho norteadas pela ética jornalística. Entretanto, referências passadas e presentes demonstram que a sua ocupação profissional feminina permanece diminuta, na contramão da trajetória de ocupação das redações brasileiras, majoritariamente femininas[2] (ROSEMBLUM, 2000; HANDLAND, CAMPBELL, LAMBERT, 2015). Apesar de carregar valores centrais, como credibilidade e veracidade, o jornalismo não está imune às relações de poder presentes na sociedade, preservando redutos de cobertura de forte dominância masculina, como na ocupação dos quadros profissionais dedicados à cobertura visual.

Sobre essa problemática é que nos debruçamos nesta pesquisa[3], cujo objetivo é investigar a percepção de mulheres fotojornalistas sobre a influência dos estereótipos culturais de gênero presentes nos critérios de distribuição de pautas. Para tanto, optou-se em nortear a pesquisa pelo método qualitativo com aplicação da técnica de entrevista semiaberta (DUARTE, 2006) com nove mulheres fotojornalistas.

Jornalista e mestra em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Docente no Centro Universitário Senac. Membro do grupo de pesquisa "Jornalismo Contemporâneo, novas práticas para a emancipação social", liderado pela profa. Dra. Marli dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Coautora do videodocumentário Páginas Ilustradas, sobre o cotidiano de fotojornalistas. E-mail: nathaliacunhasilva@gmail.com.

[2] Sobre a ocupação recente das redações, uma pesquisa realizada em âmbito nacional pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) aponta que 63,7% dos jornalistas brasileiros em 2012 eram mulheres em 2012 (MICK & LIMA, 2013).

[3] Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado "Mulheres no fotojornalismo: Uma análise cultural da relação entre identidades de gênero e a prática do fotojornalismo na contemporaneidade", defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em 2017.

As fotojornalistas foram selecionadas considerando a dedicação exclusiva à atividade profissional, o tipo de vínculo de trabalho (formal e informal) e a idade, que abrangeu mulheres de 25 a 60 anos, distribuídas em três faixas etárias: de 25 a 35 anos, com 4 entrevistadas; de 36 a 49, com 3 participantes; de 50 a 60 anos, 2 fotojornalistas. Em vista dos possíveis riscos de revelar a identidade das participantes optou-se por substituir os seus nomes por outros fictícios, para também proporcionar maior liberdade de expressarem as suas percepções sobre as suas experiências profissionais.

A partir das entrevistas foi realizada uma análise interpretativa com base na categoria delimitada – critério de distribuição de pautas – e do marco teórico construído, a Análise do Discurso, tendo em vista as relações de gênero e poder em Bourdieu (2014) e Butler (2015). Além disso, a configuração e o desenvolvimento históricos do fotojornalismo acontecem em consonância com os valores jornalísticos, segundo as definições de Jorge Pedro Souza (2004), Ciro Marcondes Filho (2000) e Naomi Rosemblum (2000).

A análise das percepções das fotojornalistas demonstrou especial importância dos vínculos empregatícios pelo impacto direto que proporcionam nas rotinas produtivas das profissionais. A prática do fotojornalismo atual reúne diversas modalidades empregatícias, em uma adaptação ao contexto de porosidade informativa, em que os veículos vivem uma reorganização de modelo de negócio, demandando corte de despesas, enxugamento das redações e propiciando o crescimento e fortalecimento das agências fotográficas como alternativas para coberturas complementares de baixo custo. O quadro a seguir compila a quantidade de profissionais entrevistadas dedicada a cada modalidade empregatícia e a sua divisão pelas faixas etárias estipuladas. Fica evidente a reduzida contratação de mulheres, prevalecendo o vínculo informal como alternativa de atuação.

Quadro 1 - Distribuição das entrevistas segundo faixa etária e vínculo empregatício

Faixa etária	De 25 a 35	De 36 a 49	De 50 a 60
Vínculo formal	1	0	1
Vínculo informal	3	3	1
Total de entrevistas	4	3	2

Os dados seguem a tendência internacional apontada pela pesquisa intitulada "The state of news photography: the lives and livelihoods of photojournalists in the digital age"[4], pois ao mesmo tempo em que a indústria do fotojornalismo se caracteriza pela falta do vínculo empregatício, dado presente em 60% das respostas, entre as mulheres esse índice alcança 86%, indicando que elas são menos propensas a serem contratadas em grandes companhias de mídia. As mulheres representam apenas 7% dos casos analisados no estudo, comparado a 22% dos homens (HANDLAND, CAMPBELL & LAMBERT, 2015, p. 54).

Dois pesos e duas medidas

Dentro da presente pesquisa adotamos o marco teórico de gênero inscrito no conceito discursivo do pós-estruturalismo. Tal visão considera a cultura dentro de uma estrutura organizada segundo determinados preceitos construídos socialmente, e esta construção pressupõe que nada pode ser anterior ou externo ao discurso (WILLIAMS, 2012). Isso implica afirmar que não existe um gênero verdadeiro, ou até mesmo uma identidade de gênero ontológica, pois todo e qualquer entendimento sobre gênero provém, necessariamente, de uma interpretação cultural (BUTLER, 2014).

A compreensão, socialmente instituída, defende que o gênero é a simples interpretação cultural do sexo biológico, que seria estável e permanente, ora

[4] Pesquisa conduzida entre a University of Stirling, o World Press Photo Foundation, que administra o maior e mais significativo prêmio fotojornalístico do mundo, e University of Oxford's Reuters Institute for the Study of Journalism. Foram investigados 1.556 fotógrafos oriundos de mais de 100 países.

natural. A vinculação do sexo como natural surge, na verdade, para salvaguardá-lo de qualquer possibilidade de interpretação cultural fora da estrutura binária. A crítica feminista[5] inicial, sobre esta formulação, surge para questionar a biologia como destino, pelo fato da distinção conceitual entre sexo e gênero reforçar que "por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem *(sic)* tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo" (BUTLER, 2015, p. 27). Assim, a análise mais profunda do gênero, nesses termos, abre brecha para contestação da unidade do sujeito, em primeira instância. A partir dessa lógica, explicitada pela autora pós-estruturalista, se os gêneros constituem os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, isso não quer dizer que eles decorram de um sexo, já que a própria interpretação de que determinado sexo, anatômico, tem ligação com um gênero denota interpretação cultural inerente, que interligaria ambos.

A formação dos estereótipos sociais está ligada, primeiramente, à defesa do gênero como apenas a interpretação cultural de um sexo natural, que inscreve as mulheres dentro da função reprodutiva, mais emotiva; logo, irracional e predisposta ao cuidado dos filhos e do ambiente doméstico. Enquanto aos homens atribui a racionalidade, objetividade e o pertencimento ao espaço público. A lógica essencialista alimenta todo um sistema que busca normalizar e interiorizar as divisões sexuais, como radicalmente opostas, a partir da "perspectiva androcêntrica" (BUTLER, 2015, p. 30). Desta forma, as atividades femininas recebem uma conotação inferior às masculinas, inseridas "naturalmente" nas carreiras de maior valorização social.

Podemos entender os estereótipos sociais como a forma com que são atribuídos sentidos aos diferentes grupos, sem que, necessariamente, estes sejam negativos. Para Lippmann (2008, p. 96), os estereótipos seriam imagens mentais que auxiliam os indivíduos a compreender e se situar no mundo, a partir da sua inscrição social. Um mundo que oferece conforto da-

[5] O feminismo aqui é entendido como movimento político, não centralizado, que afirma o sexo como político e busca expor as suas relações de poder. Assim, o seu discurso propõe, em linhas gerais, "apontar o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização pública" (ALVES; PITANGUY, 1983, p. 8).

quilo que é familiar ao indivíduo, que reúne e ajusta suas esperanças e onde qualquer inconformidade causaria um abalo em suas estruturas. Admite-se, assim, que nenhum estereótipo é neutro, pois "são as fortalezas da nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos" (LIPPMANN, 2008, p. 97).

Em uma visão complementar, Heller (1998) defende que os estereótipos são formas de ultrageneralização do saber, inevitáveis na vida cotidiana, pois auxiliam na sua organização e fluxo. De modo contrário, a necessidade de pensar cada uma das ações cotidianas interromperia a continuidade da vida. O processo pelo qual os estereótipos são formados é descrito pela autora:

> De duas maneiras chegamos à ultrageneralização característica de nosso pensamento e de nosso comportamento cotidianos: por um lado, *assumimos* estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são *"impingidos"* pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos em atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude (HELLER, 1998, p. 44, grifo da autora).

Desse modo, os estereótipos são formados e reproduzidos na dinâmica social, e a contestação ou não aceitação de certas analogias está condicionada a experiências pessoais, levando a não validação ou desconfiança de que algumas dessas premissas podem ser falsas. Os estereótipos, ou ultrageneralizações, são juízos provisórios, pois, quando não encontram comprovação prática, ao serem desafiados, tendem a se modificar na atividade social ou individual (HELLER, 1998, p. 47).

A problemática, em relação aos gêneros sociais, acontece quando os estereótipos, de tão arraigados, encobrem necessidades individuais ao generalizar um grupo de sujeitos. No caso dos gêneros, os estereótipos são, predominantemente, utilizados para o controle sobre os corpos das mulheres, limitando as suas possibilidades sociais, econômicas e cidadãs. As estruturas estabelecidas de gênero não são prejudiciais apenas para mulheres, mas para todos os que possuem corpos sexuados. Com efeito, o gênero corresponde

a um manual de regras, instituído socialmente, que estabelece os códigos de atos e características definidores de cada gênero. Tal concepção, como argumentado por Butler (2015), está enraizada no ideal androcêntrico, que embute nas regras definidoras de gênero os espaços sociais a serem ocupados pelos gêneros, o que se reflete em uma divisão sexual do trabalho.

Bourdieu (2014, p. 12) defende que dominação masculina, e o modo como ela é imposta e vivenciada, resulta de uma violência simbólica. Segundo a sua definição, a violência simbólica seria aquela "[...] violência suave, insensível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (BOURDIEU, 2014, p. 12). Entretanto, o simbólico não deve ser entendido como irreal, ao passo que as suas consequências existem e são sentidas cotidianamente. Assim, a subjetividade das relações de dominação não é desprovida de uma objetividade, com a intenção de manter os privilégios atribuídos às atividades viris e objetivas, interpretadas pelo sistema de sentidos como essencialmente masculinas.

O funcionamento desta economia de trocas simbólicas, segundo Bourdieu (2014, p. 138), atribui esferas participativas diferentes para os gêneros, baseadas na distinção entre capital simbólico e capital produtivo. Dentro da lógica capitalista, as atividades que não são fonte de remuneração são estigmatizadas como improdutivas e desvalorizadas socialmente, enquanto as atividades remuneradas são consideradas produtivas, responsáveis por movimentar a economia, gerar subsistência e, ora, valorizadas. As mulheres ficariam responsáveis pela manutenção do capital simbólico, que reforça os laços sociais, vínculos de parentesco, o status da família, gestão da imagem pública (sua e dos seus), entre outros; enquanto aos homens cabe a responsabilidade pelo capital produtivo, que é entendido como aquele que gera riqueza por meio do trabalho "real", assalariado e relevante socialmente.

A atuação profissional das mulheres tende a misturar as esferas doméstica e trabalhista, pela falta de um delineamento claro desta fronteira, como acontece no universo masculino. O fenômeno ocorre muito em razão de as mulheres passarem a acumular as atividades produtivas e reprodutivas as-

sociadas às atribuições do seu gênero, sem conseguirem abrir mão do dever de dona de casa, o que adquire configurações e pesos diferentes conforme a classe social, etnia e localidade (BOURDIEU, 2014, p. 138-139). A própria noção de vocação profissional, segundo Bourdieu (p. 86), estaria inscrita em um sistema simbólico que busca combinar espaços sexuados, a partir de suas tarefas, com o estereótipo de gênero culturalmente atribuído. As "expectativas objetivas" de cada profissão estariam inscritas, implicitamente, nas definições que a estrutura reserva para as disposições de cada gênero.

A divisão sexual do trabalho pode ser entendida como a distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seus locais, seus momentos, seus instrumentos, o que ratifica, a partir do funcionamento da ordem social, a dominação masculina na qual se alicerça. A força da ordem masculina é evidenciada pelo fato de que ela dispensa justificação, uma vez que a visão androcêntrica impõe-se como neutra. Mecanismo que explica a interiorização profunda que este sistema, baseado na ênfase da perspectiva masculina, ocupa na organização social. A distribuição de tarefas entende a existência de atividades mais significativas e merecedoras de reconhecimento que outras. E, sobre isto, Bourdieu (2014, p. 88) atribui o crivo fundamental da participação masculina, e a consequente associação com as suas características "essenciais", para determinar quais trabalhos serão entendidos como "superiores" do ponto de vista social.

Assim, aos homens cabem todas as atividades associadas à objetividade, racionalidade e virilidade, entendidas como compatíveis a profissões ditas qualificadas, e, em oposição, às mulheres seriam atribuídos os trabalhos "sem qualificação", associadas à sua emotividade e passividade. As "expectativas objetivas" de cada profissão estariam inscritas, implicitamente, nas definições que a estrutura reserva para as disposições de cada gênero. Estas seriam ainda reproduzidas também pela família e por toda a ordem social sobre a qual o cumprimento, por exemplo, das mulheres por optar seguir pelos caminhos conformados a seu gênero, pode ser fonte de recompensação.

Fotojornalismo, jornalismo e gênero

A fotografia nasceu no ambiente positivista do século XIX, fruto de avanços científicos que ansiavam por encontrar um meio que permitisse a reprodução mecânica da realidade visual. A ambição era conseguir produzir um invento que pudesse ser o espelho da realidade, cuja autoridade seria incontestável, o que foi materializado na forma da máquina fotográfica (SOUZA, 2004). Ao se identificar como produto científico, a fotografia automaticamente alcançou um valor mais elevado dentro do imaginário social, que atribui às ciências tidas como exatas uma maior confiabilidade em relação às demais formas de expressão, como a pintura e o texto.

Segundo a divisão sugerida por Ciro Marcondes Filho (2000), que distingue a história do jornalismo em quatro fases, é possível estabelecer relações entre o estatuto privilegiado da fotografia em convergência com o jornalismo por meio da afinidade com os seus valores principais e remanescentes tanto da primeira fase do jornalismo, de disseminação do saber e conquista do direito à informação, quanto da segunda fase, de desenvolvimento de compromissos éticos para nortear a prática jornalística que se profissionalizava, como o surgimento dos conceitos de objetividade e imparcialidade. Desta maneira, estabelece-se uma relação entre a história da imprensa e a rápida assimilação da fotografia como forma de legitimar as suas coberturas, surgindo um relacionamento profícuo de exploração da linguagem visual como instrumento de enriquecimento informativo.

A mudança para o segundo jornalismo - dividido por Marcondes Filho (2000) de 1830 até meados de 1900 -, é marcada pela evolução tecnológica, possibilitada pela inovação nos processos de produção do jornal a partir da metade do século XIX. Entretanto, já se delineava socialmente uma mudança cultural na forma de encarar a imprensa como instância de mediação do âmbito público, cuja importância vai abrir caminho para expansão e autossustentação da imprensa. A mudança cultural de mediação também será a gênese do estereótipo da dominância masculina sobre a imprensa, pois o estereótipo feminino construído e reforçado socialmente é incompatível com o domínio público. Apesar da posterior e gradativa apropriação das mulheres sobre o mercado de trabalho, a questão de tornarem-se mediadoras legítimas

do âmbito público irá ser reconfigurada ao longo do tempo, mas ainda influenciando no preenchimento dos quadros profissionais do jornalismo até os dias atuais, como no caso do fotojornalismo.

Outra questão de relevância na história do fotojornalismo acontece no desvelamento da sua vocação noticiosa durante a cobertura de guerras, conhecidas como temáticas das primeiras reportagens fotográficas publicadas. A assimilação da fotografia pela imprensa, ao longo das três revoluções delimitadas por Jorge Pedro Souza (2004), se apropriou da prerrogativa existente da dominância masculina sobre o jornalismo, somada ao florescimento do fotojornalismo durante guerras. Reforçou a formação do estereótipo da atividade como masculina, ao reconhecer as qualidades "essenciais" atribuídas ao gênero como prerrogativas para sua prática, a exemplo da virilidade, objetividade e dedicação à produção de capital produtivo. A configuração cultural do estereótipo do fotojornalismo seria contraditória em relação ao estereótipo feminino de fragilidade, emotividade, falta de competitividade, fazendo com que a cultura profissional construída desestimule a participação feminina e cobre um desempenho superior delas para se afirmarem e permanecerem.

De maneira geral, podemos perceber que as principais tendências protagonizadas pelo jornalismo, como a sua posterior industrialização e massificação, influenciaram na apropriação que a imprensa fez do fotojornalismo, e, consequentemente, geraram mudanças nas rotinas, processos adotados, na configuração do mercado e na própria maneira de reconhecer a atuação dos seus profissionais. Durante o quarto jornalismo (MARCONDES FILHO, 2000), da década de 1970 até os dias atuais, a imagem se torna um elemento-chave para pensar a notícia, pois dentro da cultura imagética exacerbada os fatos precisam ser vistos para se tornarem mais próximos dos leitores.

Souza também salienta que o emprego da fotografia chocante (cobertura de ocasiões dramáticas que recorrem à sensibilidade, explorando a emoção) perde lugar para a fotografia de glamour (de celebridades), da fotografia como ilustração, do institucional, no que ele comenta: "parece-me também que estamos assistindo a uma revalorização da fotografia de retrato no âmbito do fotojornalismo" (SOUZA, 2004, p. 201). Tendência que tem relação

com a valorização da entrevista como formato jornalístico, e da influência da televisão e internet, pois nelas há a possibilidade de visualizar os entrevistados, elevando o seu estatuto social.

Mulheres e retratos

A historiadora da fotografia, Naomi Rosenblum (2000), denuncia que pesquisas recentes sugerem que até relativamente pouco tempo atrás o trabalho de mulheres fotógrafas não recebeu a devida consideração. Ela defende, segundo registros, que as mulheres estiveram ativamente envolvidas com a fotografia desde que o meio foi introduzido, em 1839. Em 1958, por exemplo, Rosenblum (2000, p. 7) aponta que nenhuma mulher era citada por líderes da fotografia na seleção dos "10 maiores fotógrafos". O problema reside no fato de as mulheres terem sido, consistentemente, invisibilizadas na história geral do jornalismo, de onde a maior parte das pessoas obtém o conhecimento para se desenvolver na fotografia. Isso contribuiu para a criação e reforço do estereótipo da irrelevância e falta de pertencimento das mulheres ao fotojornalismo.

Durante a última década do século XIX, muitas mulheres encontraram na fotografia uma profissão ou uma atividade de lazer, graças a mudanças tanto das tecnologias fotográficas quanto nas esferas social e cultural. Inovações tecnológicas permitiram que os equipamentos fotográficos ganhassem mobilidade, praticidade e precisão estimulando grandemente o uso da fotografia como recreação, especialmente direcionada às mulheres, para registrarem os filhos, a família e o seu lazer. Soma-se a isso a influência do movimento sufragista, que pregava o cultivo da autorrealização da mulher, pela dedicação a passatempos sérios ou ao desenvolvimento de uma carreira profissional. O diferencial, que Rosemblum (2000) chama a atenção, é para a ida dessas mulheres ao comércio, com a abertura de seus próprios estúdios fotográficos ou atuando como assistentes em outros já existentes.

De modo geral, as oportunidades de trabalho no campo visual se modificavam, e "para uma geração empenhada em debater os papéis apropriados para as mulheres, a fotografia parecia ter vantagens óbvias como meio de vida" (ROSEMBLUM, 2000, p. 56). O aprendizado da fotografia não rei-

vindicava vasto estudo formal, além do estudo básico a que as mulheres de classe média tinham acesso, e podia ser aprendido a partir de manuais técnicos ou em um curto período de experiência em estúdios profissionais. Ainda, dentro do universo de possibilidades das artes visuais, a fotografia não possuía grandes expoentes artísticos, como na pintura e escultura, em um campo aberto para experimentações e dotado de autonomia para a criação dos próprios métodos e linguagem. Assim,

> O chamado para o desenvolvimento das mulheres na fotografia deve ter caído em terreno frutífero, ou então ele reflete mudanças que estavam transpirando. Entre 1880 e 1910 o número de mulheres fotógrafas profissionais nos Estados Unidos da América aumentou de meras 271 para 4.900 constituindo 15% do campo. A porcentagem aumentou ainda cinco pontos durante os próximos dez anos, com a entrada de mais outras 2.000 mulheres para as fileiras de fotógrafas profissionais (ROSEMBLUM, 2000, p. 59, tradução nossa).

Estas fotógrafas, em geral, estavam especialmente dedicadas à produção de retratos em estúdios fotográficos, abrigadas que estavam dos riscos das ruas. O advento das revistas ilustradas também possibilitou um acréscimo dentro do mercado fotográfico. Em 1908, quatro tipos de assuntos eram recomendados para mulheres, como imagens rentáveis para venda direcionada às revistas: retratos de pessoas proeminentes, geralmente tiradas em suas casas; mulheres atraentes e crianças; arquitetura (para cartões postais também); e fotografias de produtos para anúncios (ROSEMBLUM, 2000).

A produção de retratos permaneceu o ponto de partida comum do qual muitas mulheres, mais tarde, se ramificaram em vários tipos de trabalho, incluindo o fotojornalismo. Segundo o estereótipo corrente, as mulheres estariam especialmente adaptadas para a produção de retratos pela noção de que elas seriam mais simpáticas e com maior bom gosto para escolha e produção dos cenários dos estúdios, além de ser um empreendimento mais rentável - um estímulo à elite pela preferência de fotógrafas para a produção de retratos (ROSEMBLUM, 2000). Tal estereótipo ligou as mulheres à produção

de retratos por considerá-las portadoras de uma essência feminina sensível e empática, e, ao mesmo tempo, para preservá-las do risco de coberturas mais dinâmicas e, potencialmente, arriscadas. Esse estereótipo permanece até os dias atuais.

As guerras ao mesmo tempo em que reforçaram o estereótipo do fotojornalismo como profissão arriscada, associada às características do estereótipo masculino, também proporcionaram uma importante lacuna de trabalho para o ingresso de mulheres na atividade. Rosemblum (2000, p. 181, tradução nossa) contabiliza que

> o número de mulheres fotógrafas profissionais, que expandiu de menos de cinco mil em 1920 para mais de oito mil em 1937, cresceu novamente após os EUA mergulharem na guerra; pela metade de 1940 outras duas mil mulheres foram adicionadas às fileiras.

A falta de homens no mercado de trabalho motivou as mulheres a preencherem os cargos por necessidade e demanda, lacuna que também ficou aberta dentro do fotojornalismo em desenvolvimento.

O apagamento histórico da participação feminina dentro da história da fotografia, denunciado pela historiadora (2000), evidencia na prática a lógica androcêntrica de segregação da atividade de acordo com as especialidades, posicionando as mulheres para a produção de retratos dentro do domínio privado. A falta de mulheres expoentes no fotojornalismo faz parte de um contexto cultural de fechamento de fronteiras simbólicas da prática, dificultando a identificação feminina, relegadas ao estatuto de exceção pela caracterização do estereótipo da atividade como masculino.

Critérios para distribuição de pautas

Após discorrer sobre os referenciais teóricos que orientam o nosso estudo, iniciamos neste tópico as análises dos depoimentos das 9 fotojornalistas que participaram do estudo. Foi possível perceber que a lógica para a atribuição de pautas entre a equipe de fotógrafos, visando produzir a melhor imagem, possui principalmente dois direcionamentos. O primeiro deles diz respeito

ao vínculo empregatício, pois a dinâmica de trabalho das agências noticiosas e dos veículos segue orientações diferentes, de acordo com a estratégia mercadológica de cada um, influenciando nos enfoques que os fotojornalistas dão às suas produções e rotinas. O vínculo informal reúne as profissionais que atuam junto às agências de notícias, especializadas ou não na cobertura visual, e as profissionais que atuam como pessoas jurídicas (PJ) dentro de veículos noticiosos. A atuação formal é caracterizada pela contratação em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em veículos jornalísticos.

A relevância da cobertura seria apontada como um dos principais critérios para divisão de pautas entre agências e jornais, pois segundo a entrevistada Carolina, 30 anos, com vínculo informal:

> Se é uma pauta de pouca importância, é muito difícil o jornal mandar fotógrafo. Para o jornal sai muito mais barato comprar foto da agência, não vai gastar com transporte, não vai gastar com nada, e manda o fotógrafo para uma pauta mais importante, mais exclusiva. Porque os jornais têm muito disso né, as reportagens eles [formais] fazem e a gente [informal] acaba cobrindo o *hard news* da rua.

Existiria, assim, uma segmentação dos profissionais de acordo com as demandas mercadológicas, fruto da dinamicidade da cobertura noticiosa, do enxugamento das redações e do barateamento do custo de venda de imagens, prevalecendo a competitividade de cada instância. Os jornais se diferenciam pela cobertura de pautas mais exclusivas, enquanto as agências se ocupam do *hard news* cotidiano. Neste sentido, verifica-se que o vínculo empregatício influiria também na oportunidade dada às profissionais para realizar reportagens visuais mais complexas e de maior visibilidade, que ficariam mais a cargo das profissionais que atuam formal ou informalmente para algum veículo noticioso.

O segundo direcionamento identificado diz respeito ao reconhecimento de aptidões profissionais, tanto por parte do próprio fotojornalista quanto do veículo ou agência em que atua. Existe dentro das agências a figura do

pauteiro, incumbido de identificar e distribuir as coberturas entre os profissionais, de acordo com a disponibilidade temporal e geográfica de cada um, mas também respeitando os assuntos que o(a) fotojornalista mais deseja cobrir e se destaca, como exemplifica Andrea, 43 anos, vínculo informal:

> Quando eu entrei no fotojornalismo, você acaba fazendo de tudo um pouco, desde Climatempo, trânsito, acidente, política, e com o tempo você vai criando um recorte, não é uma questão de gostar por gostar, não é isso, você tem que fechar um pouco o seu foco.

A fotojornalista acredita que é importante para o(a) profissional informal dar continuidade às suas pautas, acompanhar o seu desenrolar como uma forma de especialização, permitindo aprofundar os conhecimentos nas temáticas e refletir isto na sua produção. A busca pela especialização de pautas pode também ser compreendida como um alinhamento com a demanda criada pelo capitalismo, na busca por produzir produtos cada vez mais direcionados para determinados públicos, aumentando a identificação deles e potencializando as vendas.

A estratégia é compartilhada por todas as entrevistadas com vínculos empregatícios informais, pois a autonomia presente nas agências permite que os seus associados optem pelas temáticas que mais se identificam, como política, esportes, cultura, movimentos sociais etc, oferecendo, inclusive, a oportunidade para que eles se testem em cada uma delas. Entretanto, a maior parte das profissionais revela a necessidade de identificar e apurar pautas por elas mesmas, pois a atitude confere maior autonomia em relação às agências e poder para selecionar melhor as temáticas que elas acreditam que valham a pena serem cobertas. A entrevistada Andrea, 43 anos, ainda salienta a existência de um medo dos profissionais informais de serem preteridos pelas agências, de forma que pautar a si mesmo asseguraria a autonomia sobre a sua atividade:

> Porque podem te ligar e falar “oh, amanhã tem pauta” e você pode simplesmente falar “não, não vou”, entendeu? Essa coisa

> do "medo do gelo", que medo do gelo? Você não tem vínculo nenhum empregatício com essa pessoa. Quer dizer, vai deixar de te chamar? Em primeiro lugar, a agência não está lá só para fazer esse papel. É obrigação do fotojornalista se autopautar.

Haveria, assim, uma cobrança sobre as profissionais de serem multifuncionais, responsáveis por pesquisar e hierarquizar as pautas de acordo com o seu interesse, detectando as mais relevantes jornalisticamente, para então cobri-las, selecionar, tratar as imagens e enviar para a agência, que funcionaria apenas como um intermediário entre as fotojornalistas e os consumidores das imagens. Sem esta atitude de eficiência, as profissionais ficariam reféns da atribuição de pautas das agências e suscetíveis ao "medo do gelo", ou seja, de não serem mais chamadas por não aceitarem realizar parte das coberturas recomendadas. A preocupação intensa das profissionais informais que atuam em agências de determinarem um foco de atuação, e dispensarem o crivo dos pauteiros para direcioná-las, representa um movimento de resistência, para evitar limitações profissionais e interesses pessoais, nem sempre respeitados.

De forma diferente, entre as fotojornalistas prestadoras de serviço e contratadas é exigida maior versatilidade na cobertura de pautas diversas, mas elas admitem que os editores, por vezes, identificam certo traço profissional predominante e atribuem as pautas que, provavelmente, seriam melhor aproveitadas por determinado(a) fotógrafo(a). Atualmente, pela forte demanda por retratos, alguns fotógrafos têm buscado se especializar na utilização de recursos de estúdio para aumentar o potencial informativo dos personagens retratados, como reconhece Agatha, 31 anos, vínculo informal:

> Comecei a investir em fazer retrato, porque isso demanda muito. Como eu disse, acidente a gente vê no jornal e o site compra da agência. O que a gente faz muito para o jornal hoje são retratos! Retratos de executivos. Retratos do diretor de cinema. Retrato da atriz. Retrato da família da periferia. Muitos retratos, né? A grande demanda do jornal hoje são os vários tipos de retratos em várias editorias e aí comecei meio que a investir... "meu, preciso ficar boa nisso!", sabe? A procurar melhorar.

A valorização da produção de retratos pelos jornais pode ser compreendida como uma estratégia para estimular que os seus profissionais se dediquem a pautas mais exclusivas, enquanto o cotidiano, sobretudo acontecimentos imprevistos, entendidos como parte do *hard news*[6], são cobertos com maior agilidade pelas agências fotográficas que distribuem o mesmo material para o mercado. Ou seja, para os veículos pode ser mais interessante direcionar seus profissionais, contratados ou temporários (PJ), para produzir conteúdos diferenciais que os seus leitores somente terão acesso por meio deles.

Com a sua dedicação ao aprimoramento da produção de retratos Agatha, 31 anos, sente que foi mais demandada como prestadora de serviço, isso abriu portas para que ela fizesse também outros tipos de coberturas dentro do jornal diário, mas a entrevistada nega a motivação de gênero nessa escolha:

> Provavelmente, muitas mulheres podem ter passado por isso, no sentido de "ah, é um retratinho!", uma pauta de menos importância, então vamos passar para uma mulher. No meu caso, eu acho que não. Eu sinto que eles gostam dos meus retratos. Então eu acho que no meu caso seria um reconhecimento, de como quase que um traço de personalidade profissional, assim. Eles identificaram uma coisa que eu faço que eles gostam. Mas, assim, de tudo, desde que eu estou aí, não faz nem um mês, pelo curto período que eu vou ficar aí, eu fico só até o começo do mês que vem, eu fiz de tudo.

Como abordado anteriormente, a adoção de retratos dentro do fotojornalismo se tornou uma tendência motivada pela vontade do público de se aproximar das celebridades e figuras públicas em geral, e a associação com o jornalismo ganha a chance desse tipo de produção funcionar além de uma ilustração, ampliando o conhecimento e as referências do leitor sobre os personagens envolvidos nos fatos (SOUZA, 2004). Dentro deste cenário, o depoimento de Agatha, 31 anos, transparece um estereótipo existente na área sobre a maior atribuição de retratos às mulheres, motivada também pela des-

[6] Entendido como dedicação a pautas quentes e inesperadas, que têm urgência de cobertura e divulgação.

valorização desse tipo de cobertura frente a outras mais factuais. No entanto, a fotojornalista parece conhecer e se utilizar dessa disposição para chamar atenção para o seu trabalho, muito mais amplo e diversificado. O entendimento sobre o funcionamento da estrutura social de gênero e a sua afinidade com o grande espaço reservado aos retratos dentro do jornal fizeram com que a entrevistada conseguisse engendrar uma tática dentro da polivalência dos discursos, se apropriando do poder que a limitaria como forma de resistência e crescimento, ao mesmo tempo em que se enquadra em uma área de atuação mais receptiva à participação feminina dentro do fotojornalismo.

Como discutido anteriormente, existe uma relação histórica das fotógrafas com a produção de retratos, pois a atividade seria considerada mais segura e socialmente aceita pela falta de pertencimento das mulheres ao espaço público, e ainda aproveitaria o bom gosto e a simpatia considerados "naturais" das mulheres, um estereótipo utilizado pelas fotojornalistas entrevistadas para abrir espaço dentro do meio majoritariamente dominado por homens com o intuito de superá-lo.

A entrevistada Kátia, 45 anos, é especializada na produção de retratos, em arquitetura e gastronomia, temáticas pertencentes ao estereótipo feminino e ligadas ao universo privado. A profissional de 45 anos atua como prestadora de serviços fixa para um jornal diário, e reclama da atribuição quase que exclusiva de pautas leves, ou *soft news*[7]:

> Me davam pautas mais fofinhas, e eu comecei a cansar disso. E também o meu perfil também não é perfil de *hard news*. De ir para fronte de batalha, sabe? Não é, mas vamos fazer uma balança. Queria fazer matérias mais contundentes! Mais expressivas também, sabe? [...] Não só perfumaria! Eu gosto de tudo isso que eu vou falar: decoração, comida, adoro fazer! Mas não só! E é assim, a minha luta até hoje é 'eu quero coisas relevantes!', 'eu quero assuntos interessantes!' Então, tem isso também. É uma batalha minha diária. [...] Daí comecei a fazer fotos bem mais relevantes, mas ainda eu tenho que estar sempre lembrando eles.

[7] O conceito de *soft news* estaria em oposição ao *hard news*, designando a cobertura de pautas menos relevantes e urgentes do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade.

A fotojornalista sugere uma grande influência do estereótipo de gênero associado ao de retratista sobre o critério de atribuição das suas pautas, como se o fato de não ter afinidade com o *hard news* a levaria à condição de fragilidade, menos apropriada para encarar assuntos mais densos e de maior importância jornalística. Duas das fotojornalistas entrevistadas se dedicam exclusivamente à produção de retratos, arquitetura e gastronomia, temáticas apontadas como muito demandadas pelos veículos, entretanto a falta de identificação profissional delas com a cobertura de rua, *hard news*, é expressa nos seus discursos como impeditiva para que elas se sintam pertencentes à atividade. Os relatos das duas profissionais, de faixas etárias diferentes, revelam regularidades que as identificam mais como fotógrafas do que fotojornalistas, ocupando um estatuto de exceção dentro da área, diferenciado da maioria dos/as demais fotógrafos/as e menos valorizado dentro da cultura profissional.

De modo geral, as fotojornalistas atuantes em agências de notícia tendem a possuir maior controle sobre as pautas futuras, optando pela sobrecarga de trabalho monitorado e seleção para fugirem da limitação do direcionamento das agências fotográficas. Por outro lado, as profissionais formais e prestadoras de serviço para jornais estão mais propensas a serem pautadas pelos veículos em que atuam, mas igualmente buscam colocar em curso estratégias de resistência aos rótulos que limitam as suas produções, como no caso de Kátia, 45 anos, e Agatha, 31 anos.

Além do direcionamento para a produção de retratos existe a percepção das profissionais de que as editorias de maior importância social, como política e esportes, reúnem grande concorrência e tendem a ser menos direcionadas para as mulheres. Nesse contexto, as profissionais associadas às agências fotográficas possuem maior liberdade para escolherem as pautas e isto também se reflete no acesso que têm às editorias mais concorridas, como no caso de Andrea, 43 anos, que estabeleceu o seu foco de trabalho nas temáticas de Política e Movimentos Sociais; a fotojornalista Ana, também com 43 anos, atua exclusivamente na informalidade, e optou pelas editorias de Política e Esportes. Além delas a fotojornalista Carolina, 30 anos, atua informalmente como prestadora de serviços (PJ) para um jornal e para uma

agência fotográfica, e afirma que somente conseguiu ter acesso a cobertura de esportes por meio das agências fotográficas, pois no pequeno periódico ao qual está vinculada somente há espaço para temáticas relacionadas a cotidiano e cidades.

De todas as editorias do fotojornalismo a de Esportes é apontada pelas entrevistadas como a que menos possui mulheres dedicadas assiduamente à sua cobertura, o fato seria motivado pela grande disputa interna dos homens para se destacarem em uma editoria em que a atenção recai principalmente sobre modalidades masculinas. A entrevistada Anna, 43 anos, acredita que:

> [...] pautam pouco mulher para esporte. Esporte em geral. Eu posso dar exemplo do futebol e do UFC. Quando tem UFC em São Paulo eu olho em volta e só estou eu de mulher fotografando. Esportes em geral eu acho que ainda é um território muito de homem, muito machista. E não porque mulher não se interessa, é porque eu acho que não dão oportunidade, entendeu? E quando você chega para fotografar um UFC, por exemplo, você vê, assim, uns olhares do tipo "poxa, ela?", entendeu?

A percepção sobre os olhares de reprovação dos colegas quando Anna, 43 anos, participa de pautas esportivas é sugestivo de uma sensação de falta de ajustamento da participação feminina dentro de uma das áreas que, na opinião das entrevistadas, é considerada de maior importância dentro do fotojornalismo.

Também envolvida na cobertura de Esportes, a fotojornalista Eve, 54 anos, atualmente com vínculo informal, conta que precisou provar corriqueiramente excelência na cobertura de esportes quando contratada, sobretudo no futebol, para conseguir permanecer pautada. Dentro desta mesma perspectiva Maria, 51 anos e 25 anos de carreira no fotojornalismo, conta como acontecia a divisão de pautas dentro dos esportes no veículo diário em que atua:

> Tinha uns quatro ou cinco que eram os caras que iam fazer tudo. A Copa, os esportes, eles iam fazer tudo, e até hoje em dia... É que eu não tenho mais interesse de, nenhum interesse, aliás, de fazer Copa do Mundo, Olimpíada [...], mas os caras não, agora

> só tem eu de mulher, mas é difícil... eles não falam "você não vai fazer", "você não quer fazer?". Como eu não tenho interesse, eu não... eu acho até bom, que ninguém me peça, me pergunte, mas eu acho interessante que eles nunca perguntem para uma mulher se ela não quer ir fazer futebol, por exemplo. E teve uma época que eu fazia muito futebol. É, aí eu fazia porque eu queria, eu ficava pedindo para ir.

O reconhecimento da dificuldade enfrentada pelas mulheres na cobertura de determinadas editorias de maior importância social e visibilidade, como o esporte, faz com que muitas profissionais acabem optando por se ajustarem em editorias em que são mais bem aceitas. A produção de retratos, nesse sentido, aparece como uma alternativa para aquelas que se interessam em permanecer pautadas dentro de veículos jornalísticos com a oportunidade de contribuir para maior variedade de editorias, com a restrição de se afastarem das coberturas *hard news*, entendidas como mais dinâmicas e potencialmente com maior vulnerabilidade por acontecerem no espaço público, enquanto os retratos pertencem ao espaço privado, historicamente caracterizado como de dominância feminina.

Finalmente, uma das fotojornalistas entrevistadas revela na sua experiência profissional a dificuldade das mulheres em receber reconhecimento pelo seu trabalho:

> Tem muito machismo, assim, desde "ah, você foi contratada porque você deve ter dado para o seu chefe", até, uma que ouvi recentemente "você acha o quê? Que você é uma princesa, que precisa por um tapete vermelho para você desfilar?" Isso porque, aparentemente, eu estou conseguindo pautas de mais destaque, então tem uma dor de cotovelo. Quer dizer, se eu fosse um homem você falaria isso para o cara? Não, você não ia brigar com ele porque ele está conseguindo. Você ia falar "pô, o cara está fazendo um trabalho legal", não é? Como eu sou mulher, não. Não é que eu estou fazendo um trabalho legal, é porque eu quero ser tratada especial.

O sucesso feminino, assim, especialmente em carreiras entendidas como masculinas, é mal-encarado dentro da dinâmica social, por significar um desequilíbrio entre a produção de capital econômico e social. A percepção do desconforto dos colegas em relação ao fato de a fotojornalista ter conquistado pautas "de maior destaque", é indicativo da existência de uma disputa de gênero em relação às consideradas de importância.

Considerações finais

A investigação sobre os critérios de distribuição de pautas confirmou a divisão entre as fotojornalistas com vínculos empregatícios formais e informais, sobretudo entre aquelas que atuam para agências e veículos noticiosos. As fotojornalistas atuantes em agências noticiosas tendem a possuir maior controle sobre a escolha das pautas às quais irão se dedicar, optando pela sobrecarga de trabalho de monitorar e selecionar as temáticas para fugirem da limitação da exclusividade de direcionamento. De outro lado, as profissionais formais e prestadoras de serviço estão mais propensas a serem pautadas pelos veículos em que atuam, mas igualmente buscam colocar em curso estratégias de resistência aos rótulos que limitam as suas produções.

A grande preocupação com a produção de retratos na atualidade pelos veículos jornalísticos é apontada como uma tendência de cobertura mais competitiva em relação às agências de notícias, focadas na cobertura *hard news*, e a atribuição de pautas para esta especialidade fotográfica, que reúne contribuições para várias editorias, demonstra pelos relatos estar predisposta à participação feminina. Em um paralelo histórico, a produção de retratos também consistiu desde o final do século XIX como uma via de ingresso das mulheres na fotografia, principalmente por uma leitura essencialista de gênero em busca de resguardá-las do ambiente público dentro dos estúdios fotográficos e aproveitar as características associadas ao estereótipo feminino de simpatia, bom gosto para produzir cenários e sensibilidade para lidar com os retratados.

A maior parte das fotojornalistas vinculadas formal ou informalmente a veículos diários expressam a percepção do direcionamento feminino para a

produção de retratos, cobertura de menor reconhecimento social, e do distanciamento de outras áreas de maior importância, como no caso emblemático das coberturas de esportes, entraves estes que prejudicam o desenvolvimento das mulheres dentro do fotojornalismo. Na divisão sexual do trabalho no fotojornalismo afloram a divisão e a hierarquização de papéis entre os gêneros reservando as pautas mais importantes e de maior visibilidade aos homens, e a tentativa de manter a participação feminina em um estatuto de mão de obra secundária, caracterizada como exceção para fechar as fronteiras simbólicas de gênero que facilitam a identificação de outras mulheres interessadas na atividade.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense. 3. ed., 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: _____; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2. ed., 2006. p. 62-83.

HANDLAND, Adrian, CAMPBELL, David, LAMBERT, Paul. **The state of news photography:** the lives and livelihoods of photojournalists in the digital Age. [s.l.]: University of Oxford, Reuters Institute for the Study of Journalism, 2015. Disponível em: <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/The%20State%20of%20News%20Photography.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: _____. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 6. ed., 1998. p. 43-63.

LIPPIMANN, Walter. Estereótipos. In: _____. **Opinião pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 96-111.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo:** A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

ROSENBLUM, Naomi. **A History of Women Photographers**, 2. ed., Nova Iorque: Abbeville Press, 2000.

SILVA, Nathália Cunha. **Mulheres no fotojornalismo:** Uma análise cultural da relação entre identidades de gênero e a prática do fotojornalismo na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo, 2017.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Argos/ Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. Trad. Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes, 2012.

A QUASE-AUSÊNCIA DAS MULHERES NA MEMÓRIA DO FOTOJORNALISMO PAULISTA

Alana Calixto [1]

"Uma boa foto diz mais do que mil palavras" (OLIVEIRA, 1970, p.197). A frase virou quase um mantra e expressa a importância da imagem na sociedade contemporânea. A fotografia como expressão imagética é uma arte que inspira - pode gritar, fazer entender, emocionar ou chocar (ou tudo isso ao mesmo tempo) - , mas é também uma tecnologia que evoluiu e trouxe consigo registros memoráveis.

O potencial da fotografia também foi usado para ampliar a informação, como uma das linguagens do jornalismo, mais especificamente o fotojornalismo. Os profissionais que abraçam essa área enfrentam muitas situações perigosas e outras bem agradáveis e surpreendentes na ânsia de cumprir a sua função, que é o registro fotográfico do acontecimento. A atividade foi ganhando espaço no jornalismo, como complemento nas notícias diárias ou como protagonista da história; nos ensaios publicados em veículos jornalísticos ou em livros. As lutas para ser considerado relevante e mostrar o imediatismo que a notícia demanda fazem parte da sua história.

Nessa trajetória para conquistar importância no espaço da informação jornalística, o fotojornalismo também presenciou a luta de mulheres que buscaram se inserir na profissão e mostrar suas competências, contribuindo com informação e prestação de serviço à sociedade. Mas essas lutas estão praticamente ausentes da memória do fotojornalismo no Brasil, o que não só desperta a atenção, como também gera a necessidade de estudos científicos.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo investigar a participação da mulher no fotojornalismo paulista do século XX, além de abordar aspectos históricos e ideológicos que interferiram na atuação dessas profissionais no mercado de trabalho. Sintetizando, busca-se discutir a participação e a importância das repórteres fotográficas para o fotojornalismo nos veículos impressos da grande São Paulo, mostrando suas contribuições e suas histórias.

[1] Pesquisadora no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Metodista de São Paulo, graduanda em jornalismo. E-mail: alanacalixto@outlook.com.

O estudo baseia-se em metodologia qualitativa, com uso de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com quatro fotojornalistas, a partir de um recorte que abrange veículos da grande São Paulo. A seleção das profissionais levou em conta a acessibilidade e os veículos nos quais atuaram ou ainda atuam.

Para a pesquisa documental foram escolhidas as edições comemorativas de dois jornais prestigiados, como *Folha de S.Paulo*, que possui impacto não só no estado de São Paulo como também nacionalmente (GRUPO FOLHA, 2017), e o *Diário do Grande ABC*, importante jornal regional que faz a cobertura do ABC, incluindo as sete cidades[2], com 60 anos de existência (MOÇO, 2017). As publicações comemorativas selecionadas foram elaboradas na década de 1980 e em 2016 (no caso da *Folha de S.Paulo*).

Sociedade patriarcal e seus valores

No contexto dos anos 1960 e 70, a mulher sofria com uma ambiguidade. Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira era muito conservadora (e ainda continua), culminavam os ideais modernos e feministas vindos da América do Norte e Europa. O ativismo foi um dos principais sintomas dessa novidade, apesar da desigualdade de gênero.

> Na década de 70, mulheres com elevado grau de instrução escolar e de conhecimento fizeram parte do ativismo político feminista mais assertivo do século 20, contribuindo com teorias para a explicação das desigualdades entre homens e mulheres. A educação escolar já era universalizada, mas as desigualdades persistiam (BERTONI & GALINKIN, 2014, p. 34).

Os ideais feministas disseminados incentivavam a discussão a respeito da igualdade de gênero nas universidades. Uma onda engajada nos anos 1970 trouxe em pauta para as salas de aulas e reuniões estudantis a importância do feminismo para a emancipação da mulher.

Na contramão do ativismo daquela época, o discurso conservador e reacionário era o de que a mulher nascera para trabalhos domésticos, para

[2] As sete cidades da região do ABC são: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

exercer atividades no espaço privado, em casa. Atuar fora do lar só em funções consideradas mais afeitas às mulheres, como as ligadas à educação. O papel de atuar em cargos de destaque era majoritariamente franqueado aos homens, reforçando a dualidade que a sociedade enfrentava naquela época, e ainda enfrenta.

A ideia de que a mulher foi designada unicamente para tarefas domésticas são construções sociais que as famílias reproduziam. O modelo de sociedade patriarcal foi discutido e reforçado até por filósofos. A problemática se estende à educação no âmbito familiar, pois a expectativa de pais e mães era sempre a da chegada de um filho, não filha. Brinquedos, roupas e livros de histórias com princesas indefesas, que precisavam de um príncipe para resolver os problemas.

> Como assinalou Rousseau (em Badinter, 1985), "a mulher deve ser a única a mandar em casa, é mesmo indecente para o homem informar-se do que ali se passa. Mas a mulher, por sua vez, deve se limitar ao governo doméstico, não se imiscuir no que ocorre fora, manter-se fechada em casa" (p.245). Tal enclausuramento, e a concomitante redução das características e capacidades femininas permitidas, afastou-a do mundo público do poder e dos negócios, cujos efeitos podem ser sentidos no mundo atual (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.42).

A forma como a identidade de gênero era (e ainda é) representada às crianças reiterava os valores de uma sociedade machista e desigual. Lições que passaram de gerações a gerações em um processo histórico, social e cultural, formando um muro contra o qual as mulheres lutam até os dias atuais. Como diz Rocha-Coutinho,

> Deste modo, por mais antigos que possam parecer o patriarcalismo e a dominação da mulher, é preciso ter-se em mente que estes são formas históricas e não naturais. Isto é, a relação entre os sexos é socialmente construída e, como tal, vai variar com as mudanças na organização e estrutura social (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.51).

Na Grécia antiga, por exemplo, Aristóteles acreditava na existência de apenas um sexo, o masculino. As mulheres eram vistas como seres inferiores e incapazes de realizar tarefas intelectuais.

> A essa divisão concreta de atividades correspondiam valorizações diversas. O "fora de casa" onde se desenvolviam as atividades consideradas mais nobres – filosofia, política e artes – era o campo masculino. Ao afirmar que "os Deuses" criaram a mulher para as funções domésticas, o homem para todas as outras, Xenofonte, no século IV a.c.., exprimia um tipo de argumentação naturalista que ainda hoje demarca espaço para os sexos (ALVES & PITANGUY, 1983, p.12).

No correr dos séculos até o início da modernidade a nobreza e a elite eram educadas de forma a diferenciar homens e mulheres. Atualmente as questões relacionadas ao sexo, gênero e à orientação sexual ainda não são tratadas como deveriam (nas famílias, nas escolas). Nas sociedades patriarcais as diferenças são visivelmente definidas.

Nessa realidade desigual as mulheres seguem na luta pelos seus direitos. O movimento feminista, que se intensificou no mundo e no Brasil, na segunda metade do século XX e, novamente, a partir da segunda década deste século, ajuda a dar voz e a mudar aos poucos o pensamento patriarcal.

Feminismo no Brasil: breve panorama

Como já foi dito, em diferentes épocas e lugares a mulher tem sofrido com a repressão, discriminação e o preconceito. Isso a levou a lutar pelos seus direitos. Um exemplo dessa luta ocorreu durante o estabelecimento da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (França, 26 de agosto de 1789)[3], com Olympe de Gouges (1748-1793), dramaturga e escritora francesa que decidiu criar em 1791 a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã; já que a declaração universal que possuía como lema "liberdade,

[3] O documento está publicado na íntegra no endereço: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html

igualdade e fraternidade" não era estendida às mulheres. Porém foi morta por defender suas ideias.

> Ela foi guilhotinada em 1793 sem qualquer julgamento, desconsiderando-se o artigo 11° da Declaração dos direitos do homem e do cidadão que proclama: "A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos tempos previstos na lei". O período em que Olympe foi guilhotinada foi marcado por repressão e terror contra aqueles considerados insurgentes (BERTONI & GALINKIN, 2014, p. 27).

No Brasil, as atrocidades cometidas contra as mulheres ocorrem desde os primórdios. No período colonial, por exemplo, as índias eram exploradas pelos brancos como escravas sexuais. Mais tarde, no período imperial, as negras escravas enfrentavam subordinações ainda piores. Uma das primeiras feministas do Brasil foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, que publicou livros que abordavam o flagelo da mulher negra e escrava no país. Defendia a instauração da República e a emancipação das mulheres, e em 1838 fundou no Rio de Janeiro uma escola só para as meninas. Entretanto, logo depois viveu em exílio na França devido às duras críticas ao seu trabalho (TELES, 1993).

Nesse período cresceram as reivindicações pela liberdade da mulher, pelo direito a receber uma educação além do lar e contra a discriminação nas escolas que as excluíam das aulas de aritmética, entre outros temas que eram ministrados aos homens.

> Na primeira metade do século XIX, houve mulheres que começaram a reivindicar por seu direito à educação. O ensino então proposto (1827) só admitia para as meninas a escola de 1° grau, sendo impossível, portanto, atingir níveis mais altos, abertos aos meninos. O aspecto principal continuava sendo a preparação para as atividades do lar (trabalhos de agulha), em vez da instrução propriamente dita (escrita, leitura e contas). Na aritmética, por exemplo, as meninas só podiam aprender as

> quatro operações, pois para nada lhes serviria "o conhecimento de geometria". As professoras ganhavam sempre menos. E se alguma pensava em fugir desse esquema era severamente criticada, como a professora Maria da Glória Sacramento, que teve o ordenado suspenso por não ensinar prendas domésticas, como mandava o figurino (TELES, 1993, p.27-28).

Na Primeira República (1889-1930), após a abolição, os burgueses enriqueciam ainda mais à custa dos imigrantes sem direitos, muitos deles italianos que eram mão de obra barata. Os negros abolidos viveram de forma marginalizada nos cortiços das cidades, sem conseguirem emprego para se manter. Diante desse cenário as mulheres negras eram responsáveis por trazer o "sustento" às famílias, com algum trabalho remunerado que conseguiam.

Em 1919 operárias de empresas têxteis em São Paulo entraram em greve para reivindicar a igualdade salarial entre homens e mulheres, além de uma jornada de trabalho mais justa; os protestos eram compostos majoritariamente por mulheres e crianças.

Outro grande marco para a história do feminismo no Brasil foi a luta da mulher pelo direito ao voto, abraçada pelas brasileiras após a onda de reivindicações nos Estados Unidos e na Europa. A luta pelo voto reuniu mais de 100 mulheres em passeata, mas o direito só foi assegurado em 24 de fevereiro de 1932, sendo estendido apenas às mulheres casadas com a autorização de seus maridos. A obrigatoriedade só aconteceu em 1946.

> Durante esse mesmo período houve um movimento pelo voto, que agrupou parcela expressiva de mulheres. Pertencentes à classe média e à classe dominante, abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países, pois esse direito, em toda a parte, só foi conquistado com muita mobilização. Já em 1910, Deolinda Dalho, professora, fundava o Partido Feminino Republicano, defendendo especificamente que os cargos públicos fossem abertos a todos os brasileiros, sem distinção de sexo (TELES, 1993, p. 43).

Após tantas reivindicações ao longo dos processos políticos do país, foi em 1970 que o movimento tomou proporções ainda maiores, principalmente nas academias, por conquistarem uma abertura nesses espaços para os temas relativos à igualdade de gênero e às lutas que as mulheres enfrentavam em todas as partes do mundo. Foram diversos "núcleos congregadores de grande número de mulheres", que atuavam sistematicamente realizando eventos, cursos, pesquisas e publicações sobre as demandas do movimento (ALVES & PITANGUY, 1981, p. 58).

Devido a esse processo muitas mulheres arriscavam-se a entrar no mercado de trabalho, recebendo salários que não condiziam com as atividades que exerciam. Porém, a inserção feminina ia além da necessidade do dinheiro, se estendia à luta pelo reconhecimento no mercado de trabalho e de sua atuação na política.

Mulheres no mercado de trabalho

Atualmente as mulheres são a maioria entre as pessoas com idade produtiva (14 anos ou mais), porém, entre as pessoas ocupadas, a predominância é masculina, com 57%. Isso ocorre em todas as regiões do país, sendo que no Norte os homens compõem 60,9% dos trabalhadores. Esses foram dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do 4º trimestre de 2016 do IBGE. A pesquisa ainda aponta que o nível de ocupação de homens e mulheres no Brasil é notavelmente distinto. Os homens que exercem alguma atividade são estimados em 64,3% em comparação à mulher, 44,5%.

A pesquisa Mulheres no Mercado, tendências 2016 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016) aponta que as mulheres possuem uma remuneração correspondente a 77% do que ganham os homens. E ainda ressalta que serão necessários 70 anos para que as diferenças salariais de gênero sejam eliminadas mundialmente. Em 2018, "a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho ficou em 48,5% (...), 26,5 pontos percentuais abaixo da taxa dos homens". Com relação ao desemprego das mulheres no mundo, em 2018 a taxa ficou em 6%, quase 0,8% mais que o indicador sobre homens (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Apesar de a mulher estar conquistando seu espaço no mercado de trabalho ainda há muito que avançar. A divisão sexual do trabalho é uma realidade que as mulheres buscam vencer desde sempre. Conforme Hirata e Kergoat (2007, p. 599), há "dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher)". Esses princípios correspondem a um processo de legitimação da supremacia do homem em relação à mulher, e são ideologicamente naturalizados. A naturalização dessas diferenças "rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie". Muitas vezes, ao ocupar cargos mais elevados, ou mesmo ao exercer a sua função, sofre com assédio moral e/ou sexual.

A separação homem e mulher na sociedade é reforçada pela família e igreja, que naturalizam os papéis sociais para manter o status quo. A iniciativa de exercer "trabalhos de homens" é considerada uma afronta aos ensinamentos cultivados pelo modelo da família patriarcal, que é prevalente, inclusive no Brasil.

Por isso a inserção feminina no mercado de trabalho desperta preconceito, já que o dever da mulher sempre foi a de matriarca, zelando pelos filhos e a imagem do marido. No passado, crianças e adolescentes eram educados para atender às necessidades da casa e se mostrarem em eventos da sociedade, como troféus. Porém, no início do século XX as mulheres começaram a ocupar as indústrias para complementar renda ou juntar dinheiro para o casamento, uma demanda do capitalismo industrial no século XIX que avança no século seguinte. "Em São Paulo, por exemplo, o recenseamento de 1872 mostrou que dos 10.256 operários da indústria de algodão, 9.514 eram mulheres" (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.94).

As empresas foram beneficiadas, pois consideravam as mulheres mais pacientes e dedicadas ao trabalho. Durante a segunda guerra mundial as europeias, por exemplo, foram para as fábricas com a função de substituir os homens que estavam na guerra. Mas o compromisso era o de deixar os cargos assim que os homens retornassem, para cada um se estabelecer no seu "devido lugar". Conforme mencionam Rocha-Coutinho,

> o trabalho feminino era aceito pela sociedade apenas na medida em que complementava a renda familiar e na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil. Assim, a mão de obra feminina se colocava como um exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário aos interesses do Estado. E, o Estado buscou sempre controlar a atuação da mulher, limitando-a a tipos especiais de ocupações (geralmente educacionais, assistenciais e de prestação de serviços) supervisionados e/ou controlados por homens (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.95).

Havia uma dicotomia em relação à atuação feminina no mercado, pois ao mesmo tempo em que crescia o incentivo à mulher ao trabalho, por conta da necessidade do Estado, pregava-se a ideia da natureza feminina, ou seja, ao sair para trabalhar a mãe estaria abandonando os filhos. As revistas femininas publicavam matérias falando do mal que a "ausência" da mãe causava às crianças, sem considerar o sacrifício que a mulher fazia (e faz) para atuar nos dois papéis. Portanto, a dupla jornada é uma composição social que incutiu culpa na mulher.

A ideologia presente na sociedade ao longo da história interferiu na aceitação dessas mulheres em diversos âmbitos profissionais. Atualmente, apesar de atuar em vários segmentos no mercado de trabalho, desempenhando funções e cargos designados anteriormente aos homens, falta valorização e sobram preconceito e discriminação em muitas práticas e grupos profissionais.

No passado, explorar campos de conhecimento denominados masculinos significava que a mulher estava perdendo sua feminilidade, perdendo a oportunidade de casar e ser respeitada como as outras. Isso confirma a ideologia de gênero, considerando ideologia como um "conjunto de ideias de uma época, tanto como 'opinião geral' quanto o sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época" (CHAUÍ, 1980, p. 25-26).

Os valores disseminados até parte da segunda metade do século XX eram os de que a mulher deveria se "melhorar", e estar disposta a ser a esposa e mãe perfeita. Ainda hoje, é possível notar revistas de adolescentes, como

Capricho e *Atrevida*, incentivando a ideia de que a menina deve buscar ser perfeita, não ter espinhas, celulites, andar sempre linda e maquiada. Essas publicações apresentam artigos de como conquistar "aquele garoto", e "o que mais eles gostam numa menina", heranças da ideologia de gênero mais evidentes da sociedade patriarcal. No que se refere ao mercado de trabalho no jornalismo, atualmente, é possível verificar que a mulher é maioria, 63,7%, porém ainda ocupa menos cargos de chefia e ganha menos que os homens (MICK & LIMA, 2013).

O fotojornalismo

A primeira fotografia que se tem registro é de 1826, do inventor francês Joseph Nicéphore Niépce, utilizando o método da heliografia. Niépce fez uso de uma placa de estanho deixando-a exposta à luz solar por oito horas, para conseguir "revelar" a imagem. Entretanto, a invenção da fotografia não pode ser atribuída apenas a um estudioso, vários inventores colaboraram com os avanços para se registrar uma cena.

A invenção que surge durante a primeira revolução industrial trouxe outra perspectiva sobre a realidade: o poder da imagem criava uma ideia de verdade documentada sem distorções.

> A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e, portanto, de ampliação dos horizontes da arte), de documentação e denúncia graças à sua natureza testemunhal (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). Justamente em função deste último aspecto ele se constituiria em arma temível, passível de toda sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas, a "expressão da verdade", posto que resultante da "imparcialidade" da objetiva fotográfica (KOSSOY, 2012, p. 29).

Antes do século XX o uso da fotografia para informar era desvalorizado pelo jornalismo, pois se acreditava que as imagens não complementavam

as informações textuais, as quais tinham primazia nos impressos (SOUZA, 2002). As gravuras ilustravam as matérias jornalísticas, e foram utilizadas primeiramente em revistas, devido à técnica complexa. As primeiras revistas a usarem fotografia foram *FonFon* (1907-58), *O Malho* (1902-54), *Kosmos* (1904-09) e *Revista da Semana* (1900). Porém, as imagens eram apenas ilustrativas, sem o aprofundamento da fotorreportagem e a preocupação com os conteúdos informativos (SILVA, 2016, p. 71).

Os jornais não tardaram a utilizar imagens em suas páginas. Primeiramente foram as gravuras, pela atração que exerciam junto aos leitores, produzindo impacto positivo no número de exemplares vendidos, mesmo que nos primórdios as gravuras não fossem tão expressivas.

> A primeira gravura usada para ilustrar jornal apareceu em 1835, através de James Gordon Bennet, numa reportagem sobre a velha Bolsa dos Comerciantes de Nova Iorque. O mesmo Bennet publicou um desenho do enterro do General Jackson em 1845. Seus rivais quiseram ridicularizá-lo devido a pouca nitidez da ilustração que ele usava para qualquer acontecimento, já que os leitores não podiam distinguir ou reconhecer nada, naquele desenho borrado e manchado de tinta (OLIVEIRA, 1970, p. 197).

O primeiro diário a introduzir o fotojornalismo foi o jornal britânico *Daily Mirror*, em 1904, mas a sua importância ficou mais patente a partir dos períodos de guerra, principalmente durante a primeira guerra mundial, época em que as fotorreportagens ilustraram vários jornais.

As coberturas das guerras mostraram a importância do repórter fotográfico e os jornais e revistas começaram a contratar equipes de fotojornalistas para suas redações. A fotografia passou a ter relevância jornalística complementando informações e registrando momentos históricos.

No Brasil, o fotojornalismo ganhou grande evidência nos anos 1970, o cenário político conturbado era mais desafiador para os repórteres fotográficos, em meio à ditadura militar. Entretanto, o trabalho do fotojornalista ainda não seria regulamentado como profissão e o profissional sofria constantemente com o não reconhecimento dos direitos autorais. Anos 1960 e 70 são mencionados por Persichetti (2006) como o período de ouro do fo-

tojornalismo no Brasil, pela importância conquistada no registro de acontecimentos, pelo engajamento dos profissionais contra a censura; os anos 80 são marcados pelo surgimento das primeiras agências de fotografia no país (SILVA, 2016, p. 77). Depois desse período, com a flexibilização das relações de trabalho cada vez maior, o avanço da tecnologia digital e a crise das empresas jornalísticas, as redações ficaram mais enxutas, afetando a oferta de trabalho aos fotojornalistas que hoje atuam muito mais em agências de fotojornalismo ou como *freelancers* (SILVA, 2017).

Na perspectiva de Persichetti (2006, p. 188) o fotojornalismo contemporâneo está sendo banalizado por valorizar excessivamente a encenação em vez da notícia: "O que domina nossa sociedade hoje é justamente essa idéia (*sic*) de espetáculo: não há outra coisa para ser". Ela segue na sua reflexão:

> De um lado, a imagem-notícia, na qual o fotojornalista se assume como tal, como alguém que deve trazer informação via imagem. Aquele que escreve com a fotografia, com a luz; e de outro, o fotógrafo que não assume sua responsabilidade em informar. Preocupado apenas com a estética, como se isso fosse possível, faz do jornalismo imagético uma informação esquizofrênica (PERSICHETTI, 2006, p. 189).

Memória do fotojornalismo

A presença da mulher no jornalismo tem ganhado mais destaque em algumas pesquisas no Brasil, porém no fotojornalismo há carência de estudos que revelem a sua contribuição nessa área, especificamente. A evolução feminina na imprensa caminhou paralelamente ao desenvolvimento do jornalismo, assim como a fotografia no final do século XVIII e durante as guerras mundiais (ROCHA & SOUZA, 2011).

Até o início do século XX a atuação da mulher na grande imprensa se resumia à produção de folhetins, poesias e crônicas. A imprensa feminina, que se consolida nesse período, contava predominantemente com o trabalho feminino nas redações (CASADEI, 2011).

No entanto, a inserção da mulher no fotojornalismo não é algo recente, as pioneiras tiveram contato com a fotografia devido aos avanços nessa área (como a câmera Kodak), que começou a evoluir a partir de 1880. As mulheres

"ganharam" um novo lazer que estimulou sua inserção profissional na atividade. O engajamento no movimento sufragista e na luta pela emancipação feminina colaborou para a adesão delas à nova técnica (SILVA, 2016, p. 65).

A fotografia era atividade voltada às mulheres de classe média, as menos favorecidas não tinham acesso à técnica. O início da atuação foi em estúdios próprios ou fotografando para revistas. As fotos eram ensaios, propagandas, sendo essas tarefas limitadas aos estúdios. Esse tipo de trabalho era considerado feminino, pelas limitações e por ser voltado também ao público feminino. A demanda de trabalho se intensificou quando ocorrem as duas grandes guerras mundiais, pois as mulheres precisavam de dinheiro para atender às necessidades do lar, produzindo fotografias para agências.

No Brasil há pouco registro de atividades de mulheres no fotojornalismo no século XX. As referências da atuação feminina nessa área, especificamente na grande São Paulo, podem ser observadas em algumas edições comemorativas de jornais e revistas, que revelam a quase-ausência de mulheres numa extensa listagem de fotojornalistas relevantes, como no especial produzido pela *Folha de S.Paulo* para seus 95 anos em 2016. A única fotojornalista presente em meio às histórias memoráveis de 22 jornalistas é Marlene Bergamo (GRUPO FOLHA, 2016). Outra publicação em que uma única mulher é mencionada é o de 25 anos de fotojornalismo do *Diário do Grande ABC* (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 1983), no qual aparece a contribuição de Katia Dotto, no acervo do jornal.

No livro "Fotojornalismo" publicado em 1988 pela *Folha de S.Paulo* são elencadas fotos que marcaram as publicações do jornal, de janeiro de 1983 a 1987. Dentre tantos registros sobre política e violência, é no esporte que se encontra uma foto de Renata Falzoni. A imagem é de um argentino sendo nocauteado pelo boxeador Chiquinho de Jesus. O registro aconteceu em 17 de julho de 1984.

Renata ingressou no fotojornalismo em 1979, trabalhando como repórter fotográfica em vários veículos. Na década de 1980 tornou-se também videorrepórter. O citado livro de memória mostra mais uma vez que dentre outros ótimos fotógrafos e imagens marcantes apenas uma mulher esteve presente na publicação.

Apesar dessa ausência nos livros de memória de alguns veículos importantes da imprensa brasileira, a criação da Associação YVY Mulheres da Imagem, em setembro de 2016, com o nome provisório de Associação Brasileira das Mulheres da Imagem (ABMI)[4], deve reparar essa omissão dos jornais.

Visões das fotojornalistas sobre a profissão

Esta pesquisa contou com 4 entrevistas de fotojornalistas que começaram a atuar na área desde o século passado. Para preservar o anonimato das participantes, são utilizados nomes fictícios. O critério de escolha das profissionais ocorreu por acessibilidade, ou seja, dependeu da disponibilidade das fotojornalistas. Apesar de ser um número reduzido de participantes, as informações obtidas corroboram, após a bibliografia pesquisada, incluindo as publicações comemorativas dos dois jornais (*Folha de S.Paulo* e *Diário do Grande ABC*), as dificuldades enfrentadas pelas entrevistadascomo mulheres e profissionais. A seguir, descrevemos brevemente a atuação de cada fotojornalista.

A primeira entrevistada foi Eliana, 55 anos, nasceu na cidade de Cruzeiro no estado de São Paulo. É formada em jornalismo e atua no fotojornalismo desde 1988. Trabalhou em jornais diários em São Paulo, com carteira assinada e também como *freelancer*. Atualmente também presta serviços como autônoma, fazendo coberturas como repórter fotográfica para alguns jornais diários. Faz parte da Associação YVY Mulheres da Imagem[5], contribuindo com a disseminação do trabalho da mulher nessa área.

Roberta, 54 anos, começou a fazer suas primeiras fotografias aos oito anos de idade como brincadeira e se encantou pela profissão, porém, cursou arquitetura. Entrou no fotojornalismo em 1978, atuou como fotógrafa em revistas, jornais diários e agências. Trabalhou em rádio e TV, hoje atua principalmente com o vídeo-ciclismo.

---

[4] A YVY é resultado de um movimento de mulheres ligadas ao universo da imagem, que por meio do comprometimento e perfil engajado procura lutar por um mundo mais justo. O grupo conta com duas mil mulheres entre fotojornalistas, cineastas, artistas plásticas e visuais, em várias cidades do país, e faz coberturas de eventos, como a "Marcha das mulheres", entre outros, alertando a sociedade para temas de relevância social.

[5] Mais informações sobre a Associação no endereço https://www.facebook.com/mulheresdaimagem/.

Mariza, 49 anos, natural de São Paulo, sempre foi autônoma, descobriu que queria trabalhar com o fotojornalismo durante o curso de Jornalismo, começou como repórter de texto e foto, e também atua em assessoria de imprensa.

Luana é documentarista, tem 36 anos, nasceu em São Paulo, mãe de uma criança de dois anos, faz parte da associação de fotógrafas YVY Mulheres da Imagem e cursou jornalismo. Começou trabalhando com texto e foto, e da fotografia voltou seu trabalho para o vídeo-documentário, nas funções de diretora e operadora de câmera. Acha extremamente relevante os movimentos que mostram os trabalhos das mulheres no audiovisual, por ser uma profissão ainda dita como masculina.

Durante as entrevistas foi possível notar semelhanças nos relatos a respeito do início de suas carreiras. Quando questionadas sobre a ausência das mulheres no fotojornalismo no século XX, elas responderam que o grupo era majoritariamente composto por homens, mas havia sempre de quatro a cinco mulheres nas redações.

Elas entraram na atividade de repórteres fotográficas para "substituir" os homens que tiravam férias ou se aposentavam. Essa realidade remete à inserção da mulher no mercado de trabalho citado anteriormente nesta pesquisa, por motivos semelhantes. As mulheres ingressaram no mercado de trabalho quando os homens foram para a guerra e as fábricas necessitavam de mão de obra. A responsabilidade delas era a de "ocupar" esses lugares por tempo determinado e sustentar suas famílias, o que ainda é uma realidade. Uma das entrevistadas menciona: "Nós não começamos registradas, a gente estava cobrindo férias de fotógrafos que iam ser futuramente aposentados. Então, cada vez que aposentava um, entrava outra. Eu ainda demorei uns seis meses para ser contratada."

A maior dificuldade apontada pelas entrevistadas foi conseguir realizar as pautas que os homens faziam, pois eram designadas para outros temas mais "femininos", como fotografias para revistas e editoria de cultura. Tiveram que se superar para conseguir respeito da equipe de profissionais, segundo o que disseram. Uma das entrevistadas chega a mencionar que "até viajava" com eles nas coberturas.

A entrevistada Mariza diz ter aprendido muito a ter autonomia, inclusive com as dificuldades para carregar os equipamentos e lidar com outras situações de desafio. Isso a ajudava a conhecer mais e se arriscar no campo do fotojornalismo. A participante disse ter aproveitado as oportunidades para mostrar seu potencial.

A dupla jornada é outra questão que interfere no exercício da profissão, o papel de mãe e dona de casa leva a discussões mais amplas. Roberta comentou, inclusive, que foi uma mãe ausente durante seus trabalhos como repórter fotográfica, devido às viagens de cobertura. Mas não se arrepende de sua escolha, hoje é avó e convive muito bem com sua filha e neta. A profissional ainda credita à mulher o dever exclusivo de educar os filhos, sendo que a culpa de não estar mais próxima da filha é evidente em sua fala.

Quando questionadas a respeito do futuro do fotojornalismo diante das novas tecnologias, as fotos de amadores e a emergência do imediatismo que as redes sociais digitais exigem, elas comentam que isso não é uma ameaça ao fotojornalismo, uma vez que o repórter fotográfico tem seu olhar diferenciado e o essencial é buscar sempre a qualidade do trabalho. As entrevistadas mostram que valorizam a profissão de fotojornalista pelas habilidades necessárias e os desafios das pautas, uma identidade que as aproxima.

Outra observação foi a crise que ocorre nas redações, com a perda de muitos postos de trabalho. Isso acarreta em acúmulo de funções, normalmente assumidas pelo próprio repórter. Essa situação gera perda de qualidade na execução de um trabalho, uma vez que a falta de profissionais para realizar reportagens nas ruas diminui o aprofundamento da informação.

Ao comparar suas atividades entre os séculos XX e XXI, as fotojornalistas disseram que a tecnologia contribuiu muito para a evolução do trabalho na área, e consideram que a presença da mulher no fotojornalismo é mais visível do que décadas atrás. A preocupação exposta em suas falas sobre o exercício da profissão na atualidade é a falta de recursos financeiros e a crise das redações.

Considerações Finais

Diante das entrevistas e das pesquisas bibliográfica e documental foi possível notar que a participação das mulheres no fotojornalismo durante

o século XX foi pouco valorizada na memória de publicações expressivas, como *A Folha de S.Paulo* e *Diário do Grande ABC*, e que o ingresso nas redações se deu muito mais pela ausência dos homens do que pela valorização do trabalho das fotojornalistas. Lutaram por pautas mais densas e para conquistar a confiança dos colegas de trabalho muitas vezes superando-se.

Essas mulheres acreditam que hoje existem mais oportunidades, porém a crise nas redações tem refletido de forma negativa no trabalho das repórteres fotográficas. Atualmente a maioria trabalha no mercado informal, como autônoma, se reinventando. Tiveram que aprender a entrar na era digital no início deste século e a adaptar suas funções. Também criaram uma associação, para valorizar a profissão e as pautas de relevância social.

Poucas mulheres ocupavam as redações no passado, mas hoje, apesar de haver maior presença delas no jornalismo, não há como afirmar se houve um crescimento significativo das fotojornalistas, pela inexistência de pesquisas sobre o tema. Em estudos a respeito da atuação da mulher no mercado de trabalho, a luta para enfrentar os valores da sociedade patriarcal, materializada em atitudes heroicas de algumas pioneiras e na participação em movimentos feministas, tem ajudado a difundir os direitos das mulheres e a conscientizar a sociedade sobre os impactos negativos decorrentes da divisão sexual do trabalho. É preciso avançar, para ocupar todos os espaços de direito.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo, 3ª edição, 1981.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Lúcia Ana. Gênero e educação. **Revista Em Aberto**, Brasília, v.27, n.92, p.21-42, 2014.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: Primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor.** Grupo de estudos Alterjor, Escola Comunicação Arte-USP, [a.20], n.03, p.02-10, 2011.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 11ª edição, 1980.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Diário do Grande ABC: 25 anos de fotojornalismo. **Diário do Grande ABC**, Santo André-SP., 1983.

FOLHA de S.Paulo. **Fotojornalismo**. São Paulo, 1988.

GRUPO FOLHA. A história por trás da foto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Fev. 2011. Seção Fotofolha. Disponível em: <http://arte.folha.oul.com.br/fotografia/2016/02/28/a-historia-por-tras-da-foto/#foto0>. Acesso em: 09 mar. 2016.

GRUPO FOLHA. Conheça a Folha, **Folha de S.Paulo**, São Paulo. Seção jornais. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201604_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

KLUZ, Madel. **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual, Coleção Tendências, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1982.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4° edição ampliada, Ateliê Editorial, São Paulo, 2012.

MICK, Jaques; Lima, Samuel. Perfil do jornalismo brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MOÇO, Wilson. Com 59 anos de história, Diário reafirma defesa do Grande ABC. **Diário do Grande ABC**, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://www.dgabc.com.br/Noticia/2672528/com-59-anos-de-historia-diario-reafirma-defesa-do-grande-abc. Acesso em: 6 abr. 2017

OLIVEIRA, Paulo Gomes de. **Formação Jornalística**. Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1970.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no Trabalho.** Tendências 2016. Disponível em:<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf>. Acesso em 6 abr. 2017.

PERSICHETTI, Simonetta. A encruzilhada do fotojornalismo. **Discursos fotográficos**. Londrina, v.2, n.2, p.179-190, 2006.

ROCHA, Paulo Melani; SOUZA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Revista Impulso**. Piracicaba, 21 (51), p.7-18, 2011.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Nathália Cunha da. **Mulheres no fotojornalismo:** Uma análise cultural da relação entre identidades de gênero e a prática do fotojornalismo na contemporaneidade. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo.** Uma introdução à história, às técnicas e a linguagem da fotografia na imprensa. Porto, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

PARTE III:
LUTAS E VITÓRIAS

MULHERES JORNALISTAS, MOVIMENTO SINDICAL E AÇÕES AFIRMATIVAS DE GÊNERO

Michelle Roxo de Oliveira[1] e Francisco de Assis[2]

A profissão de jornalista se feminizou. Pesquisas já revelaram que o jornalismo brasileiro, historicamente marcado pela atuação masculina (MARQUES DE MELO, 2003, p. 122), se tornou um campo de atuação predominantemente feminino (FIGARO, 2013, p. 29), estimando-se que ao menos 63% de seu contingente de profissionais seja constituído por mulheres (MICK & LIMA, 2013, p. 33). O cenário atual é resultado de uma ascensão gradativa. Na cidade de São Paulo, por exemplo, segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), havia, em 1939, apenas 2,8% de mulheres jornalistas com registro profissional; em 1950, 7%; em 1970, 10%; em 1980, 40,2%; e em 1995, por fim, 64,8% (RIBEIRO, 1998, p. 161).

Mas o lugar por elas ocupado nesse âmbito ainda está longe de se equiparar ao dos homens. As desigualdades verificadas em diversos setores da sociedade, como a salarial,[3] por exemplo, se refletem na atividade de que estamos tratando. Apesar de ser empreendido mais por mulheres, o jornalismo ainda reproduz padrões hegemônicos ligados ao machismo (MARQUES DE MELO, 2013, p. 101) e à heteronormatividade (DARDE, 2009, p. 195). Não apenas em seus discursos, mas também nas rotinas de produção e na própria organização do mercado de trabalho que conforma. Isso tudo faz, enfim, com que "o gênero do jornalismo" seja "o masculino" (SILVA, 2014, p. 331).

---

[1] Jornalista e bacharela em Ciências Sociais. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário. e-mail: michelle_roxo@yahoo.com.br

[2] Jornalista. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário. e-mail: francisco@assis.jor.br.

[3] Pesquisa divulgada em março de 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela ainda o fato de elas trabalharem mais tempo e serem mais qualificadas (MULHER..., 2018, online).

Em razão dessa visível – e, insistimos, histórica – diferença, às mulheres parece se exigir algo mais: uma atuação que não apenas revele competências técnicas e corresponda às prescrições das empresas jornalísticas, em termos de produtividade, como também drible preconceitos e dificuldades culturalmente fixados ou, ainda, as obrigue a aderir a um padrão masculino para alcançar reconhecimento (CORAZZA, 2006, p. 94; LELO, 2017, p. 11-15; ROCHA, 2004, p. 199). Desde que se inseriram na profissão de jornalista, elas foram se colocando em meio a lutas de toda ordem, no sentido de se afirmarem como aptas ao exercício de uma atividade por muito pertencente ao grupo das "profissões masculinas" (HIME, 2002, p. 158) e, consequentemente, garantirem seus direitos.

A abordagem que fazemos neste capítulo trata justamente de ações afirmativas de gênero empreendidas por mulheres jornalistas, nas últimas quatro décadas, com respaldo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP)[4]. Tomamos, como ponto de partida, três datações em que inciativas concretas despontaram: 1979, com a realização do 1º Encontro da Mulher Jornalista e a formação de uma Comissão de Mulheres, resultante do evento; 2010, com a criação do Coletivo da Mulher Jornalista; e 2016, com a retomada do segundo coletivo, mas agora denominado Comissão de Jornalistas pela Igualdade de Gênero.

Nossa intenção, ao nos voltarmos para esses momentos, é mapear as pautas reivindicadas pelas profissionais em meio ao movimento sindical, projetando-as nos seus respectivos momentos sócio-históricos e tentando, de certo modo, situá-las em meio às discussões mais amplas da categoria estabelecidas em cada recorte temporal.

---

[4] Muito embora tomemos como parâmetro, para nossa discussão, ações iniciadas em 1979, temos ciência de que antes disso mulheres jornalistas já haviam se mobilizado para se organizar como grupo no âmbito do SJSP. Durante a pesquisa documental que realizamos na sede do sindicato, localizamos uma ata de registro das atividades de um Departamento Feminino do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, criado em outubro de 1956, material que pretendemos analisar sistematicamente num futuro breve. Numa leitura inicial, no entanto, encontramos indícios de que as inquietações do grupo à frente daquela iniciativa pareciam estar voltadas menos a reivindicações de direitos e/ou de melhores condições de trabalho, e mais a ações que, em certos aspectos, reforçam o estereótipo da mulher ligada a atividades "amenas".

Três iniciativas a decifrar

Para explorar as três ações mencionadas[5], valemo-nos principalmente de exemplares do *Unidade* – publicação oficial do SJSP –, que nos permitiu visualizar como a questão de gênero foi representada em cada contexto. Os procedimentos metodológicos[6] ainda foram complementados com entrevistas concedidas por duas jornalistas que integram a atual diretoria do sindicato: Cândida Vieira, secretária-geral, e Priscilla Chandretti, secretária de comunicação e cultura. Ambas estão envolvidas com a comissão mais recente e a primeira delas ainda integrou a segunda das iniciativas consideradas.

A leitura sistemática do jornal obedeceu à seguinte estratégia: foram observadas todas as edições publicadas nos anos em que grupos se formaram (1979, 2010 e 2016) e também as que circularam nos anos imediatamente subsequentes (isto é, 1980, 2011 e 2017), de modo que as articulações das jornalistas pudessem ser compreendidas dentro de um cenário circunscrito a um biênio.

O recorte utilizado para análise foi composto por 56 exemplares, sendo 22 do biênio 1978-1980, 21 de 2010-2011 e 13 de 2016-2017. A variação de quantidade entre os períodos corresponde ao fato de que a periodicidade do *Unidade* é irregular.

A leitura desse conjunto orientou-se exclusivamente pela busca de matérias que se focassem nas mulheres, independentemente de tratar das comissões. Foram desconsideradas aquelas em que a questão de gênero relacionada a elas aparecia apenas como menção secundária, em meio a uma abordagem mais ampla (como, por exemplo, sobre assédio moral no ambiente de trabalho). Por outro lado, levamos em conta os textos que apresentaram perfis de mulheres tidas como notáveis por sua atuação no jornalismo,

---

[5] Chegamos a essas inciativas de diferentes maneiras. A de 1979 foi identificada no livro que José Hamilton Ribeiro (1998, p. 225) escreveu sobre os 60 primeiros anos do SJSP. A de 2016 consta em nota publicada no site do próprio sindicato (http://www.sjsp.org.br). E a de 2010, enfim, foi indicada ao longo de entrevistas realizadas com as jornalistas Cândida Vieira e Priscilla Chandretti, atualmente envolvidas na Comissão de Jornalistas pela Igualdade de Gênero. A partir dessas datações é que desenhamos a metodologia que guiou nossa consulta aos exemplares do *Unidade.*

[6] Registre-se que o trabalho por nós realizado se constitui em pesquisa documental de caráter exploratório.

porque neles emergem, implícita ou explicitamente, aspectos relacionados à condição das trabalhadoras da imprensa. Como resultado inicial, chegamos a 33 matérias com esse escopo.

No primeiro biênio, houve 10 ocorrências, sendo que apenas uma delas foi anunciada em chamada de capa[7]:

Tabela 1 - A mulher nas páginas do *Unidade* (1979-1980)

Título	Edição	Chamada
Mulher em baixa (como sempre)	Jan./1979	Não
Mulher jornalista: vem aí seu encontro	Ago./1979	Sim
A mulher metalúrgica vai começar seu congresso	Ago./1979	Não
Encontro da mulher jornalista: elas se organizam	Out./Nov./1979	Não
O encontro das jornalistas cariocas	Dez./1979	Não
A primeira repórter fotográfica do Brasil	Dez./1979	Não
Mulheres paulistas se reúnem no 2º congresso	Jan./Fev./1980	Não
Mulheres abrem espaço	Mar./Abr./1980	Não
De novo, mulher não entra na Agência Folha	Mar./Abr./1980	Não
"Mulher" é tema para o Salão de Humor	Jul./Ago./1980	Não

Já no segundo biênio, identificamos 12 matérias, sendo que três foram destacadas em chamadas:

[7] Destacamos as ocasiões em que a temática aqui privilegiada foi apresentada já na capa do jornal porque isso revela, de certo modo, a representatividade que a pauta demonstra ter em cada biênio. Ainda que não possibilite avançar em interpretações, a observação das Tabelas 1, 2 e 3 faz ao menos concluir que essa visibilidade foi crescendo ao longo do tempo.

Tabela 2 - A mulher nas páginas do *Unidade* (2010-2011)

Título	Edição	Chamada
Sindicato forma coletivo e homenageia sindicalizadas	Mar./2010	Sim
Marcha Mundial das Mulheres	Mar./2010	Não
Livro conta história das precursoras da profissão	Mar./2010	Não
Mulher jornalista é maioria, mas ganha menos que os homens	Abr./2010	Não
Em 1937, Sindicato só tinha uma mulher sindicalizada	Abr./2010	Não
Neusa Pinheiro, a mais antiga filiada do Sindicato	Abr./2010	Não
Emoção marca homenagem e formação do coletivo de mulheres	Abr./2010	Não
A regulação da mídia e as mulheres jornalistas	Mar./2011	Não
Mulheres são maioria, mas poucas são sindicalizadas	Mar./2011	Sim
Diretora e conselheira do Sindicato homenageadas pela Comissão de Anistia	Abr./2011	Sim
Jornalista brasileira é nova secretária executiva da FIJ	Abr./2011	Não
Gênero, raça e etnia foi tema de curso para os jornalistas	Set./2011	Não

Por fim, no terceiro biênio, localizamos 11 matérias, das quais quatro receberam atenção nas chamadas:

Tabela 3 - A mulher nas páginas do *Unidade* (2016-2017)

Título	Edição	Chamada
A luta feminina na política: elas são jornalistas e sindicalistas	Fev./ Mar./2016	Não
Sindicato se reúne com ex-estagiária do iG	Jul./2016	Não
"Ainda que exista machismo, novamente uma mulher vai ocupar a presidência da Fenaj"	Ago./2016	Sim
Sindicato reativa comissão de mulheres	Ago./2016	Sim
Caso de assédio no iG mobiliza jornalistas	Ago./2016	Sim
Cantor assedia jornalista durante entrevista (retrospectiva)	Dez./2016	Não
Sindicato cria canal para denúncias de assédios moral e sexual (retrospectiva)	Dez./2016	Não
Nenhuma a menos!	Jan./ Fev./2017	Não
Mulheres jornalistas: rotinas de lutas e desafios	Mar./2017	Sim
Luta contra o golpe e reforma da Previdência marcam Dia da Mulher	Mar./2017	Não
A mulher invisível	Mar./2017	Não

A partir desse levantamento, vamos discutir, a seguir, as pautas sobre a mulher jornalista levantadas pela entidade sindical, nesses diferentes períodos, considerando os marcadores oferecidos pelos próprios textos. Nesse esforço, consideraremos desafios, limites e avanços experimentados no mundo do trabalho do jornalismo, bem como os significados atribuídos às comissões e às suas agendas.

1979-1980: organização e luta por direitos

Das 10 matérias sobre a temática encontradas no *Unidade*, no período de 1979 a 1980, seis abordam iniciativas de organização das mulheres em encontros e congressos, não restritas a ações de jornalistas. A circulação de um discurso sobre a mobilização e a luta por direitos articula-se, ali, a uma

agenda mais ampla de trabalhadoras de outros setores. Assim, o 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas de São Paulo (A MULHER..., 1979, p. 15), o 2º Congresso da Mulher Paulista e a Semana da Mulher Bancária (MULHERES PAULISTAS...,1980, p. 10) ganham espaço na cobertura, reforçando a existência de pautas comuns, como a desigualdade entre os salários recebidos por homens e mulheres e nas oportunidades de acesso a determinados cargos ou posições de chefia, bem como a necessidade de creches e de respeito à legislação que protege a trabalhadora grávida.

Na edição de agosto de 1979, é anunciada a realização do 1º Encontro da Mulher Jornalista, com a convocação de profissionais a participarem de três dias de atividades na sede do sindicato, no mês seguinte. A iniciativa é associada a uma série de problemas específicos enfrentados pelas mulheres e que estavam "sendo relegados a um plano inferior nas discussões da categoria, quando não simplesmente esquecidos ou até ignorados" (MULHER JORNALISTA..., 1979, p. 7). O trecho destacado revela a dificuldade, experimentada internamente, para que a luta sindical incorporasse reflexões e proposições que contemplassem tais particularidades. Isto é, a crítica deixa entrever que o jornalista como trabalhador, tomado idealmente como "gênero neutro", era o ponto por onde a via sindical olhava os problemas da categoria e sua necessidade de mobilização, sem constituir-se, até então, como um espaço de representatividade das demandas de gênero. Se a participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado foi paulatinamente ampliada, o mesmo não se pode dizer sobre sua integração no espaço sindical, como afirmam Chantal Rogerat e Marie Hélène Zylberberg-Hocquard (2009, p. 240): "Incluir as mulheres na vida sindical ainda hoje significa – mas de forma mais complexa do que antes – integrá-las com base no modelo dominante, do trabalhador masculino".

Para além de textos associados à participação feminina em encontros, congressos e comissões específicas – os quais particularmente nos interessam –, o *Unidade* também traz, no período, matérias que enaltecem as experiências de algumas jornalistas, como, por exemplo, a primeira repórter fotográfica do Brasil, Mary Zilda (A PRIMEIRA..., 1979, p. 12), ou denunciam políticas discriminatórias à contratação de mulheres, como episódios

envolvendo a Agência Folha (DE NOVO..., 1980, p. 13)[8]. A discriminação é ainda retratada no texto "Mulheres em baixa (como sempre)", publicado em janeiro de 1979, que critica, em suas linhas iniciais[9], outra barreira de acesso e progressão na carreira: a associação entre a mulher e o trabalho em determinadas editoriais, ou seja, a circunscrição dos limites de atuação da jornalista a um círculo de temáticas supostamente melhor ajustadas à condição feminina e associadas a posições de menor prestígio e poder no campo jornalístico, nos termos de Pierre Bourdieu (1997). Diz o texto do jornal:

> As mulheres sempre foram estimuladas a atuar em 'áreas selecionadas' do jornalismo brasileiro, como os cadernos femininos, enquanto os 'assuntos sérios' ficavam para os homens. A situação modificou-se aos poucos e hoje há muitas mulheres em áreas de Economia, Política, Internacional, Fotografia e Esportes. Mas a discriminação persiste (MULHERES EM BAIXA..., 1979, p. 11).

Na edição de outubro/novembro de 1979, são destacadas, em cobertura de página inteira, as reivindicações centrais do 1º Encontro da Mulher Jornalista, que contou com a presença de 150 participantes. A matéria chama a atenção para uma série de aspectos que dificultam as condições de trabalho das mulheres no jornalismo e expressam assimetrias em relação aos homens, tais como a dupla jornada e a desigualdade salarial. Por um lado, o crescimento da presença feminina nas redações – dado que irá se acentuar no

---

[8] Há, ainda, no conjunto, uma pequena nota informando que o tradicional Salão Internacional de Humor de Piracicaba, a ser realizado de 16 de agosto a 7 de setembro de 1980, dedicará uma exposição especial de cartuns ao tema "Mulher". Apesar de acentuar, no título e no primeiro parágrafo, que a mostra dará destaque à temática da mulher, o restante do texto não contextualiza essa escolha, dedicando-se somente a esclarecer os trâmites de inscrição (MULHER..., 1979, p. 6).

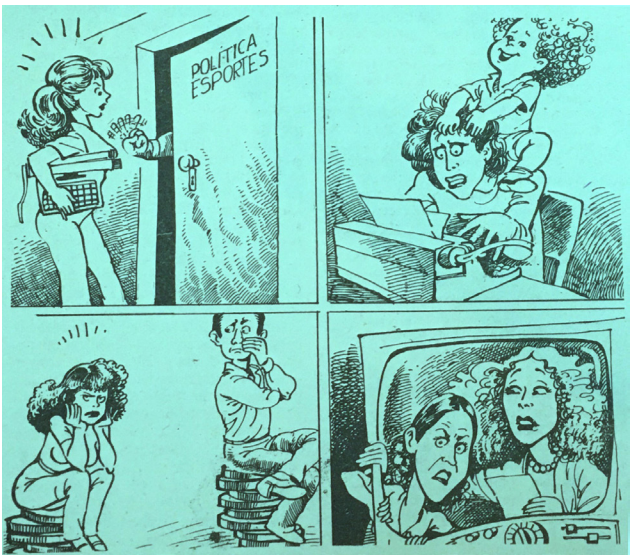
[9] O texto traz relatos de mulheres que atuam no jornalismo econômico, transcritos de boletim publicado pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Na ocasião, seis jornalistas foram provocadas pela associação a responder à seguinte pergunta: "Há discriminação à mulher no jornalismo econômico?". Seus depoimentos abordam diferentes formas de discriminação no mundo do trabalho, desde a dificuldade de acesso a determinadas editorias e do reconhecimento da capacidade para realizar determinadas tarefas até relatos de assédio cometido por fontes.

futuro, como já dito –; por outro, persistiam limites em relação à igualdade de condições de acesso, permanência e ascensão no campo profissional. Vejamos um trecho:

> A falta de creches e a discriminação salarial são dois grandes problemas enfrentados pela mulher jornalista, como se verificou durante o Encontro. Com a falta de creches, nossas companheiras acabam sofrendo maior desgaste devido à dupla jornada de trabalho, pois é a mulher quem efetivamente assume os cuidados com os filhos. [...] Embora a categoria venha sendo atingida por um progressivo achatamento salarial, pôde-se constatar, pelo Encontro, que mulher sofre maior discriminação principalmente no acesso a cargos e áreas melhor remuneradas. A restrição do mercado de trabalho do jornalista faz com que a mulher muitas vezes se sujeite a trabalhar sem registro e sem as mínimas garantias, situação agravada pelo fato da maioria não conhecer seus direitos (ENCONTRO..., 1979, p. 20).

A edição anterior do *Unidade* já havia, de certo modo, antecipado essa agenda em ilustrações que acompanham a convocatória do encontro. Vale a pena reproduzi-las:

Figura 1 - Ilustrações alusivas à situação da mulher jornalista em 1979



Fonte: Unidade (ano 5, n. 49, ago. 1979, p. 7)

A necessidade de creches nas empresas e de ampliação do período de estabilidade da gestante surge como importante ponto de reivindicação, sinalizando que o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas, ao recair fundamentalmente sobre as mulheres, cria dificuldades de inserção/manutenção de posições no mercado, dentro de um "sistema de gênero" (HIRATA & KERGOAT, 2008, p. 263) que diferencia/hierarquiza homens e mulheres e sustenta toda uma dinâmica de divisão social do trabalho. Sabe-se que a experiência do trabalho assalariado torna-se mais penosa para as mulheres, uma vez que concepções arraigadas sobre papéis sociais de gênero associam a elas a responsabilidade de realizar tarefas necessárias à reprodução da vida[10] (MIGUEL & BIROLI, 2014).

O trecho do *Unidade* reproduzido há pouco também deixa entrever que a instabilidade dos vínculos de emprego e a ocupação de cargos mais precários do setor – como aqueles "sem registro e sem as mínimas garantias" – acabavam atingindo as mulheres de forma mais recorrente. Havia, portanto, a preocupação de visibilizar as especificidades da condição feminina, sem desconsiderar, contudo, as relações sociais de classe e de exploração que atingem a totalidade dos trabalhadores. O jornal sublinha: "a mulher jornalista, como toda a classe trabalhadora, vive sob um regime de exploração e opressão, com o agravante de sua própria condição de mulher" (ENCONTRO..., 1979, p. 20). Em outras palavras, era preciso considerar de maneira simultânea as relações sociais de classe e as desigualdades que caracterizam a divisão sexual do trabalho para se adentrar na complexidade das formas de dominação e nas clivagens existentes entre elas e compreender como esses fenômenos intensificam as condições de precarização do trabalho vivenciadas pelas mulheres. Thales Vilela Lelo (2017, p. 4) pontua, a respeito: "inserir a divisão sexual do trabalho como um componente adicional de pre-

[10] Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2008, p. 264-267), com o crescimento da representação feminina no mercado de trabalho, a condição de desigualdade de repartição do trabalho doméstico se atualiza a partir de novas configurações, que vão do fenômeno da dupla jornada à delegação do trabalho doméstico a outros grupos de mulheres em condições sociais menos favorecidas (que assumem as tarefas necessárias à reprodução da vida em troca de um salário). O trabalho doméstico continua a recair, ainda hoje, fundamentalmente sobre as mulheres, em que pesem as diferenças nacionais entre países como França, Japão e Brasil, abordados pelas pesquisadoras.

cariedade no setor é fundamental para refletir sobre obstáculos exclusivos às mulheres que paulatinamente se aventuram no jornalismo".

A matéria ainda aponta para a necessidade de "imediata mobilização das mulheres" e do olhar da categoria como um todo para essas questões. Como resultado do encontro, e "para que as reivindicações possam ser levadas adiante, com novas formas de ação e organização", anuncia, enfim, a formação de uma comissão específica no sindicato[11], que teria as seguintes atribuições:

> "debater o novo Código Nacional do Trabalho, centralizar as denúncias de discriminação da mulher jornalista, encaminhar matérias para a Comissão Editorial do Unidade sobre as questões específicas, organizar debates e apresentar filmes sobre a situação da mulher, entrar em contato com outros grupos de mulheres e departamentos femininos de outros sindicatos, encaminhar a participação efetiva na coordenação de movimentos por creches, estudar a criação de um Departamento Feminino no Sindicato e encaminhar ao DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] pesquisa científica sobre a situação da mulher jornalista" (ENCONTRO..., 1979, p. 20).

Os registros sobre essa primeira iniciativa de constituição de uma comissão de mulheres via sindicato parecem restritos às breves menções feitas pelo próprio *Unidade* e por Ribeiro (1998, p. 225), segundo nossa pesquisa conseguiu apreender até aqui. Em diálogos com integrantes da atual Comissão de Jornalistas pela Igualdade de Gênero, também não conseguimos outras pistas que nos levassem a compreender a trajetória daquele coletivo criado em 1979 e os motivos de sua desativação, o que reforça a importância de um trabalho de construção de memória a esse respeito. A invisibilidade política ou os esquecimentos em torno das lutas encampadas pelas jornalis-

[11] Na edição seguinte do *Unidade*, de dezembro de 1979, somos informados sobre a realização de um encontro das jornalistas cariocas realizado naquele mês, que também teve como desdobramento a criação de uma comissão aberta de mulheres, com o objetivo de encaminhar as reivindicações sistematizadas durante o evento e a criação de um departamento feminino no sindicato (O ENCONTRO..., 1979, p. 11). A menção indica como iniciativas desta natureza começavam a ser articuladas, naquele momento, para além do diretório paulista.

tas reforçam a perspectiva de que, a exemplo de outros campos sociais, a história do jornalismo, em grande medida, se constitui como narrativa protagonizada e escrita por homens. Como alega Michelle Perrot (2005, p. 14), em seu *As mulheres ou os silêncios da história*,

> longe de ser fruto do acaso, a constituição do Arquivo, da mesma forma que a constituição ainda mais sutil da Memória é o resultado de uma sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor. O mesmo ocorre no que concerne à narrativa histórica, outro nível destes silêncios encaixados uns nos outros. É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente.

2010-2011: crescimento no mercado de trabalho e chamado à adesão sindical

Após um hiato de três décadas, a organização das jornalistas no âmbito sindical retorna à agenda do SJSP e de seu jornal. Isso não significa dizer que a pauta de gênero não tenha figurado durante esse intervalo de tempo, mas desconhecemos ter havido mobilizações significativas no sentido de continuar a comissão proposta no fim dos anos 1970. Ao contrário, há indícios de que a mobilização daquele período parece ter caído no esquecimento dos próprios integrantes do sindicato, uma vez que, ao propor outra agremiação – chamando-a de Coletivo da Mulher Jornalista –, as sindicalistas envolvidas – já pertencentes a outra geração de profissionais – desconheciam a ação anterior.

Cândida Vieira, que esteve à frente dos trabalhos, relata que a descoberta da primeira comissão se deu na própria cerimônia de criação do novo coletivo, na qual também foram homenageadas oito jornalistas com mais de 50 anos de filiação[12], algumas delas participantes da comissão de 1979.[13]

[12] O grupo de jornalistas homenageadas na cerimônia de 23 de março de 2010 foi constituído por Neusa Sant'Ana Pinheiro Coelho, Clara Clouzet, Regina Helena de Paiva Ramos, Lenita Miranda de Figueiredo, Neyde Soares e Alice do Carmo Calderaro Martins, que estiveram presentes, e Edy Maria Dutra da Costa Lima e Heloisa Soares, que não puderam comparecer (EMOÇÃO..., 2010, p. 7).

[13] Conforme entrevista concedida por Cândida Vieira, aos autores, em 21 de setembro de 2018.

A ideia dessa segunda ação se deu durante reunião ocorrida em data simbólica: 8 de março de 2010, precisamente o centenário de estabelecimento do Dia Internacional da Mulher. Surgiu, também, em paralelo à constatação de que elas já eram maioria entre os jornalistas e que, por isso mesmo, precisavam se articular melhor. Conforme destacado na edição daquele mês (SINDICATO..., 2010, p. 5), o agrupamento que seria criado no dia 23 tinha como proposta

> estimular a participação das jornalistas em sua entidade sindical; discutir questões de gênero que permeiam as relações de trabalho; discutir e lutar por um melhor posicionamento da mulher na sociedade, juntando forças com outros coletivos e fóruns de mulheres e dar viés de gênero em todos os programas, ações e atividades do Sindicato.

Questão de fundo da iniciativa parece ser a percepção de que as mulheres, embora constituam maior número na categoria, são minoria entre os sindicalizados, o que não só é afirmado em uma das matérias do biênio (MULHERES..., 2011, p. 4), como também foi destacado pela pesquisa liderada por Roseli Figaro (2013, p. 29) a respeito das mudanças no mundo do trabalho do jornalista.[14] Daí, portanto, a necessidade de atraí-las a um movimento que se orienta à defesa da manutenção dos direitos legalmente garantidos aos trabalhadores.

Na percepção de Cândida Vieira, a baixa adesão das jornalistas ao sindicato está relacionada ao fenômeno da dupla jornada – a responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e a divisão desigual do usufruto do tempo –, que dificulta a realização de outras atividades[15]: "Ter que sair do trabalho

[14] A pesquisa liderada por Figaro (2013, p. 21) abordou quatro grupos de jornalistas: 1) "jornalistas captados de maneira aleatória, via rede social de contato"; 2) "sócios do Sindicato dos Jornalistas [Profissionais] no Estado de São Paulo"; 3) "jornalistas empregados em empresa de comunicação"; e 4) "jornalistas sem vínculo empregatício (freelancers)". Desses, apenas o segundo – que foi constituído por 340 respondentes ao questionário enviado pelos pesquisadores – "apresentou um número maior de jornalistas do sexo masculino", isto é, 57% (FIGARO, 2013, p. 29). Esse predomínio – que conflita com o panorama da categoria – também se verificava, em 2010, nos dados oficiais do SJSP, segundo os quais, do total de 3.968 jornalistas sindicalizados (atuantes tanto na capital quanto no interior de São Paulo), 2.615 eram homens (66%), contra 1.353 (34%) mulheres (MULHERES..., 2011, p. 4).

e ir para casa, assumir uma série de responsabilidade com filho, buscar filho na creche, buscar filho na escola... Na época, nós conseguimos levantar esse tipo de problema. [...] Atribuo também à própria dinâmica das principais redações. A gente ficava com dificuldade de acessar um horário que as mulheres pudessem participar."[16]

Priscilla Chandretti, que coordena a Comissão de Jornalistas pela Igualdade de Gênero, sobre a qual discorreremos no tópico seguinte, concorda com essa ideia, mas acrescenta um fator complementar: a variável geracional. Se, no cenário da profissão no Brasil, as mulheres não só são maioria como também são predominantemente jovens , no contexto do SJSP elas constituem contingente menor de sindicalizados, comparativamente aos homens, e pertencem a gerações mais velhas[18]:Se a gente olha as redações, a grande maioria das mulheres que está presente são das gerações mais novas, da minha faixa etária [dos 30 anos] pra baixo, que são exatamente as pessoas menos sindicalizadas e que estão mais afastadas do sindicato. Então, é um desafio duplo isso aí: é um desafio tanto de trazer mais mulheres como também de trazer os mais jovens, e refletir no sindicato seus interesses, suas pautas, suas discussões.[19]

---

[15] Em 2016, as mulheres brasileiras dedicaram quase 73% mais horas do que os homens com o cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, segundo dados do estudo do IBGE intitulado "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil". São elas que, em geral, têm de conciliar simultaneamente responsabilidades profissionais e familiares, cabendo aos homens uma participação mais pontual e esporádica na esfera doméstica (BRASIL, 2018, p. 3).

[16] Trecho da entrevista concedida por Cândida Vieira, aos autores, em 21 de setembro de 2018.

[17] Jacques Mick e Samuel Lima (2013, p. 33), em pesquisa dedicada a traçar o perfil do jornalista brasileiro, concluíram que, demograficamente, a categoria é "predominantemente feminina, jovem e branca". Os dados geracionais por eles alcançados são os seguintes: "Têm até 30 anos 59% dos jornalistas (11% na faixa entre 18 e 22 anos e 48% na faixa entre 23 e 30 anos). Têm entre 31 e 40 anos 21,9% dos profissionais. Os percentuais decrescem significativamente nas faixas de idade mais elevadas: são 11,1% entre 41 e 50 anos; 7,6% entre 51 e 64 anos; e apenas 0,4% acima de 64 anos."

[18] O SJSP não dispunha, no momento em que realizamos a pesquisa de campo, de um levantamento sistematizado que permitisse afirmar com exatidão a porcentagem de filiadas e suas faixas etárias. A afirmação feita por Priscilla Chandretti diz respeito, portanto, às percepções formadas em sua experiência cotidiana. Ela presume que, atualmente, as mulheres correspondam a cerca de 40% dos sindicalizados do SJSP.

O coletivo criado em 2010 manteve-se atuante por cerca de dois anos, segundo estimativa de Cândida Vieira: "Foram dois anos de muita dificuldade pela baixa participação das mulheres". Em seu modo de ver, não havia, no sindicato, uma "tradição" de olhar para questões de gênero. A partir dali, no entanto, foi dada, gradativamente, atenção a essa demanda, como as experiências a serem tratadas na sequência irão demonstrar. "Acho que o sindicato vem melhorando a sua percepção a respeito da problemática da mulher e, por outro lado, a gente também sente que o sindicato foi abrindo mais as suas portas e sua forma de atuar de modo que mais mulheres têm participado", diz a sindicalista.[20]

Podemos inferir que as ações afirmativas de gênero realizadas no contexto de 2010, no SJSP, estão intimamente atreladas a questões mais amplas da categoria, especialmente à necessidade de fortalecimento do movimento sindical (chamando as mulheres à sua participação) e ao debate acerca do direito mais básico do trabalhador: o salário. Isso se reforça direta ou indiretamente. Veja-se que, do conjunto de 12 textos selecionados no recorte de dois anos, metade se refere a personagens de destaque que têm estreita relação com o sindicato – apresentando breves perfis (LIVRO..., 2010, p. 6-7; NEUSA..., 2010, p. 7), mencionando atuações em entidade representativa internacional (JORNALISTA..., 2011, p. 9) ou informando sobre homenagens (SINDICATO..., 2010, p. 5; EMOÇÃO..., 2010, p. 7; DIRETORA..., 2011, p. 9) – e outras quatro tratam justamente do aspecto da sindicalização e da desigualdade salarial (MULHER..., 2010, p. 6; EM 1937..., 2010, p. 6; A REGULAÇÃO..., 2010, p. 2; MULHERES..., 2011, p. 4). Ademais das menções sobre trajetórias profissionais que enaltecem a posição da mulher jornalista no mercado, no curso do tempo – com especial atenção àquelas que militaram durante os anos de ditadura (1964-1985) –, a remuneração desnivelada é a principal temática destacada, revelando que as reivindicações de 30 anos antes permanecem e que, portanto, pouco avanço houve a seu respeito.

---

[19] Trecho da entrevista concedida por Priscila Chandretti, aos autores, em 21 de setembro de 2018.

[20] Trecho da entrevista concedida por Cândida Vieira, aos autores, em 21 de setembro de 2018.

A entonação das pautas, neste segundo momento, também esteve menos atrelada a questões sobre a mulher suscitadas em cenários exteriores ao mundo dos jornalistas, diferentemente do que vimos no tópico anterior. Apenas uma matéria se refere a um ato do movimento Marcha Mundial das Mulheres[21], no qual "mais de três mil mulheres, de 25 estados brasileiros, [...] percorreram dez cidades paulistas com o intuito de proporcionar visibilidade à luta das mulheres brasileiras e avançar nas conquistas já iniciadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva" (MARCHA..., 2010, p. 5). Informação incluída na edição de março de 2010, provavelmente foi recuperada por se alinhar à efeméride do Dia Internacional da Mulher.

Outro aspecto a destacar é que nesse período a palavra gênero já aparece no jornal sindical, diferentemente do que era corrente no biênio 1979-1980. É o que ilustra o texto sobre um curso promovido pelo SJSP, dedicado à "preparação de profissionais da imprensa e estudantes de jornalismo para a cobertura de pautas relacionadas a gênero, raça e etnia" (GÊNERO..., 2011, p. 8). Isso acompanha a gramática dos estudos e dos debates feministas, que incorpora, gradativamente, gênero como categoria analítica no final do século 20, como forma de enfatizar o caráter socialmente construído das diferenças/assimetrias entre homens e mulheres, deslocando a centralidade do uso da noção de sexo, mais fortemente associada a características biológicas.[22]

---

[21] A matéria do *Unidade* não informa quando a Marcha Mundial das Mulheres ocorreu. Mas o blog do movimento indica que, em março de 2010, o percurso foi realizado do dia 8 ao 18. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em: 29 set. 2018.

[22] A incorporação dessa categoria ocorre a partir de concepções múltiplas, marcadas por controvérsias e debates. O termo gênero (gender, em inglês) começaria a ser utilizado, a partir da década de 1970, por um grupo de teóricas anglo-saxãs, de modo a sublinhar o caráter social das diferenças entre homens e mulheres – como contraponto à noção de sexo, que comporta fortes associações biológicas (MEYER, 2013). "As feministas do final dos anos 60 se valeram da ideia da constituição social do caráter humano para minar o poder desse conceito. Nos países de língua inglesa, esse poder foi enfraquecido pela ampliação do significado do termo 'gênero'" (NICHOLSON, 2000, p. 10). Nos países francófonos, por sua vez, a adoção do termo "relações sociais de sexo" é mais recorrente e corresponde à noção de "relações de gênero", evidenciada nos escritos em inglês (MATHIEU, 2009, p. 226). A partir dos anos 1990, a teoria queer vai provocar um novo deslocamento nos debates da área, ao ressignificar/complexificar a noção de gênero, considerando que "as categorias de posição binárias (homens/mulheres, homo/heterossexual) são ultrapassadas ou mesmo essencialistas" (MATHIEU, 2009, p. 228).

2016-2017: aumento da representação feminina e campanha contra o assédio

No último dos momentos selecionados para esta análise, o *Unidade* dá ênfase a duas grandes questões: 1) a luta feminina no contexto da profissão de jornalista – estendendo-se, ainda que timidamente, às urgências do grupo mais geral das trabalhadoras brasileiras –; e 2) a denúncia sobre assédio e outras violências a que as mulheres são especialmente sujeitadas.

Embora ambos os agendamentos estejam entrelaçados, é possível distribuir as matérias nos dois agrupamentos sugeridos, de modo a tornar a apreciação mais didática. Assim, a primeira aparece primordialmente em cinco das 11 ocorrências identificadas naquele biênio.

Uma das pautas (da edição de agosto de 2016) se refere à eleição da jornalista Maria José Braga para a presidência da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), sendo ela a segunda mulher a ocupar tal posto. Trata-se de uma entrevista com a presidente eleita, na qual os principais temas abordados são: avaliação do processo eleitoral; expectativas para sua gestão; o espaço da mulher na direção de entidades de classe; e o assédio moral e sexual sofrido pelos profissionais, sobretudo pelas jornalistas. O trecho destacado logo no título – e, mesmo antes, na chamada – é a seguinte afirmação de Braga: "Ainda que exista machismo, novamente uma mulher vai ocupar a presidência da Fenaj" (AINDA..., 2016, p. 5). As outras quatro foram publicadas nas edições correspondentes ao mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher (fevereiro/março de 2016 e março de 2017).

O texto correspondente à efeméride de 2016 equilibra-se entre o destaque ao mundo dos jornalistas e a abordagem de aspectos que ultrapassam seus limites, como a violência contra a mulher e o feminicídio. O espaço é destinado para que quatro membros da diretoria do sindicato[23] manifestem suas percepções a respeito dos desafios enfrentados tanto pelas profissionais da área quanto por outras cidadãs. O argumento de fundo desse enfeixamen-

[23] Nomeadamente, Ana Flávia Marx (diretoria de sindicalização), Érica Aragão (diretoria de base do ABCD), Riana Kelly Pires Martins (diretoria de base de Sorocaba) e Denyse Pirez (diretoria de base de Santos).

to de vozes é o de que a diretora em vigor (gestão 2015-2018) tem expressiva participação feminina[24], alinhando-se ao atual perfil da profissão:

> O reflexo desses novos tempos e da inserção feminina na política está na atual direção do Sindicato [...], que aumentou o seu percentual de cargos na composição. Ao total, são 29 mulheres na direção do SJSP, que além das tarefas profissionais e familiares, ainda dividem seu tempo com a militância política (A LUTA..., 2016, p. 9).

Podemos observar que a entonação política em torno da pauta de gênero se avigora no período, algo que se reflete também em outras matérias. Aumentar a presença das mulheres nos espaços decisórios e de representação política emerge como aspecto fundamental desse processo de enfrentamento das adversidades.

Esse caráter assumidamente político é retomado em três textos publicados na edição comemorativa do ano seguinte, cuja capa é ocupada, na quase totalidade de sua mancha gráfica, pela manchete "As lutas e desafios da mulher jornalista". No primeiro, são tratadas as desigualdades que perpassam a atuação profissional delas – especialmente quanto à diferença salarial e ao desafio de conciliar carreira e maternidade –, a partir das experiências de três personagens: Mariana Nadai, Lisandra Matias e Maria José Sarno (MULHERES..., 2017, p. 6-7). O segundo dá conta de que os atos alusivos ao Dia Internacional da Mulher, realizados na capital paulista, em 8 de março de 2017, foram marcados por manifestações contra o governo federal – que ascendeu ao poder por meio de manobras consideradas um golpe institucional de Estado – e sua proposta de reforma previdenciária, que "estabelece os 65

[24] A gestão 2015-2018 era composta por 29 mulheres. Posteriormente, em 5 de agosto de 2017, durante o 15º Congresso Estadual dos Jornalistas, o SJSP aprovou seu novo estatuto, no qual ficou estabelecido "o mínimo de 50% de mulheres na composição da Diretoria Plena, da Diretoria Executiva e entre os diretores de ação sindical", sendo que "o percentual também deve ser considerado na inscrição de chapas às eleições do Sindicato". Matéria do *Unidade* publicada no mês seguinte ainda informa: "Com a ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão do Sindicato dos Jornalistas, a entidade também coloca em prática uma recomendação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aprovada em 2012" (NOVO..., 2017, p. 7).

anos como idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, desconsiderando as desigualdades de gênero históricas do país" (LUTA..., 2017, p. 7). E o terceiro, por fim, publicado na coluna "Pluralidade"[25], argumenta que a mulher negra é "invisível" e que, por isso mesmo, merece ter sua luta reconhecida; para fazer jus ao mote, recorda o pioneirismo da catarinense Antonieta de Barros, jornalista e primeira deputada negra eleita no Brasil, em 1934 (A MULHER..., 2017, p. 10).

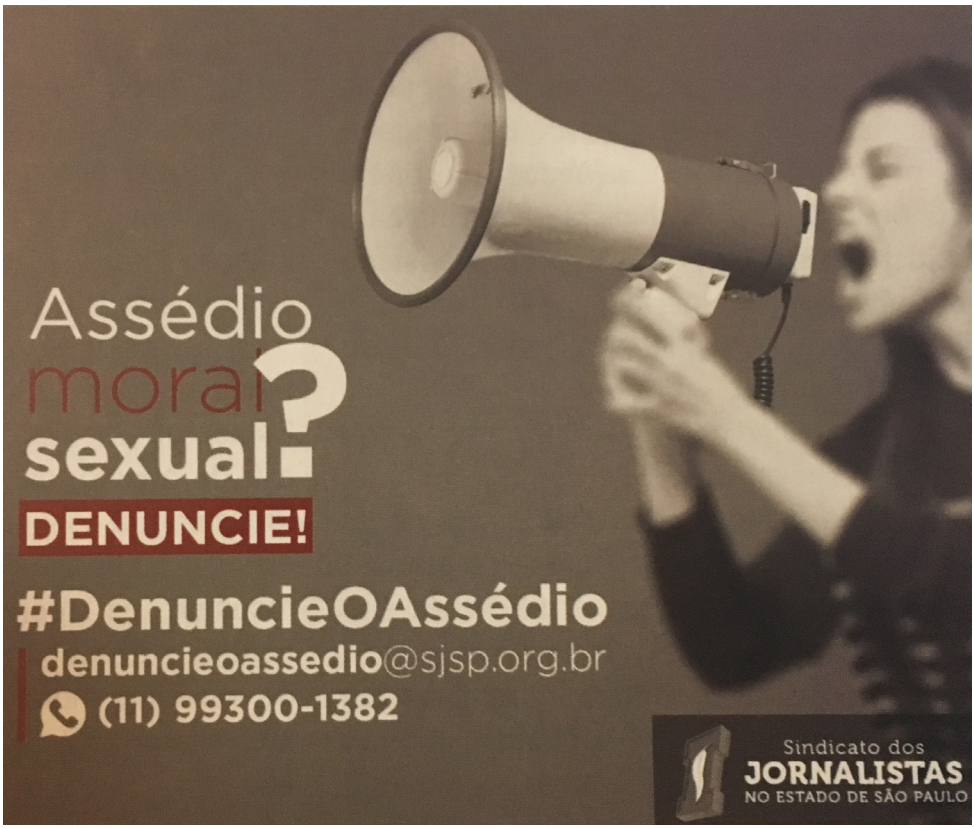
Quanto à segunda das pautas mencionadas de início – a que privilegia a denúncia do assédio –, cabe colocar que ela se destaca em seis textos identificados no período e é estimulada por um fato específico: em maio de 2016, uma estagiária do portal iG, de 21 anos, foi assediada pelo cantor MC Biel, durante uma entrevista; após denunciar o corrido, ela ainda foi desligada da empresa, juntamente com uma editora que divulgou matéria a respeito (SINDICATO SE REÚNE..., 2016, p. 10). O caso não só é desdobrado em duas edições (julho de 2016 e agosto de 2016) como também é relembrado na retrospectiva feita no último número do ano (dezembro de 2016). Mais: foi estímulo para a diretoria do SJSP retomar o coletivo criado em 2010, dando-lhe o nome – como já se viu – de Comissão de Mulheres Jornalistas pela Igualdade de Gênero e atribuindo-lhe a missão de participar "intensamente das discussões sobre assédio moral e sexual nos locais de trabalho". Sua primeira iniciativa foi o lançamento de "um canal direto para denúncias de casos de assédios moral e sexual nas redações" – disponibilizando um e-mail e um telefone a esse fim –,paralelamente a uma "campanha de conscientização sobre 'o que é o assédio' nas redações" (SINDICATO REATIVA..., 2016, p. 7).

Não se trata de espaços apenas para abordar situações individuais, vivenciadas por esta ou por aquela jornalista. É, acima disso, uma ação coletiva que busca ganhar força pelos mecanismos criados pelo próprio SJSP. Duas

[25] Vale ressaltar que, muito embora a coluna "Pluralidade" – criada na edição de outubro/novembro de 2016 – vise "tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo", só identificamos nesse espaço fixo, ao longo do período compreendido para análise, um texto sobre a temática de gênero. Os demais estiveram circunscritos exclusivamente à questão racial. Isso pode se explicar, possivelmente, pelo fato de a coluna ser responsabilidade da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Corija), estabelecida no âmbito do SJSP.

declarações dadas à época reforçam esse senso. Uma é do presidente do sindicato, Paulo Zocchi: "Discutir e combater a violência contra a mulher nos locais de trabalho e entender como o sindicato pode combater os assédios com as profissionais de comunicação é papel da entidade e não vamos nos furtar de cumpri-lo". A outra é de uma das diretoras da entidade, Márcia Quintanilha: "Só com a união das mulheres que passam por isso todos os dias durante o exercício da profissão, a conscientização dos homens e a punição dos culpados é que vamos conseguir desnaturalizar o assédio" (CASO..., 2016, p. 7).

Figura 2 - Material da campanha contra o assédio criada concomitantemente à Comissão de Jornalistas pela Igualdade de Gênero



Fonte: Unidade (ano 40, n. 384, ago. 2016, p. 7)

Ainda é válido dizer que o assédio contra a mulher apresenta dupla dimensão nos textos do *Unidade*. Por um lado, há o reconhecimento de que não consiste em questão específica da categoria. Matéria publicada na edição de janeiro/fevereiro de 2017, poucos meses depois da retomada da comissão, expõe a dimensão do problema, ao enfatizar:

> A virada do ano começou marcada pela violência contra a mulher, depois que uma chacina em Campinas terminou com 12 pessoas assassinadas [...]. Entre as vítimas, a ex-mulher do atirador, Isamara Filier, 41, que já havia denunciado ameaças à Polícia Civil [...]. O feminicídio chocou o país, assim como a carta na qual o assassino tenta alegar o injustificável. Há dez anos foi sancionada a Lei Maria da Penha, considerada uma das mais avançadas do mundo contra a violência doméstica. Mas esse enfrentamento continua um desafio no Brasil, conforme demonstra o Mapa da Violência: 106.093 mulheres foram assassinadas no país de 1980 até o mais recente levantamento, em 2013" (NENHUMA..., 2017, p. 12).[26]

Por outro lado, no entanto, percebe-se que esse particular é expressivo nas rotinas das jornalistas, sendo incluído na lista das desigualdades que persistem em suas relações de trabalho. Quando a situação da ex-estagiária do iG foi repercutida, uma declaração dada pela então secretária de comunicação do SJSP, Lilian Parise, ilustra esse tensionamento:

> Os casos de assédio são recorrentes na categoria, que é formada principalmente por mulheres e sofrem esse tipo de abuso no seu dia a dia, além da discriminação salarial, a exclusão dos cargos de chefia, chegando a ser preteridas em certos tipos de pauta" (SINDICATO SE REÚNE..., 2016, p. 10).

[26] O breve texto da edição de janeiro/fevereiro de 2017 é acompanhado de imagens capturadas em quatro manifestações realizadas no ano anterior: 1) Marcha das Vadias (ocorrida em São Paulo); 2) Protesto "Ni Una a Menos" (Mar Del Plata, Argentina); 2) Caminhada no Dia Internacional da Mulher (São Paulo);

Presume-se, assim, que a inserção majoritária da mulher na profissão resulta em problemas que a atingem também de modo proporcionalmente maior. É como destaca Helena Corazza (2006, p. 83):

> As mulheres, de fato, estão em evidência, sobretudo em algumas mídias, como revistas, televisão e internet. Não obstante estes e outros avanços e conquistas na cidadania, vencendo a exclusão e marcando presença nas diferentes mídias, elas ainda percebem e enfrentam discriminação. Pode-se dizer que a cidadania ainda é uma conquista que precisa acontecer, passo a passo, nos diferentes campos...

Proporcionais, também, aparentam ser os desafios dessa cidadania em processo, os quais se fazem sentir na própria Comissão de Mulheres Jornalistas pela Igualdade de Gênero. Depois da mobilização inicial, que contou com a participação de várias pessoas – partícipes ou não do cotidiano do sindicato –, o grupo passou a se manter basicamente pela atuação de três integrantes da diretoria do SJSP: as secretárias Cândida Vieira e Priscilla Chandretti – antes mencionadas – e Érica Aragão, membro do conselho diretor.[27] Embora levantem discussões e propostas em reuniões mensais, elas encaram que conseguir a adesão de mais participantes fixas é um obstáculo a ser vencido. Entendem, logo, que somente a soma de esforços pode levar a iniciativas de maior vulto e ao agendamento de outras questões.

Considerações finais

Se as mulheres abriram, nas últimas décadas, espaço para a entrada em profissões antes notadamente masculinas, isso não significa dizer que as assimetrias e desigualdades que constituem as relações sociais de gênero não sejam atualizadas a partir de novos arranjos. Nesse particular, "tudo muda, mas nada muda", sentenciam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2008, p. 267), ao chamarem a atenção para as reconfigurações da divisão sexual do trabalho no cenário contemporâneo. A plasticidade do fenômeno, ao mesmo tempo em que projeta mudanças nas condições de possibilidade de inserção

[27] Érica Aragão ainda é representante do SJSP na Comissão Nacional de Mulheres da Fenaj, instalada em 8 de março de 2017.

e atuação feminina no mundo do trabalho, não elimina aquilo que nele se mantém estável: a distância entre homens e mulheres.

De fato, quando observamos o conjunto das pautas articuladas pelas jornalistas, via entidade sindical, nos três períodos analisados (1979-1980, 2010-2011 e 2016-2017), podemos identificar rastros dessa dinâmica aventada pelas autoras. Se há a percepção de avanços, relacionados ao próprio aumento do espaço de representação na profissão, na diretoria de entidades sindicais ou em determinadas editorias e áreas de atuação do jornalismo – antes refratárias à presença feminina – também permanecem obstáculos, como aqueles associados à disparidade salarial e à dupla jornada, ao desafio de conciliar carreira e maternidade, bem como ao enfrentamento de formas de violência a que potencialmente atingem as mulheres, como o assédio. Soma-se a esses obstáculos, modulados historicamente pelas desigualdades de gênero, o diagnóstico atual de maior precarização no mundo do trabalho – marcado, entre outros aspectos, pela retração de postos estáveis e formais, aumento da exigência por produtividade, perda de direitos trabalhistas e "flexibilização"[28] das relações contratuais (ANTUNES, 2018).

Quando olhamos a pauta de reivindicações das jornalistas e as ações afirmativas de gênero visibilizadas pelo *Unidade*, outro aspecto que desponta como significativo é a necessidade de reflexão sobre as condições de construção da memória desse grupo, à luz das experiências historicamente marginalizadas das mulheres. A dificuldade de reconstruir a trajetória da primeira comissão de mulheres do SJSP, do final da década de 1970, nos dá pistas sobre algumas lacunas a serem enfrentadas. Sabemos que a memória de um grupo – como trabalho sujeito a processos de enquadramentos, seleção e esquecimentos sobre aspectos do passado (POLLAK, 1992) – é também o resultado de relações de força, conformada pela partilha desigual do poder de construir e fixar determinadas narrativas sobre personagens e eventos alçados à condição de visibilidade. Aqui, a sensibilização a respeito da problemática de gênero também se insinua, nos convocando a pensar sobre a

[28] O imperativo da flexibilidade é um traço do modelo de produção contemporâneo. Nas palavras de Ricardo Antunes (2018, p. 36), "na empresa 'moderna', o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical."

necessidade de uma escrita da história que enfrente as "zonas mudas" (PERROT, 2005) relacionadas à participação das mulheres no mundo do trabalho jornalístico, incluindo aí sua inserção dentro da luta sindical.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estatísticas de gênero:** indicadores das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CORAZZA, Helena. Inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Mídia cidadã:** utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 83-96.

DARDE, Vicente William da Silva. O padrão normativo na notícia: uma reflexão sobre as representações das masculinidades no discurso jornalístico. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 194-203, dez. 2009.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: _____. (Org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Atlas, 2013. p. 7-143.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Mulheres-jornalistas nas décadas de 1930 e 1940. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (Orgs.). **Comunicação latino-americana:** o protagonismo feminino. São Bernardo do Campo, Adamantina: Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, FAI, 2002. p. 157-172.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 264-278.

LELO, Thales Vilela. O gênero da precariedade nas reestruturações do mundo do trabalho dos jornalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. Anais... Brasília: SBPJor, 2017.

MARQUES DE MELO, José. Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma, **Matrizes**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 95-106, jan./jun. 2013.

_____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 222-223.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e politica. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis, Insular, 2013.

MULHER estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/PbrwqX>. Acesso em: 25 set. 2018.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas, 1937 a 1997:** história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo:** o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2004.

ROGERAT, Chantal; ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Sindicatos. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 236-241.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2014.

Textos do Unidade

A LUTA feminina na política: elas são jornalistas e sindicalistas. **Unidade**, São Paulo, ano 40, n. 381, p. 9, fev./mar. 2016.

A MULHER invisível. **Unidade**, São Paulo, ano 41, n. 389, p. 10, mar. 2017.

A MULHER metalúrgica vai começar seu congresso. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 49, p. 15, ago. 1979.

A PRIMEIRA repórter fotográfica do Brasil. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 52, p. 12, dez. 1979.

A REGULAÇÃO da mídia e as mulheres jornalistas. **Unidade**, São Paulo, n. 336, p. 2, mar. 2011.

AINDA que exista machismo, novamente uma mulher vai ocupar a presidência da Fenaj. **Unidade**, São Paulo, ano 40, n. 384, p. 5, ago. 2016.

CASO de assédio no iG mobiliza jornalistas. **Unidade**, São Paulo, ano 40, n. 384, p. 7, ago. 2016.

DE NOVO, mulher não entra na Agência Folhas. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 54, p. 13, mar./abr. 1980.

DIRETORA e conselheira do Sindicato homenageadas pela Comissão de Anistia. **Unidade**, São Paulo, n. 337, p. 9, abr. 2011.

EM 1937, Sindicato só tinha uma única mulher sindicalizada. **Unidade**, São Paulo, n. 326, p. 6, abr. 2010.

EMOÇÃO marca homenagem e formação do coletivo de mulheres. **Unidade**, São Paulo, n. 326, p. 7, abr. 2010.

ENCONTRO da mulher jornalista: elas se organizam. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 51, p. 20, out./nov. 1979.

GÊNERO, raça e etnia foi tema de curso para jornalistas. **Unidade**, São Paulo, n. 342, p. 8, set. 2011.

JORNALISTA brasileira é nova secretária executiva da FIJ. **Unidade**, São Paulo, n. 337, p. 9, abr. 2011.

LIVRO conta história das percursoras da profissão. **Unidade**, São Paulo, n. 325, p. 6-7, mar. 2010.

LUTA contra o golpe e reforma da Previdência marcam Dia da Mulher. **Unidade,** São Paulo, ano 41, n. 389, p. 7, mar. 2017.

MULHER jornalista é maioria, mas ganha menos que os homens. **Unidade**, São Paulo, n. 326, p. 6, abr. 2010.

MULHER JORNALISTA: vem aí seu congresso. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 49, p. 7, ago. 1979.

MULHER é tema para o Salão de Humor. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 56, p. 6, jul./ago. 1980.

MULHERES EM BAIXA (como sempre). **Unidade**, São Paulo, ano 3, n. 39, p. 11, jan. 1979.

MULHERES PAULISTAS se reúnem no 2º congresso. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 53, p. 10, jan./fev. 1980.

MULHERES são maioria, mas poucas são sindicalizadas. **Unidade**, São Paulo, n. 336, p. 4, mar. 2011.

MULHERES jornalistas: rotina de lutas e desafios. **Unidade**, São Paulo, ano 41, n. 389, p. 6-7, mar. 2017.

NENHUMA a menos! **Unidade**, São Paulo, ano 41, n. 388, p. 12, jan./fev. 2017.

NEUSA Pinheiro, a mais antiga filiada do Sindicato. **Unidade**, São Paulo, n. 326, p. 7, abr. 2010.

NOVO estatuto do Sindicato é aprovado pela categoria. **Unidade**, São Paulo, ano 41, n. 392, p. 7, set./out. 2017.

O ENCONTRO das jornalistas cariocas. **Unidade**, São Paulo, ano 5, n. 52, p. 11, dez. 1979.

SINDICATO REATIVA comissão de mulheres. **Unidade**, São Paulo, ano 40, n. 384, p. 7, ago. 2016.

SINDICATO SE REÚNE com ex-estagiária do iG. **Unidade**, São Paulo, ano 40, n. 383, p. 10, jul. 2016.

SINDICATO forma coletivo e homenageia sindicalizadas. **Unidade**, São Paulo, n. 325, p. 5, mar. 2010.

PERSPECTIVA FEMININA NO WEBJORNALISMO COLABORATIVO DA PÚBLICA

Vitória Souza Rocha[1]

O ambiente virtual trouxe novas possibilidades para a comunicação e, consequentemente, para o jornalismo, que desenvolveu outras práticas para atender às necessidades de um público diferente: mais conectado e interativo do que antes.

Uma das mais conhecidas práticas é o webjornalismo, o qual, segundo Canavilhas (2006), contempla as diversas linguagens e recursos que a web pode proporcionar, oferecendo ao internauta novos percursos de leitura. Outras inovações são a interatividade e a colaboração para produzir matérias (BLENCKER, 2006).

Apesar de vivermos na "era da informação", estamos ainda longe de superar alguns desafios sociais, especialmente no que se refere à desigualdade de gênero. Os problemas parecem se perpetuar na esfera privada, na qual ainda existe uma visão machista sobre os papeis de homens e mulheres, estendendo-se de forma silenciosa para a esfera pública, lugar em que o feminino ainda é subjugado pelo masculino, num ambiente de violência simbólica e subjetiva que parece "natural", mas que só perpetua valores distorcidos de uma sociedade, como explica Bourdieu (2014).

No âmbito do trabalho, apesar de a mulher estar cada vez mais presente no mercado profissional, nem sempre ela tem poder de decisão, inclusive no jornalismo. Segundo a jornalista Judith Patarra, que já foi diretora de redação da revista *Saúde!*, "Na Editora Abril havia muitas mulheres diretoras de revista. (...) Mas dirigir a revista não quer dizer nada, porque sempre acima da direção tem homens" (PATARRA apud KOSHIYAMA, 2001a, p.22).

Diante dessas questões, nosso objetivo neste artigo é entender se o olhar feminino está presente nas novas práticas jornalísticas na web. O presente

[1] Jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo, foi pesquisadora bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pela mesma instituição. É pós-graduada em Políticas Públicas e Justiça de Gênero, pelo CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa "Práticas de investigação jornalística na contemporaneidade e relações de gênero", de Marli dos Santos, e no estudo de caso da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, que atua por meio de *crowdfunding* (sistema de doações). A metodologia é de abordagem qualitativa, com uso de observação direta do grupo de discussão de pautas no Facebook da *Pública* e análise do conteúdo do material coletado durante a observação.

O webjornalismo e suas faces

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais em *tablets*, *smartphones* e microcomputadores, a sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais complexa, afetando todos os setores da economia, entre eles a comunicação, particularmente o jornalismo. O "cão de guarda", ou *gatekeeper*, não é mais só o jornalista, pois a colaboratividade na produção de conteúdos tem contribuído para novas práticas jornalísticas, principalmente no ambiente virtual.

A mais consolidada delas é o webjornalismo, definido por Canavilhas (2006, p.2) como um jornalismo em que "as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações, tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura".

A convergência multimidiática do webjornalismo, que podemos considerar como a primeira característica dessa nova prática, explicada por Canavilhas (2001), está sendo cada vez mais explorada pelas empresas jornalísticas. Não basta simplesmente unir texto, áudio e vídeo – é preciso que haja coerência na hora de usar os links e os hipertextos, uma linguagem própria para o webjornalismo.

Embora há quase duas décadas as empresas jornalísticas e os jornalistas têm lidado com essa nova realidade, as potencialidade do meio ainda não estão sendo totalmente exploradas – ou exploradas a contento - , especialmente no que diz respeito à interatividade e colaboratividade.

Essa relação com o internauta é característica essencial do webjornalismo, segundo Canavilhas (2001, p. 2). O autor já vislumbrava nos primór-

dios do jornalismo na internet que "a máxima 'nós escrevemos, vocês leem' ficou no passado". Na web, existe a possibilidade de reação imediata por meio de comentários; envio de materiais, como vídeos; e interação nas redes sociais entre jornalistas e leitores.

O webjornalismo teve novos desdobramentos na web pela ampla flexibilização de colaboração e participação. Segundo Malini (2008), a prática abarca a produção de conteúdo pelo internauta, que pode atuar de forma colaborativa para um veículo jornalístico na web ou, por meio dela, em outros meios.

Embora a visão mais otimista entre teóricos sobre onda de participação tenha ocorrido na primeira década do século XX, concomitante ao surgimento das bolhas na internet (PARISER, 2012); ao Big data[2]; aos algoritmos, que direcionam conteúdos, e à inteligência artificial, que propicia a produção de notícias (coleta de dados, análise e redação) (CARREIRA, 2017), Blenker (2006) observou que práticas colaborativas, descentralizadas e cooperativas ajudam a promover a liberdade individual e, consequentemente, uma democracia com efetiva participação do usuário, ajudando a moldar uma sociedade em que o indivíduo pode tomar uma posição mais ativa.

A apropriação também pode ser observada em produções coletivas que, por não possuírem um dono específico, usam apenas a garantia de créditos à informação como a licença *creative commons* que permite aos usuários compartilharem, copiarem ou remixarem o conteúdo com a condição de creditar a informação. Isso nos leva à cultura da colaboração (SHIRKY, 2011), explorada pelo *crowdfunding*, a qual Felinto (2012, p.140) define como um "processo em que o próprio público colabora para o financiamento de um projeto"– seja ele um filme, um disco, uma pesquisa –, por meio de sites como Kickstarter e Catarse, no Brasil,[3] em que o produtor hospeda o projeto.

Essa prática remete a outra terminologia usada como sinônimo para webjornalismo participativo: o webjornalismo colaborativo. Ao utilizar a

---

[2] O conceito de Big Data abrange as diversas informações disponíveis na internet, em dados estruturados e náo estruturados, bem como os *softwares* que tratam os dados coletados (GASQUE, 2013)

[3] Endereços de sites crowdfunding: https://www.kickstarter.com e http://www.catarse.me/pt/projects

produção coletiva (Blenker, 2006), o webjornalismo colaborativo, no entanto, nos parece ser outra prática jornalística que também usa da interação e da colaboração para produzir conteúdos jornalísticos.

Brambilla (2006) fez um estudo detalhado sobre a produção jornalística do *OhmyNews* e definiu uma nova modalidade de jornalismo chamada "jornalismo *open source*", que pode ajudar a nos aproximar de um conceito de webjornalismo colaborativo: ele se difere do webjornalismo participativo porque o público ainda pode ter uma atitude perante a publicação da matéria. Segundo a autora, mesmo "se essa atitude é mediada, filtrada, balizada segundo normas internas, sujeita à aprovação ou reprovação, não quer dizer que o público não tenha a possibilidade de interferir efetivamente sobre o produto final, ou seja, de também produzi-lo" (BRAMBILLA, 2006, p.74).

No jornalismo *open source* a produção é descentralizada e livre ao mesmo tempo em que é mediada por profissionais para que exista uma espécie de "filtro". Brambilla (2006) acredita que, nessa modalidade, o jornalista ainda mantém seu papel de *gatekeeper*, contribuindo na filtragem da informação crível. Entende-se que o noticiário do jornalismo *open source* é livre para

a) ser apropriado, lido, distribuído e referenciado para qualquer propósito de acordo com as liberdades cedidas por cada projeto editorial;

b) ser aperfeiçoado ou comentado de acordo com visões particulares que enriqueçam seu conteúdo e atendam à demanda do público, bastando, para isso, que o público desenvolva a função de autor em algum momento do processo de produção e publicação das notícias;

c) ser produzido por diferentes pessoas, com diferentes objetivos, de modo que possa auxiliar a compreensão de um fato pela sociedade (BRAMBILLA, 2006, p.81).

Este modo de produção é observado por Blenker (2006) de produção coletiva, não mercadológica e descentralizada, que tem ganho adeptos por conta das características cooperativas presentes na espécie humana. Essa nova forma de produção também tem se mostrado bem-sucedida, aumentando a autonomia e a vontade de trabalhar em equipe dentro das organizações.

> Algumas vezes, em condições específicas, as colaborações não-mercadológicas podem servir como motivação e podem permitir que pessoas criativas trabalhem em projetos informacionais de forma mais eficiente. O resultado é a emergência de um setor não mercadológico de produção de informação, de conhecimento e de cultura, baseado no ambiente da rede e aplicado a qualquer coisa que estes indivíduos possam imaginar. Esses resultados não são, portanto, tratados como propriedade (BLENKER, 2006, p.6, tradução nossa).[4]

Assim, baseados nos conceitos apresentados acima por Blenker (2006) e Brambilla (2006) sobre a produção coletiva na economia da informação, podemos considerar que o webjornalismo colaborativo atua como uma forma cooperativa de produção, que valoriza a autonomia dos indivíduos que compõem a rede de informação e acredita numa nova forma de projeto jornalístico, baseado primordialmente na descentralização dos processos.

Nessa relação, o jornalista e o colaborador têm papel igualmente importante na produção da notícia, numa valorização mútua do interesse de cada um sobre o fruto de um trabalho cooperativo, que não pertence realmente a uma organização, mas à coletividade.

No entanto, mesmo com essa perspectiva que amplia a autonomia e a cooperação em uma democracia, ainda temos que lidar com problemas sociais que não parecem condizer com nossa evolução informática-comunicacional.

O feminino

Desde o início subjugado, oprimido e desvalorizado, o feminino pode até parecer nunca ter feito parte da história, que raramente é relatada por

[4] Sometimes, under conditions I specify in some detail, these nonmarket collaborations can be better at motivating effort and can allow creative people to work on information projects more efficiently than would traditional market mechanisms and corporations. The result is a flourishing nonmarket sector of information, knowledge, and cultural production, based in the networked environment, and applied to anything that the many individuals connected to it can imagine. Its outputs, in turn, are not treated as exclusive property (BLENKER, 2006, p.6).

mulheres nos livros, os quais delegam a elas um papel de observadoras dos acontecimentos.

A atuação da mulher na esfera pública tem sido reprimida e apagada. Não se ouve falar no feminino atuante na Revolução Francesa, precursor na luta trabalhista do século XIX, ou mesmo de sua épica jornada para administrar o dinheiro do marido, cuidar dos filhos e colocar comida na mesa. São trajetórias invisíveis em uma sociedade pós-feudal que rebaixou ainda mais o trabalho da dona de casa quando o homem passou a ser remunerado por seus serviços (PERROT, 1988). Filósofos, estudiosos, clérigos afirmavam que a diferença entre os sexos apenas tornava ainda mais impossível a equivalência do masculino e o feminino.

> É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro [muito mais importante do que o falo], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (PERROT, 1988, p.177).

Na era da informação, as coisas não são tão diferentes quanto poderiam e nem tudo caminha com a velocidade da tecnologia. A desigualdade de gênero e o sistema patriarcal da sociedade parecem continuar exercendo um forte poder, superior às descobertas da humanidade.

O feminino ainda é subjugado pelo masculino, num ambiente de violência simbólica e subjetiva que parece "natural", mas só perpetua valores distorcidos de uma sociedade, como explica Bourdieu (2014).

> O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2014, p.59).

O referido autor toca no cerne da questão: diante de uma sociedade em que o patriarcado é o valor dominante e o masculino é tido como superior, o

feminino é violentado por meio de uma repressão silenciosa aceita e reproduzida pelos membros da sociedade, inclusive pelos oprimidos.

Mas nem sempre foi assim. Muraro (BOFF & MURARO, 2002) explica que a sociedade como a vemos hoje não é como era no início. Segundo a autora, no princípio, os seres humanos viviam em harmonia e solidariedade.

> Naquela fase, homens e mulheres viviam integradamente. As relações eram igualitárias e a mulher, considerada mais próxima dos deuses porque dela dependia a reprodução da espécie. Os princípios feminino e masculino então – e por um milhão e meio de anos – governam o mundo juntos (MURARO, 2002, p.13).

Ela afirma que "diferentemente do que crê o pensamento patriarcal, a verdadeira adaptação da humanidade não foi pela violência e, sim, pela solidariedade" (2002, p.12). Assim, existiu um momento na história da civilização, a partir de 10.000 a.C., em que ambos os gêneros se respeitavam, trabalhavam juntos e de forma cooperativa. De acordo com Muraro, as historiadoras feministas da década de 1960 denominavam esse tipo de cultura como "matricêntrica". Para os autores o patriarcado e as visões equivocadas dos gêneros se perpetuam. Boff enfatiza:

> O drama da cultura patriarcal reside no fato de ela ter usurpado o princípio masculino somente para o homem fazendo com que este se julgasse o único detentor de racionalidade, do mando e da construção da sociedade, relegando para a privacidade e para tarefas de dependência a mulher, não raro considerada um apêndice, um objeto de adorno e satisfação (BOFF, 2002, p.76).

Ambos os autores analisam a questão de gênero como algo flexível e mutável ao longo do tempo, porém, conforme menciona Bourdieu (2014), poderíamos dizer que o "confinamento" histórico da mulher no ambiente privado, no patriarcado, fez com que o feminino se identificasse mais com o sensível e emocional, tornando a mulher mais atenta aos detalhes do que os homens, mais treinados a ver o todo.

As mulheres, de acordo com Muraro (2002), são mais íntegras e menos corruptas do que os homens, preferem construir o consenso, cuidam das

organizações conectando-se com todos os seres humanos que participam da equipe e valorizam mais a realização pessoal do que o status de um cargo prestigioso. Aos homens caberiam as características ligadas ao bem próprio, à coerção, à força e ao desejo cada vez maior por poder. O masculino dirige organizações distanciando-se dos funcionários, estabelecendo uma hierarquia rígida e clara.

Mas, apesar dessa divisão, as características masculinas e femininas não são exclusivamente do homem ou da mulher. Boff explica que "o homem tem dentro de si a dimensão da mulher e a mulher tem dentro de si a dimensão do homem" (2002, p.70). Assim, o feminino e o masculino possuem características próprias, mas não excludentes, que exercem um papel importante dentro da sociedade e das organizações.

As jornalistas: luta por igualdade

O mundo do jornalismo ainda é repleto de machismo e o patriarcado continua bastante influente nas empresas, um bom exemplo é que os homens continuam sendo maioria em cargos de direção. Dados da pesquisa sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK & LIMA, 2013) reforçam que homens ocupam mais cargos de chefia uma vez que, apesar de 63,79% dos jornalistas serem mulheres, 65,5% dessas ganhavam até cinco salários mínimos, enquanto 50% dos jornalistas homens recebiam esse valor.

Esses dados são reflexo da história do jornalismo, que antes era uma profissão masculinizada e discriminava o feminino, conforme aponta Koshiyama (2001b).

> Lembramos nosso espanto, em 1968, quando ouvimos, na condição de aluna do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, do então professor, jornalista e advogado do jornal O Estado de S. Paulo, Flávio de Almeida Prado Galvão, suas "explicações" sobre a redação do jornal ser um lugar impróprio para mulheres. Para elas, restavam os suplementos femininos. Ele era a voz do passado, desprezando as mudanças que estavam acontecendo no país, processo que culminou com o reconhecimento da igualdade jurídica entre homens e mulheres na Constituição de 1988 (KOSHIYAMA, 2001b, p.4).

A visão de Koshyama serve de lente para este estudo, que busca entender prioritariamente as relações do gênero feminino com as novas práticas jornalísticas.

Feminização das redações: o caso da *Pública*

Como já foi dito anteriormente, escolhemos estudar a *Pública* - Agência de Jornalismo Investigativo, uma organização não governamental composta majoritamente por mulheres (oito mulheres e dois homens), e que pratica webjornalismo colaborativo por meio de *crowdfunding*, ou financiamento coletivo.

O objetivo é compreendermos se, com a feminização das redações, é possível dizer que existe um olhar feminino nas práticas de webjornalismo colaborativo. Para atingir o objetivo, realizamos um estudo de caso, definido como "uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas" (YIN, 2010, p. 23).

De acordo com esse método, fizemos uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, para compreendermos um fenômeno da vida real, que poderá nos ajudar no entendimento de eventos sobre os quais nem sempre temos controle.

A escolha da *Pública* - Agência de Jornalismo Investigativo ocorreu não apenas por ter obtido sucesso em diversas reportagens – recebeu 32 prêmios desde 2012, nacionais e internacionais - , mas porque também se diferencia ao exercer um trabalho que é resultado de financiamento coletivo entre entidades, internautas e parceiros, não pertencendo ao que se denomina como grande mídia ou *mainstream* midiático. A direção da agência é realizada por duas mulheres: Marina Amaral e Natalia Viana.

Assim, para melhor compreensão do objeto de estudo, optamos por dividir a fase de coleta de materiais em duas partes: a primeira, uma observação da interação da *Pública* com os leitores, e a segunda, uma análise de conteúdo desse material.

A observação ocorreu durante duas semanas – de 17 de março a 1º de abril de 2015 – no grupo criado no Facebook pela *Pública* para interagir

com os 584 membros, dentre os quais leitores que contribuíram com R$ 20,00 ou mais para a campanha "Reportagem Pública 2015". O grupo de discussão foi criado para definir a melhor pauta – entre três sugestões – e os procedimentos de apuração. A movimentação do grupo, indo de postagens de administradores até comentários e sugestões de leitores, foi registrada por meio de um diário. Em seguida, realizamos análise de conteúdo, explicada por Fonseca Jr. (2005, p.280) como "um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa."

Uma das técnicas descritas por Fonseca Jr. (2005), e formulada por Bardin (2011), se divide em cinco etapas: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático. O objetivo dessas etapas é organizar o material para posterior análise.

Optamos por usar cinco categorias para agrupar as postagens feitas no grupo de discussão, como indicação de fontes, referências de pesquisa, abordagens. São elas: leitores, pautas, matérias para votação, recompensas e, portanto, links – por esses terem sido os principais temas das publicações.

A categoria "leitores" diz respeito ao perfil do leitor/contribuinte e se divide em três subcategorias: agradecimentos (comentários de gratidão e felicidade por poder participar do conselho editorial da Reportagem Pública 2015); apresentações (leitores que se apresentaram – profissão, nome, algumas vezes até cidade) e dúvidas e sugestões para o grupo (leitores com propostas de melhorias para o grupo ou que tinham dúvidas quanto ao funcionamento dele). No total foram 36 postagens como Agradecimentos; Apresentações, 5; e Dúvidas e sugestões para o grupo, 1 postagem.

A categoria "pautas" é composta por postagens que se referem exclusivamente às sugestões de pautas do leitor e possui três subcategorias: sugestões de pauta (postagens de leitores que sugeriram ideias de matérias para a Reportagem Pública 2015); reflexão (publicações que propunham uma reflexão acerca das ideias postadas) e esclarecimentos (postagens do administrador do grupo – o perfil "Re Portagem" – ou por repórteres da Pública visando o esclarecimento acerca do funcionamento e das finalidades do grupo). Essa categorização resultou em: 6 Sugestões de pauta, 2 Reflexões e 1 Esclarecimento.

Em "matérias para votação" estão postagens que se referem às três opções de matérias (pautas) propostas pela redação da *Pública*, disponíveis para a votação dos leitores durante o período analisado. As 5 subcategorias são: temas (postagens do administrador ou dos repórteres referentes ao assunto de cada uma das três pautas); sugestões sobre o tema (postagens de ideias para melhorar as pautas ou mesmo de fontes para auxiliar os repórteres na realização das matérias); reportagens anteriores (postagens de links que levam para reportagens anteriores dos repórteres que propuseram as pautas); votação (postagens referentes especificamente ao andamento da votação, a explicações sobre a votação); dúvidas sobre a votação (publicações de dúvidas de leitores sobre o funcionamento da votação). Os resultados da classificação são: Temas, 4 postagens; Sugestões sobre os temas, 1 postagem; Votação, 6; Dúvidas sobre a votação, 3; e Reportagens anteriores, 1 postagem.

A categoria "recompensas" irá abranger todas as postagens referentes às recompensas (presentes) que os doadores recebem como retribuição, de acordo com as campanhas de *crowdfunfing*[5]. Essa categoria se divide em três subcategorias: recompensas recebidas, dúvidas sobre o recebimento das recompensas e esclarecimentos por parte da *Pública* sobre a entrega das recompensas. Nessa classificação verificou-se que os participantes se manifestaram das seguintes maneiras: Sobre as recompensas recebidas, 4 postagens; Dúvidas sobre as recompensas, 2; e Esclarecimento, 2 postagens.

Já a categoria "links" foi criada com o objetivo de englobar as postagens de material considerado interessante pelos membros do grupo. Ela foi dividida em duas subcategorias: "Pública", referente a postagens feitas pela equipe da agência, com informações e links considerados relevantes do ponto de vista deles; e "Interlocutores", que diz respeito às postagens de links e materiais dos próprios leitores que eles consideram pertinentes e que devem ser compartilhados. No total foram 4 postagens: 1 da *Pública* e 3 dos Interlocutores.

[5] Os presentes oferecidos ao leitor são estabelecidos de acordo com os critérios de doação, estipulados no regulamento da campanha hospedada no Catarse.

Discussão de pauta do grupo "Reportagem Pública"

Diante da metodologia exposta, observamos, em primeiro lugar, a interferência direta dos leitores no produto final do grupo Reportagem Pública 2015. As notícias são vistas por alguns teóricos como um reflexo perfeito da realidade em que vivemos. No entanto, para Sousa (2000, p. 21), elas são "um artefacto construído pela interacção de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história".

Colaborando essa visão, o conceito de Gaye Tuchman (2002, p. 92) para quem as notícias não representam a realidade, mas "ajudam a constituí-la como um fenômeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento as notícias definem e moldam esse acontecimento".

Essa possibilidade permite-nos inferir que, de forma sequencial, a interferência do leitor na construção da notícia é uma consequência do processo webjornalístico colaborativo proposto pela *Pública*. Uma relação direta, mas não objetiva, que envolve diversos fatores humanos que, inicialmente, estimulam a interação e comunicação dentro do grupo.

A cooperação e o trabalho em equipe que observamos como características dessa proposta de grupo poderiam ser englobados no que Muraro explicou no tópico anterior, ou seja, como as sociedades matriarcais em que "homens e mulheres viviam integradamente" e "princípios feminino e masculino (...) governaram o mundo juntos" (MURARO, 2002, p. 12-13).

Essas características cooperativas e a vontade de participar em conjunto foram recorrentes no grupo. A categoria "sugestões de pauta", por exemplo, permite inferir que os indivíduos ali tinham vontade de que o grupo se ampliasse, que as pautas fossem executadas, principalmente quando na subcategoria "reflexões" os participantes leitores questionavam determinadas ideias de pautas, já possuindo uma noção de critérios de noticiabilidade.

A postura perante as propostas de outros participantes leitores nos leva a entender que os próprios membros do grupo sabem que existem os critérios de noticiabilidade e uma expertise dos jornalistas que propõem as pautas. Silva (2013, p.32) explica que "a noticiabilidade deve ser interpretada como

a medida pela qual as informações sobre um evento tocam as várias partes que compoem a realidade social de uma pessoa". As constatações do autor podem ser observadas na única publicação da subcategoria "esclarecimentos", em que a administração do grupo explica que aquele "não era o espírito do projeto", referindo-se a outras propostas de temas feitas por um dos participantes. A administração deixou claro que o objetivo do grupo Reportagem Pública 2015 é a votação das pautas sugeridas pela *Pública* – todo mês são sugeridas três pautas dentre as quais uma será escolhida e produzida com o financiamento arrecadado pela campanha do Catarse.

Já na subcategoria "temas" da categoria "matérias para votação", podemos observar como cada sugestão auxilia a traçar um perfil sobre a *Pública* e seus eixos investigativos. Essa subcategoria engloba quatro publicações, dentre as quais estão três postagens: "O novo conservadorismo latino-americano", das diretoras da *Pública*; "Um rio morto", sobre o rio Tietê, de duas repórteres; e "Fumo, fogo e fumaça", sobre a cadeia produtiva do tabaco no Brasil, de três repórteres do gênero masculino. As três propostas de reportagem têm um ponto em comum: o fator humano.

Sousa (2000) destaca que a ação pessoal elencada por Schudson é a principal influência na construção da notícia – acima, inclusive, da noticiabilidade e das ações social e cultural. "É quase intuitivo dizer-se que as capacidades pessoais, as iniciativas pessoais, a figura do jornalista-autor (original, criador...) são, entre outros, factores pessoais que enformam as notícias" (SOUSA, 2000, p.42). Ao mesmo tempo, para Tuchman (2002) o jornalista é produto do meio e as notícias são o resultado do trabalho do profissional, assim sendo parte do meio em que são produzidas.

A formação pessoal do repórter elencada por Sousa (2000) e o jornalista como produto do meio destacado por Tuchman (2002) são dois fatores que também podem ser analisados sob a perspectiva de gênero, uma vez que, como Boff e Muraro (2002) mencionam que o feminino não pertence exclusivamente à mulher e nem o masculino ao homem. A sensibilidade na escolha das pautas e a humanização no tratamento dos assuntos escolhidos são fatores elencados por Muraro como pertencentes ao gênero feminino, ao lado da cooperação e da relação horizontal no trabalho.

O envolvimento entre os participantes do grupo =pode ser observado em comentário de doadora em relação à matéria "Um rio morto." Ela se pronunciou dizendo que o pai tinha sido coordenador de recursos hídricos do Estado de São Paulo e se ofereceu para intermediar o contato com ele, se houvesse interesse. As duas repórteres que propuseram o tema continuaram a conversa com essa participante e se mostraram interessadas na fonte. A relação entre as repórteres e a participante foi mais aprofundada do que as relações estabelecidas em postagens anteriores, enquanto na categoria "Leitores" observamos uma interação maior nas publicações referentes aos próprios leitores, como sugestões de pautas deles ou mesmo suas apresentações pessoais. Aqui vemos uma interação completamente diferente, que envolve troca de informações e um envolvimento nivelado, deixando de lado aquela relação vertical leitor/repórter. Essa horizontalização no relacionamento também pode ser observada nos comentários de outras publicações como veremos a seguir.

No que diz respeito à identificação do grupo com as pautas propostas (TUCHMAN, 2002) as 3 publicações publicações em "temas" e nas postagens em "votação", "dúvidas sobre a votação" e "sugestões sobre o tema", em que os participantes debateram sobre os temas, as dúvidas e a própria votação (comentários que valorizavam as propostas de pautas, elogiando-as, tornando a escolha mais difícil) demonstraram interesse por parte dos membros em participar mais, em colaborar e trabalhar de forma coletiva, como observado nas sociedades matricêntricas já destacadas por Muraro e Boff (2002).

No entanto, apesar de o financiamento coletivo (*crowdfunding*) já prever que o contribuinte recebe algum tipo de recompensa por sua contribuição – em sites como Kickstarter ou mesmo Catarse –, pudemos observar alguns ruídos no quesito recompensas da campanha. Um deles se refere à nivelação de recompensas por doação – quem doou mais, recebeu mais recompensas ou recompensas de maior valor. Assim, apesar de o interesse dos leitores e membros do grupo em contribuir para o desenvolvimento das reportagens, apenas alguns puderam participar de workshops para entender como se produz uma pauta jornalística, por exemplo.

Diante das reações dos leitores, houve pequenas mudanças por parte da administração. Ao se ver confrontada por vários questionamentos sobre a ordenação das sugestões de pauta de leitores, o resultado final foi abrir um bate-papo para esclarecer dúvidas e orientar melhor os participantes.

A mudança na forma de lidar com os leitores dentro do grupo diante do surgimento de novas situações reforça a observação de Winch e Borelli (2014) os quais, ao analisarem a construção do vínculo com o leitor, perceberam que a *Pública* busca uma relação mais próxima com seus leitores, estimulando à colaboração e abrindo espaços para que isso aconteça. Ao propor o financiamento coletivo, a *Pública* não está apenas convidando o leitor a doar dinheiro para a produção de suas reportagens, uma de suas principais singularidades como organização jornalística. Essa ação também situa o leitor como "agente social detentor de certo espaço privilegiado no fazer jornalístico da agência" (WINCH & BORELLI, 2014, p.8).

Além disso, a flexibilização na postura da *Pública* e o diálogo com os leitores para encontrar uma solução melhor para ambos pode ser considerada parte do gênero feminino, conforme caraterísticas elencadas por Boff (2002), como a cooperação, a relação mais igualitária, as decisões tomadas por um ponto de vista que beneficiem a todos. Mesmo assim, Boff destaca que essas características não são completas, mas podem ser complementadas pelas características do masculino que não necessariamente excluem as do feminino, como observamos algumas críticas equivocadas nas sociedades patriarcais.

Embora a *Pública* não tenha cedido quanto às opções primeiramente oferecidas ao grupo, verifica-se que a agência cria uma alternativa, talvez menos conflitiva, de atender às demandas de alguns membros do grupo de pauta. O que observamos na categoria "recompensas" mostra que a interdependência e a "interação mútua" (PRIMO, 2000) podem ser construídas ao longo de um período (como as duas semanas de discussão do grupo).

Na subcategoria "Interlocutores" há a publicação de três postagens de leitores referentes a projetos pessoais que eles consideraram pertinentes para serem compartilhados. A única publicação classificada na subcategoria "Pública" tem a mesma característica que as postagens da subcategoria "Interlo-

cutores", referente a um debate entre uma das diretoras e um outro jornalista investigativo, sobre o futuro do jornalismo e as novas práticas jornalísticas. Todos os links publicados, em ambas as subcategorias, têm o objetivo de colaborar com conteúdo, seja para proporcionar mais conhecimento aos demais ou mesmo para gerar um debate acerca das questões, como de fato aconteceu com a publicação da subcategoria "Pública" – os leitores se interessaram pelo debate proposto e continuaram discutindo o possível futuro do jornalismo na era da informação e da colaboração.

Considerações finais

As práticas de webjornalismo colaborativo mostram que a descentralização pode ser mais democrática, a eficácia acontece se os indivíduos efetivamente estiverem dispostos a colaborar. A partir disso, observamos que este tipo de prática é caracterizado principalmente por traços do feminino e das sociedades matricêntricas, como a cooperação, o trabalho em equipe e a horizontalização, como expõe Boff e Muraro (2002).

Por meio da observação direta e análise de conteúdo do grupo da Reportagem Pública 2015, verificamos uma experiência inicial do sistema explicado por Blenker (2006) e das sociedades expostas por Boff e Muraro (2002). O interesse dos doadores em contribuir com mais ao darem sugestões do que eles consideravam boas ideias é um claro exemplo da feminização da produção coletiva explicada pelos autores, uma vez que trazem evidentes características culturais do gênero feminino em sua abordagem, como a cooperação, a relação equilibrada e o respeito mútuo presente nas antigas sociedades matriarcais. A humanização das pautas também reforça esse olhar culturalmente feminino, de homens e mulheres.

Da mesma forma, também observamos características masculinas nos repórteres como o distanciamento sutil entre a *Pública* e os leitores em grande parte do tempo: uma interação que parece "mútua" porque os leitores conversam, podem se expressar e colaboram com a produção das matérias, mas é mais "reativa" (PRIMO, 2000) porque o produto para a votação já está ali, pronto, e cabe ao leitor votar e colaborar apenas com fontes bibliográficas e sugestões.

Vemos, assim, que tanto o feminino quanto o masculino se revelam nos profissionais - homens e mulheres – da *Pública*, em momentos de elaboração de pautas e na relação entre os leitores e a *Pública*. Conforme já havia observado Sousa (2000), é a ação pessoal do jornalista que mais interfere na produção da notícia, acima até mesmo dos critérios de noticiabilidade e da ação organizacional da empresa.

Apesar de suas falhas e contradições quando analisado como exemplo de interação mútua, cooperação e produto coletivo, o grupo "Reportagem Pública 2015" foi considerado por nós como uma iniciativa essencial para o fomento de um mercado de jornalismo mais independente, mais colaborativo e mais descentralizado.

Referências

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2011.

BLENKER, Yoshia. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Estados Unidos, 2006. Disponível em < http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2016.

BOFF, Leonardo. A nova consciëncia. In: BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie (Org). **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferênças. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.

BRAMBILLA, Ana Maria. **Jornalismo *open source*:** discussão de experimentação do *OhMyNews* internacional. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CANAVILHAS, João. **Do jornalismo online ao webjornalismo:** formação para a mudança. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2006.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo –** considerações gerais sobre jornalismo na web. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2001.

CARREIRA, Krishma. **Um panorama das notícias automatizadas no mundo.** 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, São Paulo, 2017. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, SBPJOR, 2017. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/897/529. Acesso em: 31 jul. 2018.

FELINTO, Erick**.** *Crowdfunding***:** entre as multidões e as corporações. **Comunicação, Mídia e Consumo**, ano 9, vol. 9, p. 137-150, n.26, nov. 2012.

FONSECA JR., Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-315.

GASQUE, Kelley C. G. D. Competëncia em informação: conceitos, características e desafios. **ATOZ.** Curitibam v. 2, n. 1, p. 5-9, jan.-jun. 2013.

KOSHIYAMA, Alice Mitika (org.). **Mulheres jornalistas –** opções profissionais para construção da cidadania. São Paulo: Com-Arte, 2001a.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 3 a 7 set. 2001. Anais... Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Intercom, 2001b. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/15128499807555716834315382722754549618 5.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

MALINI, Fábio. **Modelos de colaboração nos meios sociais da internet:** uma análise a partir dos portais de jornalismo. XXXI cONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Natal, RN, de –2 a 6 set. 2008. Anais... Campo Grande: Universidade Federal do Espírito Santo, Intercom, 2008. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2015-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIELNICZUK, Luciana. **Interatividade e hipertextualidade no jornalismo on-line:** mapeamentos para uma discussão. XXIII CONGRESSO BRASILEIRO

DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Manaus, AM, set. 2000. Anais... Manaus, Universidade Federal do Amazonas, Intercom, 2000. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/ed3304283efbdeb8cb2931263cf0cbff.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

MURARO, Rose Marie. Ponto de mutação. In: MURARO, Rose M.; BOFF, Leonardo (Orgs.). **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

PARISER, Eli. **O filtro infisível:** o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PRIMO, Alex. **Interação mútua e reativa:** uma proposta de estudo. Revista da Famecos, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação.** Criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Marcos Paulo. **A contrução cultural da narrativa noticiosa:** noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana. Tese. (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2000.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: STEVES, João P. (Org.), **Comunicação e sociedade**, Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91-104.

WINCH, Rafael Range; BORELLI, Viviane. **A construção do vínculo com o leitor:** um estudo do contrato de leitura da Agência Pública. IV ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO, Santa Cruz do Sul, novembro de 2014. Anais... Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz, SBPJOR, 2014. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/277672810/A-

-construcao-do-vinculo-com-o-leitor-um-estudo-do-contrato-de-leitura-da-Agencia-Publica. Acesso em: 7 mai. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

JORNALISMO INVESTIGATIVO E QUESTÃO DE GÊNERO

Caroline Ferrari[1]

As mulheres vêm ocupando espaço no mercado profissional desde o século passado, especialmente no período entre guerras, sendo que no jornalismo o crescimento da participação feminina nas redações também é relevante. No Brasil e no mundo é possível verificar algumas mulheres ocupando espaços de destaque na imprensa, embora ainda sejam minoria. Os exemplos da *Rádio CBN*, que possui uma diretora de jornalismo, Marisa Tavares, e o do jornal britânico *The Guardian*, que tem Katharine Viner como editora-chefe desde 2015 (a primeira mulher a ocupar o cargo em 149 anos do jornal), mostram a participação feminina em cargos de comando.

Há um processo de feminização na profissão que, a princípio, nos leva a refletir sobre os possíveis impactos na produção jornalística, em especial no jornalismo investigativo. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é investigar o impacto das novas práticas de jornalismo investigativo na atuação das jornalistas nas redações, tendo em vista aspectos como o relacionamento com os colegas e as fontes; temas de cobertura; e a influência das tecnologias, principalmente as digitais, no exercício da profissão. Também são observados aspectos éticos e as possíveis dificuldades enfrentadas em razão do gênero. Partindo desse ponto de vista analisamos como as novas práticas refletem a mudança social nas relações da mulher com o trabalho.

O estudo compreende uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo coletar dados e informações sobre a atuação da mulher no jornalismo, com foco no jornalismo brasileiro. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jornalistas que atuam no jornalismo investigativo, para conhecer dificuldades, percepções e desafios.

[1] Jornalista pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), atualmente repórter da *Pública* – Agência de Jornalismo Investigativo. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em 2016. E-mail: carolineferrarif@gmail.com.

Jornalismo investigativo

O jornalismo investigativo surgiu nos Estados Unidos e seu símbolo marcante foi o escândalo de Watergate. Por meio das investigações feitas pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do *The Washington Post*, sobre a ligação da Casa Branca ao assalto do edifício Watergate, descobriu-se que o presidente Richard Nixon tinha conhecimento das espionagens políticas, culminando com a sua renúncia, em 1974. Como explica Moral (2004, p.126), a partir desse caso a imprensa assumiu a função social de representante do interesse público.

A revelação de grandes escândalos políticos pela imprensa, anterior ao Watergate, resultou na ascensão do jornalismo investigativo, período que ficou conhecido como "A Era dos Muckrackers", como explica Melo (2015, p. 3):

> O movimento *Muckraker* surge no início dos anos 1900 como consequência de vários fatores que envolvem a própria cultura da imprensa no país (a ausência da concepção de responsabilidade social do jornalismo, por exemplo). No entanto, dois fatores são apontados como fundamentais para o desenvolvimento do período de revelações: 1) o aumento da competição entre os veículos jornalísticos (jornais e revistas); 2) a existência de uma sociedade insatisfeita com o governo, com o crescimento desenfreado de algumas corporações sem regulamentação governamental e com as difíceis condições de vida nos grandes centros urbanos.

O jornalismo investigativo surgiu a partir da necessidade de se checar as informações obtidas pelas fontes independentes e das assessorias de imprensa, de acordo com Fortes (2005). A televisão foi outro grande fator impulsionador, pelo impacto na cobertura factual, além da insatisfação popular com o governo, manifestada em vários movimentos sociais.

No Brasil, o jornalismo investigativo surge a partir de 1970 e é marcado pela relação direta com a política. De acordo com Sequeira (2005, p.20), surgiu pela necessidade de "mostrar uma nova dimensão da notícia que inclui os seus antecedentes, suas significações indiretas e seus conceitos". Entretanto,

foi com o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo[2], que os métodos de investigação tornaram-se organizados dentro das redações.

> Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o *impeachment* de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil. A partir dele, jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com conseqüências (*sic*) ainda a serem dimensionadas (FORTES, 2005, p.9).

Fortes também diferencia os métodos investigativos e a atuação do profissional dos demais setores da atividade jornalística, devido às circunstâncias que geralmente são mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre seja exercido sob pressão. O autor divide em etapas a produção investigativa: pesquisa minuciosa, paciência e concentração, curiosidade e desconfiança, discrição, checagem, frieza, objetividade e precisão.

Na Europa o jornalismo investigativo tem uma característica específica, ele surgiu a partir do mercado editorial de revistas, reforçando o que já foi mencionado, ou seja, a necessidade de aprofundamento, de encontrar novos nexos e lógicas entre os acontecimentos (SEQUEIRA, 2005).

O jornalismo investigativo incorporou em seu método de produção maior rigor na apuração, devido às exigências dos leitores que não se satisfaziam mais com a notícia superficial que recebiam. Nem os próprios jornalistas, que trabalhavam com métodos generalistas, se sentiam satisfeitos com o seu

---

[2] De acordo com o acervo do jornal *O Estado de S.Paulo*, " O processo de impeachment foi aprovado pela Câmara Federal, por 441 votos a favor e 38 contra, e afastou da Presidência da República Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro. Sabendo que seria afastado, Collor acabou renunciando no dia 29 de dezembro, mas o Senado prosseguiu o julgamento, afastando-o do cargo e privando-o dos direitos políticos por oito anos. A decisão foi confirmada pelo STF em 1993. Collor alegou ter sido perseguido por forças políticas contrárias à modernização do país. Em abril de 2014, o ex-presidente foi inocentado pelo STF pelos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato. Os juízes do tribunal entenderam que não havia provas suficientes para comprovar o envolvimento de Fernando Collor nos crimes em que foi acusado" (IMPEACHMENT, 2018)

trabalho, sentindo a necessidade de utilizar métodos próprios do jornalismo investigativo. O pesquisador Moral (2004, p.124, tradução nossa) define o jornalismo investigativo como "Um trabalho que busca denunciar pessoas, instituições e empresas cujas atividades ameaçam o interesse público, trata-se de informar com rigor e profundidade o que verdadeiramente acontece no meio social e o que significa para a sociedade."

Segundo Melo (2015, p.2), a importância do trabalho do jornalista na produção da matéria investigativa – e também a exclusividade do trabalho – requer que seja feito somente por profissionais da área.

> Na bibliografia nacional, a definição que predomina é aquela que identifica o jornalismo investigativo com um jornalismo que exige a participação ativa do jornalista na descoberta de fatos que alguém tenta esconder do público. Este entendimento está fortemente amparado na clássica definição da instituição americana IRE (*Investigative Reporters and Editors*), segundo a qual existem três pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa: 1) A investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; 2) O tema da investigação deve ser relevante para o leitor; 3) O assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público.

A influência do modelo norte-americano no jornalismo investigativo é ampla e assumida inclusive aqui no Brasil, sem se considerar as especificidades do país, suas necessidades, a configuração da imprensa, a formação dos profissionais, entre outras questões que devem ser levadas em conta (MELO, 2005). Quanto aos temas relativos à prática do jornalismo investigativo estes devem ser de interesse público, abrangendo pautas que tenham relevância social. Mas também é necessário encontrar novas maneiras de gerir o conteúdo devido a criação de novas plataformas, a chamada "sociedade da informação" fez com que o jornalismo (não somente o investigativo) enfrentasse uma nova realidade: a audiência passou a interagir com a informação e assumiu também o papel de emissor.

Agora, além de monitorar as notícias, os jornalistas precisam se atentar ao que é veiculado nas redes sociais e também nos aplicativos de mensagens.

Conforme Coelho (2016, p. 72), "é necessário que os jornalistas entendam como o uso das novas aplicações em diferentes plataformas pode ajudar na transformação e no ofício".

O uso de dados é uma dessas novas práticas. No jornalismo investigativo, uma das estratégias utilizadas para a coleta de dados e organização de informações com potencial noticioso que podem ser analisadas e interpretadas é denominada Jornalismo Guiado por Dados (JGD). O JGD "compreende diversas práticas profissionais, cujo ponto em comum é o uso de bases de dados como principal fonte de informação para a produção de notícias" (TRASEL, 2017, p. 1). No âmbito do JGD, segundo o autor, há que se considerar o domínio de "técnicas de reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos."

Mulheres, gênero e trabalho

Queiroz (2013) aponta o trabalho da jornalista Nellie Bly, pseudônimo adotado por Elizabeth Jane Cochran, como um marco na história da imprensa no final do século XIX. Ela é representante do chamado jornalismo performático, cuja principal característica é o uso da identidade falsa para se obter informação. Ela adotou essa prática para conseguir destaque em suas matérias e sair das páginas femininas, que abordavam temas como cuidados com a casa, marido e filhos. Essa técnica possibilitou o protagonismo das mulheres em reportagens investigativas que até então eram feitas somente por homens.

Durante essa época, os papéis sociais eram definidos e separados por sexo, o estudo para as mulheres ainda era focado nos cuidados da casa e da família. Por isso, o número de mulheres no mercado de trabalho, sobretudo na área jornalismo, ainda era pequeno. Mas as manifestações sufragistas surgidas ainda no século XIX foram marcadas pelas lutas em prol dos direitos políticos e sociais e a emancipação feminina, as quais, junto com os movimentos feministas, serviram de base para alguns questionamentos sobre os modelos de conduta e as relações de gênero.

O avanço econômico, resultado das imigrações e do fim da escravidão, e as guerras mundiais, posteriormente, impulsionaram a presença das mulhe-

res no mercado de trabalho. Porém, essa ascensão não representava a igualdade de direitos. No Brasil, uma das dificuldades encontradas pelas mulheres ao ingressar no mercado de trabalho no início do século XX era o fato de que só poderiam trabalhar mediante a autorização do pai ou do marido. Essa lei só foi modificada com a criação do Estatuto da Mulher em 1962, que extinguiu a Lei 4.121/62.[3] Nessa década, surge o novo feminismo, segundo Lipovetsky:

> No decurso dos anos 60, surge um novo feminismo que lança as suas flechas não contra a maneira como as mulheres são socializadas e submetidas ao ideal romanesco sentimental. Na efervescência dos anos rebeldes, a religião feminina do amor deixou de ser linear e passou a ser analisada como uma forma de ópio das mulheres (LIPOVETSKY, 200, p.23).

O início da atuação das mulheres nas redações do Brasil tem como característica as editorias que a elas eram designadas. De acordo com Ramos (2010), geralmente eram oferecidos cargos em suplementos femininos, colunas do gênero ou assuntos "leves". Já Pinsky (2012, p. 127) ressalta que o "trabalho feminino" é marcado pela polissemia, alguns confundem as atividades domésticas como função destinada biologicamente à mulher, vocacionada ao trabalho laboral. Esta deve conciliar as atribuições ditas naturais ao seu gênero e as atividades remuneradas fora do ambiente doméstico. Por isso, o trabalho chegou a ser questionado como impeditivo das "funções naturais" da mulher.

Essas divisões confirmam o androcentrismo na sociedade, pois legitimam a figura masculina como dominadora e superior, enquanto a feminina é oprimida, frágil e dependente do homem, tendo como justificativa as características biológicas. Como explicado por Bourdieu (2002), essas relações de poder e dominação são frutos de uma construção social naturalizada que define as posições que são atribuídas ao homem e à mulher na sociedade.

---

[3] Os artigos 240, da Lei 4121/62, estabelece: "A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta". (LEI Nº 4121..., 1962).

Segundo Boff (2002) o poder está sempre presente na relação entre o homem e a mulher, e pode ser observado nas diferentes esferas sociais, como família e trabalho. Essas relações de poder, marcadas pela submissão e opressão do gênero feminino, tornaram as instituições sociais e culturais perpetuadoras da distribuição desigual e opressora entre os sexos. Elas nos mostraram que as grandes instituições de nossa cultura são criações do patriarcado. Essas instituições são mais complexas:

> Como categoria de análise, o patriarcado não pode ser entendido apenas como dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estrutura estratificada por gênero, raça, classe, religião e outras formas de dominação de uma parte sobre a outra. Essa dominação plurifacetada construiu relações de gênero altamente conflitivas e desumanizadoras para o homem e principalmente para a mulher. (BOFF, 2002, p.55)

Para Boff (2002, p.23) "as diferenças biológicas se ordenam à reciprocidade e complementariedade. E os conflitos surgem quando rompemos esse equilíbrio dinâmico, um polo prevalecendo sobre o outro, dominando-o ou subalternizando-o." Assim, a discussão trazida pelo feminismo estabeleceu a conscientização sobre a dominação de gênero e consequentemente as relações de poder do ciclo patriarcal e a consciência de como foram construídas.

As relações entre sexos não se referem somente à diferença biológica, como também às relações sociais já estabelecidas, como explica Scott (1995, p. 77): "a fonte das relações desiguais entre os sexos está, no fim das contas, nas relações desiguais entre os sexos". Ela afirma que a desigualdade – que tem as suas origens na sexualidade – está integrada em "todo o sistema de relações sociais".

Essas diferenças são sentidas no âmbito do trabalho, incluindo no jornalismo. Apesar de haver aumento do número de mulheres jornalistas na América Latina, segundo o relatório de 2015 do Projeto Global de Monitoramento da Mídia (GLOBAL, 2015), a pesquisa confirma que as mesmas não ocupam os cargos de chefia, que na maioria das vezes são assumidos

por homens. Isso ocorre pela relação histórica de dominação entre os sexos. Como explicado por Foucault (1979, p. 149), há um enraizamento do poder e por isso ainda existe a dificuldade de se quebrar comportamentos e vínculos. O relatório também menciona que em noticiários políticos e econômicos as matérias focadas em mulheres ocuparam, respectivamente, 5% e 7% de espaço na mídia.

Assim, no próximo tópico pretendemos entender essas questões de forma empírica, por meio de entrevistas semiestruturadas[4] com três mulheres jornalistas que atuam na área investigativa em diferentes veículos em 2016. Os nomes das entrevistadas não serão mencionados, para preservar o anonimato das participantes.

A entrevistada 1 tem dez anos de experiência, atua em uma revista impressa da grande imprensa; a participante 2 possui experiência mais diversificada, trabalha em uma agência de notícia; e a 3 tem três décadas de experiência e sempre atuou na editoria de polícia, trabalha em uma emissora de televisão. As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo posteriormente categorizadas de acordo com o roteiro de questões-tema. As análises a seguir foram divididas por tópicos, de acordo com o referido roteiro.

Inserção no Jornalismo Investigativo

As entrevistadas têm experiências diferentes na área investigativa. A participante 1, que trabalha na mídia impressa, sempre atuou na área política. Apesar da instabilidade e enxugamento das redações conseguiu manter seu emprego, pois ocupa posição de destaque na redação realizando coberturas especiais. Isso implica que a probabilidade dela ser substituída é menor dada a complexidade do trabalho executado. O jornalismo investigativo se inseriu na carreira dessa entrevistada logo nos primeiros anos de profissão, quando surgiu a oportunidade de trabalhar nas eleições, que a fez atuar na área política desde então.

A participante 2 tem uma experiência mais variada, atuou em alguns veículos de comunicação, tendo atualmente o foco da sua investigação jor-

[4] Entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa que permite flexibilidade ao pesquisador, para explorar opiniões e pontos de vista do participante (GIL, 2008).

nalística na área de direitos humanos. Embora ela não tivesse conhecimento profundo de técnicas investigativas, afirmou que desde o início da sua carreira já fazia jornalismo investigativo por meio de reportagens especiais, que ela define como "aquele que aprofunda uma questão, investiga um assunto, um fato, aprofunda um olhar sobre o assunto, que percorre uma denúncia, que vai pra rua e que no fim consegue algo", em entrevista. Ela avalia que a discussão sobre o jornalismo investigativo no Brasil foi trazida pelos veículos independentes, com foco no jornalismo investigativo.

Já a terceira entrevistada atuou em poucos veículos, porém trabalhou por longos períodos em cada um deles – estabilidade que pode ser explicada pela época em que a jornalista começou a trabalhar em redações (anos 1980). Por ter sempre atuado na editoria de polícia, a repórter tornou-se uma grande especialista no assunto. Desde o início de sua carreira buscou trabalhar na área investigativa policial, mas a possibilidade de as mulheres conseguirem espaço nessa editoria era difícil. Quando começou, a profissional revela que era perceptível o preconceito dos chefes, como relata no seguinte trecho:

> Quando eu me formei eu tinha muito interesse na área policial [...] mas era em um momento em que mulheres não faziam isso, tinha um preconceito de mulher fazer polícia, e o preconceito vinha, como eu percebi com o tempo, dos chefes machistas das redações que na época eram formadas todas por homens.

As mulheres sempre tiveram maior dificuldade em trabalhar em espaços vistos como masculinos, e no jornalismo não é diferente. Como explica Pinsky (2012, p. 127), sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres "enfrentaram as maiores dificuldades quando foi necessário superar os preconceitos existentes, sobretudo, nos setores mais conservadores, tidos com tradicionalmente masculinos".

Jornalismo e gênero

Dentre as entrevistadas, a de número 2, que possui experiência mais diversificada, considera que o gênero não impacta na produção da notícia, porém, dependendo do tema, se cria maior empatia, principalmente quando

ligado à questão mulher e vulnerabilidade. Há uma identificação quase imediata da entrevistada, uma vez que o assunto está relacionado às dificuldades sociais e aos direitos humanos, área de sua especialidade. Além disso, atribui a preferência pelo fato de ser mulher. Ela acha relevante produzir matérias sobre a condição de gênero, e independentemente da área, a profissional destaca que o jornalismo acaba tendo um direcionamento na matéria que se quer contar. Para a participante 2 não se pode dizer se o gênero influência na produção da notícia, mas tem consciência que as mulheres ainda precisam vencer a misoginia e o assédio sexual dentro das redações. Ela destacou que o machismo ainda é uma realidade, em alguns casos as profissionais são oprimidas ao serem questionadas sobre, por exemplo, o seu método de apuração. Nesse caso são postas em evidência as questões de gênero, o que não aconteceria se fosse um homem. Segundo a jornalista entrevistada: "a mulher ainda é questionada por seu profissionalismo e ainda assim quando o cargo do superior é colocado em xeque ele [o homem] acaba apelando para questões de gênero pra submeter aquela profissional [...] muitas vezes a profissional vai ser questionada no seu profissionalismo e técnica". A participante comentou ainda que teve problemas com os chefes em alguns locais onde trabalhou pelo fato de ser mulher. Como pode se ver, o comportamento enraizado nas relações de poder de gênero ainda é uma realidade, há dificuldade de se quebrar os vínculos historicamente estabelecidos, como explicado por Foucault (1979).

Já para as entrevistadas 1 e 3, que possuem tempo de experiência diferentes no jornalismo, sendo uma ligada mais ao impresso e outra à televisão, respectivamente, algumas características diferenciam a produção noticiosa das mulheres e dos homens, como o olhar mais humano. Para a participante 1 não existe diferenciação entre o trabalho do homem e da mulher, exemplificando o crescimento da participação da mulher no jornalismo (quase 64%), conforme pesquisa de Mick e Lima (2013). A jornalista ressaltou a ocupação das mulheres nas redações.

Destaque para a visão da participante 3, a mais experiente, para quem existem diferenças entre a produção feminina e a masculina, talvez pelo preconceito que sofreu na editoria de polícia, atividade prioritariamente designa-

da ao homem, na qual teve de buscar o seu espaço se diferenciado dos outros. A entrevistada fez um balanço sobre a atuação das mulheres antes e hoje na área investigativa, destacando que no passado não se tinha muita oportunidade para realizar reportagens mais aprofundadas devido ao machismo. Hoje, embora se tenha mais oportunidades de atuação, são poucas as mulheres que escolhem trabalhar na área investigativa, por causa da violência contra jornalistas. O caso Tim Lopes foi emblemático no jornalismo brasileiro.

Consideramos que não é só por medo que as jornalistas não aderem ao jornalismo investigativo especializado em polícia, mas também pelas demandas das mulheres com a jornada dupla. Essa diferença de comportamento se dá pelos papéis já estabelecidos, como explica Beauvior (1980, p.98): "o lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela [a mulher] impôs a sua própria lei". O pensamento de Foucault (1979) corrobora a visão de Beauvior, pois são vínculos estabelecidos ao longo do tempo, historicamente construídos.

Métodos de investigação

A investigação jornalística na internet é um objetivo necessário e urgente para a produção da notícia (MORAL, 2004), sendo incorporada na prática do jornalismo investigativo pelas entrevistadas. De acordo com as participantes, o universo digital, bem como as suas ferramentas cada vez mais acessíveis, são aplicadas na apuração da informação, bem como na aproximação com as fontes. Porém, elas destacaram que o maior desafio encontrado pelo jornalismo investigativo atualmente é atrair o público, principalmente quem utiliza a internet para se informar. A constatação que surge é a grande dificuldade encontrada para equilibrar as notícias imediatas com as reportagens aprofundadas. Apesar da ligeireza e do excesso de informação, todas valorizam a tecnologia digital.

Para a entrevistada 1 há evolução nos procedimentos, como por exemplo, os acessos aos dados públicos, citando a prática do Jornalismo Guiado por Dados, e também as ferramentas que facilitam a pesquisa e a interpretação dos dados, de maneira muito mais rápida. A jornalista acredita que a interatividade e velocidade da internet produziram mudanças nos procedimentos.

Para a participante 3, que trabalha na área policial, o método varia de acordo com a denúncia e depende da percepção da profissional: é necessário apuração rigorosa para ver os interesses por trás de determinado assunto. Na entrevista a jornalista citou apuração, entrevista e o cruzamento de dados como essenciais ao jornalismo investigativo.

A entrevistada 2 destacou a importância da democratização do acesso à informação pela internet e também sobre a possibilidade de se alcançar mais pessoas no universo digital. Por meio de sites e redes sociais digitais as pessoas comentam, opinam e compartilham a reportagem, dando um retorno imediato ao jornalista, além de fazer circular mais o material jornalístico. Mas também ressaltou a importância do jornalista apurar e checar a informação além da internet, para lidar com a realidade das ruas e não cair no comodismo. Como trabalha com assuntos ligados aos direitos humanos, utiliza como método uma pergunta-chave, que a orienta nas investigações, mas ressalta que varia os procedimentos de acordo com o direcionamento da matéria.

Em concordância com as demais, a participante 3 também apontou a aproximação com as fontes como um fator muito positivo no uso da internet como ferramenta de apuração, tendo-a como apoio fundamental para chegar mais rápido a um resultado, mas sem abrir mão de outros métodos. Ela cita o aplicativo Whatsapp e a plataforma Facebook, que facilitam essa proximidade entre repórter e fonte, porém menciona que na editoria em que atua as ameaças de investigados são constantes.

Podemos observar que a apropriação das novas ferramentas é comum no método investigativo das jornalistas, assim, como um dos aspectos apontados por Melo (2015), a audiência passa a ter um papel mais complexo nesse cenário, uma vez que além de consumidor da informação, é produtor (gera informações importantes no processo de investigação), e publiciza a reportagem em suas redes sociais digitais.

O que se verifica a partir das entrevistas é que há uma preocupação das jornalistas na confrontação das informações, que podem ser apuradas tanto na internet quanto em investigação de campo, com a atuação do repórter diretamente junto às fontes, às cenas investigadas e aos documentos. Essa visão

corrobora o que Quesada (2004) menciona sobre métodos investigativos no jornalismo investigativo, que deve denunciar os fatos que vão contra o interesse público, aplicando metodologia especializada.

Jornalismo investigativo nas mídias

As entrevistadas 2 e 3 destacaram algumas diferenças no jornalismo praticado em cada mídia. Apesar de a audiência estar habituada às notícias rápidas, as reportagens mais extensas têm lugar na internet. Isso porque não há problema de espaço, nem de imagens ou de indicações de outros conteúdos, como os hiperlinks. Porém, de acordo com a participante 2, os leitores não as leem de uma vez, mas aos poucos. Ela destacou a importância de se ampliar as fontes por meio de hiperlinks, assim o leitor consegue acessar a informação primária. A jornalista 3, que tem vasta experiência em TV, considera que há diferenças na realização da reportagem investigativa entre impresso e televisão. Enquanto no impresso se tem mais tempo para a apuração, no jornalismo investigativo televisivo, por sua vez, o profissional precisa lidar com a velocidade e concorrência da internet.

A participante 1 não considera que haja diferenças entre uma mídia e outra no que se refere ao trabalho da investigação, o que muda é o tempo de apuração, tendo em vista o fechamento da edição (no caso do jornal impresso) e a concorrência com a velocidade das informações na internet. Ela destaca que o importante, independentemente da plataforma, é o desafio do jornalista em contar a história que apurou e atrair o público.

Lembramos que as grandes referências de jornalismo investigativo vêm do impresso, com o *The Washington Post* nos anos 1970, e a grande imprensa escrita de modo geral, apesar de a TV e o rádio serem veículos de grande impacto na audiência, particularmente no Brasil. O que ocorre é que os jornais se tornaram modelos de comunicação no passado (WOLF, 2003), uma tradição que ainda perdura para os antigos leitores, mas que cada vez mais se amplia para outras mídias.

Jornalismo investigativo no Brasil

Embora inserido em outro contexto, a prática investigativa no Brasil possui as suas peculiaridades. A participante 1 comentou sobre a evolução dos métodos utilizados (internet) e as diferenças entre Brasil e Estados Unidos. Para a jornalista, a característica principal do jornalismo nos Estados Unidos é a investigação própria, enquanto no Brasil essa atuação depende do acesso aos documentos dos órgãos oficiais e das fontes oficiais, que não estão disponíveis. A questão da transparência dos dados públicos ainda é um ponto fraco e que dificulta o trabalho de investigação. Já no país norte-americano os dados são mais facilitados, pois o investimento em tecnologia é grande; e há tradição da imprensa norte-americana em relação à investigação jornalística e ao seu papel na democracia do país, pela formação histórica. Já no Brasil o contexto é diferente, tanto do ponto de vista da região geográfica em que se insere, quanto de sua história, da política e da transparência em relação às ações de governos nos diversos níveis.

A participante 2 comentou sobre a crise de modelo na grande imprensa, que trouxe novos ares ao jornalismo, com destaque às mídias independentes na internet, de onde têm surgido novas práticas. A questão é complexa, uma vez que a grande mídia no mundo inteiro foi abalada pela internet e suas potencialidades, como interatividade, multimidialidade, imediaticidade, ubiquidade, entre outros. As mudanças provocadas pela apropriação e consumo das mídias digitais pela sociedade impactam nas finanças das empresas jornalísticas, que ainda têm dificuldade para encontrar um caminho para monetização de suas atividades.

Mas há ainda quem observe uma identidade no jornalismo investigativo brasileiro, diferentemente do que é praticado nos EUA, que teve como marco o escândalo de Watergate – já mencionado por Fortes (2005). No Brasil, o jornalismo investigativo esbarra na investigação policial, pela relação existente entre política e polícia, analisa a jornalista. A entrevistada também destacou a diferença dos métodos, enquanto em outros países o jornalista tem maior tempo de apuração, no Brasil o profissional da área tem que lidar com a pressa dos veículos e também o desinteresse por parte de alguns empresários, já que a investigação aprofundada requer tempo e maior investimento.

Considerações finais

Nesta pesquisa buscamos discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho jornalístico, tendo em vista que ao longo desse processo observa-se uma feminização da redação, particularmente no Brasil. Dessa forma, buscamos problematizar o preconceito e a naturalização do machismo, que se reflete no âmbito profissional.

Buscamos na pesquisa de campo, apesar de reconhecermos ainda incipiente, observar o quanto a questão de gênero implica nas atividades do jornalismo investigativo, que requer mais tempo e a confrontação exaustiva de documentos e fontes, além de abordar pautas ligadas à política, à polícia, ainda não tão comuns no universo das jornalistas. Verificamos que apesar da evolução positiva em relação à ocupação das mulheres das redações, ainda há pressões, dificuldades, sobretudo a falta de percepção das profissionais sobre condições menos favoráveis às mulheres, e isso pode ser percebido na fala de uma das entrevistadas, quando diz não perceber diferenças entre mulheres e homens na redação.

Sobre métodos de investigação verificamos que as entrevistadas têm conhecimento sobre novas práticas investigativas, com o advento das tecnologias digitais e da internet, demonstrando estarem em sintonia com as mais recentes estratégias utilizadas. Citam o Jornalismo Guiado por Dados, além das redes sociais digitais e aplicativos que foram incorporados às investigações. Isso significa uma especialização não comum aos demais jornalistas que não atuam como repórteres investigativos, pois demanda tempo de dedicação e formação, o que no jornalismo diário não é possível.

Essa realidade também nos remete aos papéis que as mulheres têm na sociedade contemporânea, ainda patriarcal e machista, e o quanto ainda se dividem entre as tarefas de mãe e casa e as atividades profissionais. Essa dimensão do feminino ainda está presente nas relações profissionais estabelecidas no ambiente de trabalho, mesmo no jornalismo investigativo.

Verificamos, igualmente, que a identificação com pautas que permeiam o universo feminino, citada por uma das entrevistadas, reflete no direcionamento dado ao assunto, promovendo impacto na produção noticiosa.

Por fim, e de maneira mais ampla, consideramos que a feminização do

jornalismo pode indicar de um lado um avanço na ocupação de postos de trabalho pela mulher, mas de outro, nos leva a considerar que a precarização da profissão, com a redução das equipes de jornalistas nas redações e a flexibilização das relações de trabalho, é aspecto relevante na pesquisa sobre a presença majoritária de mulheres no jornalismo, especialmente no jornalismo investigativo.

Referências

BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOFF, Leonardo. A nova consciência. In: BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie (Orgs.). **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COELHO, Aparecido Antonio dos Santos. **Hiperlocal, dados e aplicativos:** inovações nas narrativas do jornalismo. Dissertação (mestrado). Universidade Metodista de São Paulo São Bernardo do Campo, SP., 2016.

IMPEACHMENT de Collor. **O Estado de S.Paulo.** Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm. Acesso em 20 jun. 2018.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. Editora Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18ª edição. Rio de janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL Media Monitoring Project. **Who makes the news?** World Association for Christian Communication. (WACC), 2015. Disponível em: http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/highlights/highlights_es.pdf. Acesso em: 2 jun. 2016.

LEI Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/

legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 5 jun. 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher** – permanência e revolução do feminino. Lisboa: Editora Instituto Piaget: 2000.

MELO, Seane Alves. **De que jornalismo investigativo estamos falando?** In: XXIV COMPÓS, Brasília, 2015. Anais... Brasília, Universidade de Brasília, Compós 2015. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b-29faa73-0764-405e-8558-024d7ea913f0_2853.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MORAL, Javier F. del (Org.). **Periodismo especializado**. Editorial Ariel, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

QUEIROZ, Natália Costa Cimó. **O auge de Nellie Bly:** uma jornalista estadunidense no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

QUESADA, Montserrat. Periodismo de investigación: una metodologia para el periodismo especializado. In: MORAL, Javier Fernandes del. **Periodismo especializado**. Barcelona, Espanha: Ariel, 2004

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas:** a grande invasão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, nº 2, p. 71-99, 1995.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo:** o fato por trás da notícia. 1ªedição. São Paulo: Editora Summus, 2005.

TRÄSEL, Marcelo. **Jornalismo guiado por dados: características definidoras**

e uma proposta de formulação do conceito. In: 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, São Paulo, 2017. Anais... São Paulo, Universidade de São Paulo, SBPJOR, 2017 Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/view/794/464. Acesso em: 20 jun. 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.